

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**“VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: ENTRE A
(IN)VISIBILIDADE E A BANALIZAÇÃO”**

por

SÔNIA MARIA DANTAS BERGER

ORIENTAÇÃO

KAREN GIFFIN

**Apresentada À Escola Nacional De Saúde Pública - Fundação Oswaldo Cruz,
Como Requisito Parcial À Obtenção De Título de Mestre em Saúde Pública**

Rio de Janeiro - Agosto, 2003

*Para Pedro e Mariana,
pequenas e grandes razões afetivas de vida e produção.*

AGRADECIMENTOS

Construir, sustentar e compartilhar um “*projeto de dissertação de mestrado*” foi um sonho ou desejo, cuja possibilidade de realização foi, por várias vezes, adiada. Em parte concretizado nas páginas que se seguem, este sonho precisou contar com o apoio de outras pessoas, grupos e instituições, não necessariamente restritos ao tempo cronológico do Mestrado em Saúde Pública ora concluído, e, para os quais, tenho aqui a oportunidade e o prazer de manifestar minha gratidão e reconhecimento, pelas diferentes contribuições que me prestaram:

- Primeira e especialmente, gostaria de enaltecer e agradecer, a participação e dedicação competente e carinhosa de Karen Giffin, minha querida orientadora que, sempre firme e atenta, soube potencializar minha capacidade de expressar e afirmar conteúdos nem sempre “objetivos”, mas importantes de serem incorporados no campo temático a que me dediquei;

- Ao meu marido Ricardo, companheiro e incentivador de sempre, em particular pela sua generosidade e paciência em acolher “minhas questões” e desafios, celebrando-os como “nossas conquistas”;

- Aos meus pais – Hilda e Dantas – que, acima de tudo, sempre foram referências bonitas e amáveis na minha vida;

- À minha irmã, e a todos os familiares que, por vezes, cuidaram de meus filhos Pedro e Mariana, dividindo comigo funções domésticas e afetivas, para que eu pudesse assim, me dedicar aos “assuntos” do Mestrado;

- À direção e equipes técnica e administrativa do Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM/CEDIM/RJ- pela abertura e cooperação irrestritas na operacionalização da pesquisa, em especial à sua diretora, Cecília Soares e às advogadas Geórgia Bello e Gleyde da Hora, tanto pela confiança depositada, como pelos importantes e inovadores momentos de reflexão compartilhados nos “grupos jurídicos” com mulheres em situação de violência;

- À direção e equipes técnica e administrativa do Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães, mais especificamente aqueles e aquelas envolvidos no atendimento em saúde à mulheres vítimas de violência sexual, todos, de alguma forma,

orquestrados pela sensibilidade e persistência da enfermeira Ruth Mesquita, profissional pioneira no reconhecimento da gravidade da problemática da violência sexual e na implantação e gerenciamento de um serviço tão essencial e, de referência na área;

- À equipe do Núcleo de Gênero e Saúde da ENSP que, na pessoa amiga e dedicada do Willer Baumgarten, viabilizou interlocuções e contribuições fundamentais e precisas para o aperfeiçoamento do projeto e da dissertação;

- À Leila Adesse, pelo acompanhamento amigo e respeitoso, identificado e compartilhado profissionalmente, nas causas e projetos comuns em prol da saúde, dos direitos e das políticas públicas na área de saúde sexual e reprodutiva;

- Às equipes Ipas e Ipas Brasil pelas inúmeras possibilidades de intercâmbio técnico que valorizaram e incentivaram a divulgação criteriosa de conhecimentos, fóruns de discussão e publicações diversas na grande área temática da violência sexual e da assistência em saúde;

- À Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, por viabilizar financeiramente o desenvolvimento da pesquisa e da dissertação, através do processo de seleção e concessão de Bolsas-SES/RJ, concorrência de valor inigualável, no sentido de ter estratégica e planejadamente, direcionado recursos públicos para projetos acadêmicos que apresentassem maior *“afinidade com programas prioritários da Secretaria, bem como maior aplicabilidade do produto da pesquisa, em curto e médio prazos, à situação específica do Estado do Rio de Janeiro”*;

- À Sônia Mendes e Sandra Guimarães, terapeutas e profissionais sensíveis que, em diferentes fases da minha vida, souberam acolher e pontuar minhas dúvidas e vontades diante da vida;

- Finalmente, agradeço à todas aquelas mulheres em situação de violência que participaram deste “processo” de pesquisa, enriquecendo-o e provocando novas e provocantes problematizações, para aqueles e aquelas que se dedicam aos estudos de gênero e saúde.

“O que melhor define a modernidade não é o progresso das técnicas, nem o individualismo crescente dos consumidores, mas a exigência de liberdade e sua defesa contra tudo o que transforma o ser humano em instrumento, em objeto, ou um absoluto estranho.”
Alain Touraine(1994:245)¹.

¹TOURAINÉ, A.,1994. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, RJ :Vozes.

RESUMO

Estudo de base qualitativa que discute definições relacionadas ao fenômeno da violência contra mulheres desde uma abordagem relacional de gênero e sexualidade. Aponta incidência e gravidade da violência praticada por homens contra mulheres, em especial nas relações de conjugalidade, problema complexo que faz interagir paradigmas da saúde pública e de direitos humanos. Diante das estatísticas nacionais constata a invisibilidade e escassez de produção acadêmica referentes às queixas femininas sobre a violência sexual, tanto aquela perpetrada no âmbito público(estupro por desconhecido) como privado (coerção e/ou violência sexual marital) .Toma como desafio compreender em que medida estereótipos baseados em gênero, aliados às condições estruturais existentes, banalizariam ou impediriam a visibilidade da violência sexual, especialmente nas relações de conjugalidade.

Foram realizadas 12 entrevistas com mulheres em situação violência conjugal violenta e mulheres que viveram a violência sexual perpetrada por homem desconhecido, do tipo estupro. A relação sexual não consentida no casamento não tomou diretamente a conotação de violência, já o estupro cruento foi comparado à uma morte. Em alguns pontos, as duas experiências sexuais se assemelharam : ter nojo da relação, se lavarem imediatamente, perderem o desejo sexual , correrem riscos de uma gravidez indesejada e de contraírem Ist.

Conclui que o estupro conjugal banalizou-se, contando com respaldo social do sexo como dever conjugal. O fenômeno da violência conjugal, situado nas relações interpessoais, é remetido ao contexto estrutural. O tradicional controle masculino baseado em seu papel de provedor está em xeque e a resistência à sua transição, tanto por parte do parceiro como da parceira, radicaliza conflitos e colabora para a ocorrência da violência, inclusive sexual, entre o casal. A revisão dos contratos conjugais e retomada da reciprocidade, do ponto de vista relacional-estrutural, precisaria contar com a participação dos dois gêneros e de melhores condições sociais e econômicas para homens e mulheres. A atenção integral à violência sexual implicaria na intersetorialidade e interdisciplinaridade entre políticas públicas de atenção à violência doméstica e violência sexual.

PALAVRAS-CHAVE: violência; relações interpessoais; saúde da mulher; mulheres maltratadas; sexualidade

SUMMARY

This is a qualitatively study which discusses the phenomenon of violence against women, from the perspective of gender and sexuality. The incidence and gravity of violence practiced by men against women, particularly with in partnership relations, is a complex problem that brings public health and human rights paradigms into interaction. In the realm of national statistics, female complaints regarding sexual violence, whether of a public nature (rape by a stranger) or private (sexual coercion or violence in marriage), are few and largely invisible. This creates challenges in determining generic averages of gender violence which, when combined with existing structures, banalizes or impedes the visibility of sexual violence, especially within marriage.

Twelve interviews with women living with sexual violence within marriage and women that had experienced rape perpetrated by a stranger were conducted. Non-consensual sex within marriage was not named by them as violence, while rape by a stranger was compared to death. On certain points, the two types of sexual violence experiences elicited similar responses: disgust with the relation, immediate washing by the victim, concern of the risk of undesired pregnancy and sexual disease.

I conclude that marital rape has been made invisible by the social notion of sex as a marital obligation. The phenomenon of marital violence, within interpersonal relations, is related to the structural context: the traditional of masculine control based on the provider role is under threat, and resistance to this change involves both the male and female partners, radicalizing conflicts that contribute to violence, including sexual violence, in the partnership. The revision of conjugal contracts to reflect reciprocity, from this relational/ structure point of view of, would require participation of the both genders and improved social and economic conditions for both men and women.

Integral attention to sexual violence and health would require intersectorial and interdisciplinary action within public policy related to domestic violence and sexual violence.

KEY WORDS: violence; interpersonal relations; women's health; battered women; sexuality

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE ANEXOS	xi
I) INTRODUÇÃO:	12 – 23
II) REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	24 – 38
a) Sujeito de Gênero , Sexualidade e Violência	
b) Construção Histórica da Visibilidade da Violência Sexual	
c) A Lentidão do Tempo de Gênero e as Desigualdades no Exercício da Sexualidade	
d) Ambigüidades e Tensões entre os Papéis de Gênero na Violência Sexual : nas Entrelinhas do Normal , da Patologia “Individual” e da Conduta “Anti-social”	
III) OBJETIVOS E METODOLOGIA	39 –71
a) Objetivo Geral	
b) Objetivos Específicos	
c) Desenho Metodológico	
d) Definição dos critérios de participação, delimitação do campo da pesquisa e seleção dos casos	
e) Campo 1: CIAM(Centro Integrado de Atendimento à Mulher)	
- Critérios para seleção de amostra de casos elegíveis, aplicados à rotina do serviço	
- Perfil das mulheres	
- Perfil dos parceiros e ex-parceiros “ autores de violência”	
- Perfil das Violências	
- Características gerais das entrevistas	
- Impressões Gerais Campo 1	
f) Campo 2 - I FM (Instituto Fernando Magalhães)	
- Critérios para seleção de amostra de casos elegíveis, aplicados à rotina do serviço	
- Perfil das mulheres	
- Perfil das Violências	
- Características gerais das entrevistas	
- Impressões Gerais Campo 2	
g) Organização e análise dos dados	

SUMÁRIO

Página

IV) DESCRIÇÃO DOS DADOS.....	72- 138
a) Mulheres em Situação de Violência Doméstica e/ou Conjugal: de onde vieram e o que esperavam dos serviços que buscaram	
b) Gênero e Sexualidade – Aprendendo e Vivendo Modelos e Impasses	
c) Violência e Vida Doméstica : Radicalizando Pólos de Conflito e Dominação entre os casais	
<ul style="list-style-type: none"> - Os direitos e o contrato conjugal em foco - Nomeando e qualificando as dores e armas no conflito conjugal - Os motivos mais comuns para as brigas e as agressões: o ponto de vista feminino 	
d) O Sexo na Conjugalidade	
<ul style="list-style-type: none"> - Violência e sexualidade: de onde partimos? - O prazer e o desprazer nomeados - O sim e o não da mulher na cama e suas fronteiras com a violência sexual - O sexo anal : resistência e violência diante da possibilidade de rompimento da dicotomia mulher de casa x mulher da rua 	
e) A Violência Doméstica para Além do Casal	
<ul style="list-style-type: none"> - Algumas conseqüências da violência doméstica para os filhos - Efeitos da Denúncia na Vida do Casal 	
f) Entre o Estupro Monstruoso e a Coerção Sexual Naturalizada	
<ul style="list-style-type: none"> - Notas Introdutórias - Panorama das situações de “estupro cruento” analisadas - A ameaça como estratégia de rendição feminina nas situações de violência - O nojo e a repulsa como marcas da impureza no sexo e/ou no corpo feminino - Algumas conseqüências da violência e das relações sexuais não protegidas e/ou não consentidas - Mas, o que é pior- conhecer ou não conhecer o homem agressor ? - Do desejo de morte do monstro estuprador à humilhação do parceiro agressor - O acolhimento das queixas femininas nos serviços : experiências femininas no exercício de seus direitos 	

SUMÁRIO

	Página
V) DISCUSSÃO E CONCLUSÕES	139- 152
VI) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153 – 160

LISTA DE ANEXOS**Página**

ANEXO 1 - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido(Campos 1 e 2).....	161 – 162
ANEXO 2 - Roteiro de entrevistas CIAM	163 –166
ANEXO 3 - Roteiro de entrevistas IFM	167 –170
ANEXO 4 - Modelo de Convite (pesquisa IFM)	171
ANEXO 5 – Ficha de Atendimento CIAM	172 - 176
ANEXO 6 – Rotina e Ficha de Atendimento VVS - IFM	177 -179
ANEXO 7 - Proposta Técnica de Atendimento em Saúde Às Mulheres Vítimas de Violência do Instituto Fernando Magalhães	180 – 182
ANEXO 8 - Nota Jornalística sobre Estupro de Bolsista da Fiocruz	183-184

D) INTRODUÇÃO

“Violência’ é um conceito referente aos processos, às relações sociais interpessoais, de grupos, de classes, de gênero, ou objetivadas em instituições, quando empregam diferentes formas, métodos e meios de aniquilamento de outrem, ou de sua coação direta ou indireta, causando-lhes danos físicos, mentais e morais”.

Minayo, 2003

Desde 1996 a Organização Mundial de Saúde reconhece a violência como um problema de saúde pública. Entre outros conteúdos incluídos em sua definição, encontram-se aqueles ligados à intencionalidade e ao tipo da ação - “ *uso intencional de força física ou poder* ” ; ao seu alvo, ou, a quem ou que grupo esta força ou poder se dirige - contra si próprio , contra outra pessoa numa relação interpessoal ou contra uma coletividade; e, sobre que tipos de sofrimento ou dano resultariam ou poderiam resultar esta ação, para quem as sofre - lesão corporal, sofrimento psicológico, privação e morte, por exemplo. A violência dirigida contra mulheres , adolescentes e meninas na família, nas relações de intimidade e no mundo público estariam, a priori, enquadradas como tipos de violência interpessoal, sendo ainda classificadas segundo a natureza do ato – físico, psicológico ou sexual - e do vínculo ou relação estabelecida entre perpetrador e vítima da violência (WHO, 2002).

A delimitação conceitual do problema da violência contra mulheres implica, muitas vezes, em lidar-se com uma espécie de “*ambigüidade terminológica*” ou um não consenso sobre o modo mais apropriado de se definir e fazer referência aos variados tipos de violência física, emocional e sexual que vivem ou sofrem as mulheres (Heise *et al.*, 1994; D’Oliveira, 1997; Soares, 1999; Arcas & Ellsberg, 2001; Oliveira, 2002).

A tendência, ao recortarmos o problema da violência contra mulheres, é de que a leitura e compreensão dos principais fatores associados à sua ocorrência, aos danos causados e à delimitação das situações de sua maior incidência, ganhem mais sentido ao adotarmos uma análise que considere as condições em que histórica e socialmente se constróem e estabelecem as relações sociais de sexo, ou seja, que o problema seja analisado sob a perspectiva de gênero.

Contudo, considerando-se a complexidade do fenômeno da violência contra mulheres e o lugar que a mesma ocuparia numa rede de violência maior ou estrutural, não se pode perder de vista sua interseção com outros fatores determinantes, “*gramáticas sociais*” ou “*sistemas de mediação social*”, como classe social, raça/etnia, as leis e representações sociais, a sexualidade, entre outros (Corrêa, 1996; Minayo *apud* D’Oliveira, 1997; Saffioti, 2002a).

Sendo assim, entende-se que não será este tipo de violência baseada em gênero igualmente percebido ou vivido por toda e qualquer mulher e, nem que seja afirmado que todo homem pratique ou seja capaz de praticar tal violência, ou seja, isso se conjugará com outros elementos como idade, condições familiares, sociais, econômicas e culturais em que ambos se encontram, por exemplo, sem existir um caráter universalizante, mas sim particular no modo como esses elementos se associam ou não em suas vidas.

Embora a violência que se baseia em gênero seja mais abrangente, já que “vitima” tanto mulheres como crianças e adolescentes de ambos os sexos, muitas vezes, violência contra mulheres e violência de gênero ou baseada em gênero, aparecem como sinônimos ou termos intercambiáveis (Soares, 1999; Saffioti, 2002 a).

Neste bojo, por serem as violências baseadas em gênero, do tipo de homens contra mulheres e meninas, mais comumente retratadas ou observadas no âmbito privado das relações familiares e/ou de intimidade que as mesmas mantêm ou mantiveram, os termos “violência doméstica” e “violência intrafamiliar” acabam sendo outras possibilidades terminológicas que incorporam o problema da violência contra a mulher, embora não se restrinja ao mesmo.

Diante de tal contexto terminológico múltiplo, restrições específicas à utilização do termo violência intrafamiliar - que inclui outras violências não necessariamente baseadas em gênero, como a violência contra o idoso e os abusos contra crianças, por exemplo - vem sendo cada vez mais comuns entre especialistas e ativistas que, consideram um retrocesso, após anos de luta para que alguma visibilidade fosse dada ao sofrimento do sujeito feminino na intimidade dos lares e casamentos, deixar de ser colocado em foco o fato da maior parte da violência dirigida à mulheres, estar associada ao contexto das relações desiguais de gênero (Arcas & Ellsberg, 2001; Velzeboer, 2003).

Justamente, desde os anos 70, um dos resultados do intenso trabalho do movimento de mulheres em prol da visibilidade da problemática da violência baseada em gênero, tem sido garantir a inclusão deste tema, tanto nos debates e recomendações de diferentes conferências mundiais (Viena, 1993; Cairo, 1994; Beijing, 1995), como nos compromissos de tratados e convenções internacionais (CEDAW, 1979; Belém do Pará, 1994). Especialmente nos últimos dez anos, baseando-se numa certa evolução de noções como direitos humanos e desenvolvimento sustentável, vem se reforçando, cada vez mais, a necessidade de promoção da igualdade e equidade entre os sexos para se alcançar justiça social e melhoria na qualidade de vida.

Foi assim que, na Conferência de Direitos Humanos de Viena em 1993, adotou-se pela primeira vez uma definição oficial das Nações Unidas sobre a violência contra a mulher que, conforme artigo 1, incluiria:

“Todo ato de violência de gênero que resulte em, ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher, incluindo a ameaça de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada” (Economic and Social Council, 1992, *apud* Heise *et al.*, 1994:3).

Nesta perspectiva, a violência contra a mulher abará tanto a violência doméstica praticada por marido ou parceiro, como a violência sexual praticada por parentes (inclusive maridos, ex-maridos e namorados) e por desconhecidos. Entre estas ainda, estão o abuso sexual contra crianças, inclusive o abuso sexual incestuoso, o assédio sexual nas relações de trabalho, no sistema de ensino e na relação médico-paciente (Barsted, 1998).

Ressalta-se que, na definição de violência contra a mulher como um *“ato de violência de gênero”* proposta em Viena(1993), seria apropriado buscar-se abordar ou demarcar o que exatamente seria tratado como *“violência de gênero”*. Se considerarmos, então, violência de gênero como um fenômeno que aconteceria por motivo de construção socialmente desigual para homens e mulheres, em função de seu sexo, estaria sugerida a possibilidade de que o homem também sofra as consequências da violência baseada em gênero. De fato, constata-se o peso diferencial de gênero quando se demonstra estatisticamente o quanto os homens sofrem mais os efeitos da violência no âmbito público- homicídios e acidentes, por exemplo- do que as mulheres. Neste sentido, espera-se que tal questão, possa estar sendo articulada em estudos e definições subseqüentes, estando porém fora do âmbito de análise aqui proposta.

Heise *et al.*(1994), em revisão pioneira e de referência mundial, reuniram dados existentes em vários pontos do mundo - 35 estudos diferentes, de 24 países - sobre as dimensões da violência contra a mulher. Além de historiarem o alcance e a evolução do problema e da sua definição, revisaram a literatura relativa às conseqüências para a saúde de mulheres e meninas, examinaram ainda sua relação com o desenvolvimento econômico dos países, e recomendaram medidas para eliminação deste tipo de violência. Afirmam as autoras que, combater o problema desde sua raiz implica em “ *questionar as atitudes e crenças sociais que sustentam a violência masculina e renegociar o significado de gênero e sexualidade, assim como o equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em todos os níveis da sociedade*” (Heise *et al.*,1994:ix).

Este estudo pioneiro, organizado sob a perspectiva feminista e de direitos humanos e atento à complexidade do problema, discutiu as controvérsias em função do uso termo e das categorias englobadas na definição de violência contra a mulher, afirmando não se poder realmente contar com uma definição única que oriente a todos e todas ativistas. Se, por um lado, optar-se por uma definição mais ampla que incluía qualquer ato que cause dano à mulher, como a pobreza, a falta de acesso à educação, fatores estes estruturais e que mais deveriam ser considerados violações dos direitos do que violências, correr-se-á o risco de serem deixadas de lado formas mais específicas de abuso, como as agressões de maridos contra esposas. Para elas, uma condição que diferenciaria ou especificaria a violência como “violência contra a mulher” seria a existência de “ *força ou coerção (seja física ou verbal) que é socialmente tolerada em parte porque as vítimas são do sexo feminino*”. Sendo assim, acabam propondo a seguinte definição para a violência contra a mulher:

“Todo ato de força física ou verbal, coerção ou privação ameaçadora para a vida, dirigida ao indivíduo mulher ou menina, que cause dano físico ou psicológico, humilhação ou privação arbitrária da liberdade e que perpetue a subordinação feminina”(Heise *et al.*, 1994:69)

O que parece ser relevante na articulação entre violência e gênero e que reforça desde já a ênfase necessária à compreensão da violência praticada por homens contra mulheres, é a condição de ser “ *alta sua incidência e severidade quando comparada com a violência praticada por mulheres contra homens*” (Suárez e Bandeira, 1999).

Dessa forma, especialmente os estudos feitos em outras realidades que não a brasileira, vêm apontando que mulheres que vivem situação de violência são mais expostas a problemas de saúde diversos. As conseqüências negativas da violência contra mulheres, muitas vezes, se refletem na sociedade em geral, à medida em que afetam tanto o indivíduo que sofre a ação violenta, como podem ainda comprometer o desenvolvimento social ao atingirem outros integrantes da família, como crianças e adolescentes e as estruturas familiares em si, repercutindo, por sua vez, nos meios comunitários e sociais em que se encontram inseridas estas mulheres e seus filhos (Heise *et al.*, 1994 ; Heise *et al. apud* Velzeboer, 2003:6).

Entre outras conseqüências mais relacionadas à experiência da violência vivida por mulheres encontram-se :

- Conseqüências não fatais para saúde física: Dsts, lesões, doença pélvica inflamatória, gravidez indesejada, aborto, dor de cabeça, problemas ginecológicos, abuso de drogas/álcool, comportamento danoso à saúde como sexo inseguro, aleijamento parcial ou permanente, entre outras;

- Conseqüências não fatais para a saúde mental: depressão, ansiedade, disfunção sexual, desordens da alimentação, problemas múltiplos da personalidade, entre outras;

- Conseqüências fatais: suicídios e homicídios;

- Conseqüências econômicas: no países onde a economia e o mercado encontram-se mais consolidados, 19% dos anos de vida perdidos por morte ou incapacitação física, por mulheres de 15 a 44 anos, resultam da violência baseada em gênero.

Efeitos diversos para integridade física e psicológica da mulher – gravidez não desejada, aborto, dst/aids/violência na gravidez, no pós-parto, depressão são amplamente relatados em suplemento especial dedicado ao tema, no *Maternal and Child Health Journal* (Kluwer Academic, June 2000). Entre outros dados, foram constatados que a violência pode ser um problema mais comum entre mulheres grávidas do que a pré-eclampsia e a diabetes gestacional, e, que a associação entre a soropositividade para o HIV da mulher e a cronicidade da violência de gênero pré-existente, poderá aumentar sua exposição a situações de violência pelo parceiro, por exemplo, por ocasião da comunicação ao mesmo de sua condição de saúde.

Tanto no estudo pioneiro de Heise *et al.*(1994) como em outros mais recentes

reunidos no Relatório Mundial sobre Saúde e Violência organizado pela Organização Mundial de Saúde (2002), está comprovada estatisticamente a incidência de violência de homens contra mulheres, sendo a forma mais endêmica encontrada nos estudos a violência sexual e física de companheiros íntimos contra suas mulheres:

“(...)em muitos países, entre um quarto e mais da metade das mulheres informaram ter sido violentadas fisicamente por um parceiro atual ou passado”.

(Heise *et al.*, 1994 :5-6)

“Dados disponíveis sugerem que em alguns países aproximadamente uma em cada quatro mulheres relatam violência sexual por um parceiro íntimo(...)”.

(WHO, 2002:18)

Neste sentido, cada vez mais a violência perpetrada por parceiros íntimos é considerada como um importante problema de saúde pública. Em 48 pesquisas de base populacional, 10-69% das mulheres entrevistadas apontaram terem sido alguma vez alvo de agressão física de seus parceiros; a violência física é freqüentemente acompanhada da violência psicológica e, de um terço a 50% dos casos pela violência sexual (WHO, 2002).

No Brasil, desde os anos 80, vários estudos vem privilegiando a questão da violência em suas dimensões doméstica e conjugal, tomando como base o trabalho realizado pelas instituições policiais e jurídicas. Grande parte destes trabalhos foi fortemente influenciada pelo movimento de mulheres que, naquela ocasião, privilegiou reivindicar, através do estímulo às denúncias contra os maridos agressores, a questão do direito da mulher à sua segurança na “privacidade” do lar. No que se refere à violência sexual, desde 1998 as ações voltaram-se mais especificamente para a implementação do aborto legal nos serviços de referência em saúde, respaldadas pela implementação da Norma Técnica do Ministério da Saúde para Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes. No período de 1997 a 2002 o número de serviços habilitados para aplicação do protocolo normatizado passou de 17 para 66. Mais recentemente, alguns grupos de pesquisa em gênero e de movimentos organizados de homens também vêm incorporando a atenção aos homens e/ou “agressores” em pesquisas, grupos de reflexão e /ou atendimentos que integram a abordagem de temas como masculinidades, violência e gênero (Suárez & Bandeira, 1999; Giffin & Cavalcanti, 1999 ; Lopes *et al.*, 2001; D’Oliveira & Schraiber, 2002; Machado, 2002; Mello e Souza *et al.*, 2003).

Entretanto, no que se refere à área da saúde, as pesquisas são poucas e vieram somente a partir da década de 90 . Detecta-se a carência de estudos populacionais sobre a violência baseada em gênero no país e de pesquisas operacionais nos serviços, que nos permitam conhecer melhor as especificidades do fenômeno e, principalmente, as conseqüências em saúde. Apesar da comprovada associação entre violência de gênero e saúde, este tipo de violência, muitas vezes, sequer é investigado pelos profissionais de saúde, o que vem colaborando para que sua magnitude seja subestimada em dados oficiais (Leão e Marinho, 2002; Serrano, 2002).

Uma das exceções dignas de nota são os estudos praticados no âmbito da linha de pesquisa “Violência e Gênero nas Práticas de Saúde”, desenvolvidos pelo Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e pelo Centro de Saúde Escola Samuel B. Pessoa(SP). Entre os trabalhos desenvolvidos mais recentemente pelo grupo de pesquisa, destacam-se dois estudos de resultados ainda preliminares para divulgação na ocasião em que foram comunicados pelas pesquisadoras responsáveis em publicação governamental na área de promoção da saúde. O primeiro, uma pesquisa coordenada pela Organização Mundial de Saúde “ O Brasil no Estudo Multipaíses sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica”, através do qual foram visitados 2.163 domicílios na cidade de São Paulo e 2.132 outros na Zona da Mata em Pernambuco e que buscou , entre outros objetivos, apontar a prevalência da violência entre mulheres de 15 a 49 anos, bem como as conseqüências para a saúde e os meios de enfrentamento do problema apontados pelas mulheres. A segunda, uma pesquisa-intervenção em 20 serviços de saúde para conhecer a prevalência de violência entre usuárias dos serviços de atenção primária selecionados (D’Oliveira & Schraiber, 2002).

Entre outros projetos recentemente desenvolvidos no âmbito das atividades docentes e de pesquisa do Núcleo de Gênero e Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, duas experiências documentam e apontam diretrizes e questões relacionadas à temática da violência de gênero e saúde. A primeira, intitulada “Gênero e Violência no Âmbito Doméstico: A Perspectiva dos Profissionais de Saúde”, tomou como objeto de estudo “*a análise das representações dos profissionais de saúde sobre a violência de gênero no âmbito doméstico e da forma como essas representações influenciam a visão destes profissionais acerca do papel dos serviços públicos de saúde diante desse tipo específico de violência* (Angulo-Tuesta,

1997:2). E a segunda, “Saúde da Mulher e Violência na Agenda dos Serviços de Saúde: Uma Proposta de Pesquisa-ação”, que buscou implementar uma tecnologia para atenção em situações de violência, em uma Unidade Básica de Saúde do Distrito Federal, com enfoque na interação pesquisador-sujeito da pesquisa e no envolvimento dos profissionais de saúde. De modo geral, considerou-se que, mesmo com todo o interesse das equipes em abordar a temática da violência de gênero no campo da saúde, existe “ *um longo caminho a ser percorrido para superar as limitações do paradigma bio-médico. É necessário trabalhar junto com os profissionais, uma abordagem que valorize as práticas educativas e o aconselhamento na dimensão subjetiva do adoecer que traz a violência*” (Giffin *et al.*, 2001: 70).

Em termos de dados estatísticos mais gerais sobre a violência contra mulheres no panorama brasileiro, Saffioti (1994) apresenta com certas restrições metodológicas, dados produzidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito(CPI) para apurar a situação da Violência contra a Mulher, referentes ao período de janeiro de 1991 a agosto de 1992:

“ O relatório da CPI baseia-se nas respostas a 205.219 questionários, que revelaram a seguinte distribuição dos crimes cometidos contra a mulher: 26,2% de lesão corporal; 16,4% de ameaça; 3,0% de crimes contra a honra(difamação, calúnia, injúria), 1,9% de sedução, 1,8% de estupro; 0,5 de homicídio; 51% de outros, aí compreendidos o atentado violento ao pudor(AVP), rapto, cárcere privado, discriminação racial e no trabalho”(Saffioti, 1994:456).

Estatísticas mais recentes, apresentadas no relatório final da Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres(MJ / SEDH / CNDM / SNSP, 2002), lançaram um alerta para a necessidade de “*uniformização mínima nos procedimentos adotados*” para tratamento das informações. Estão disponibilizados os seguintes números, não conclusivos, para o volume e tipos de atendimentos e registros realizados nas DEAMs até o ano de 1999 :

TIPOS DE ATENDIMENTOS E REGISTROS	QUANTIDADE
Registros(boletins) de Ocorrência	326.693
Termos Circunstanciados	167.503
Inquéritos Instaurados	23.266
Inquéritos Encaminhados À Justiça	26.127

(Fonte:Secretaria de Estado de Direitos Humanos/Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; Secretaria Nacional de Segurança Pública/ Delegacias Especializadas no Atendimento Às Mulheres).

Porém, de acordo com Kelly da Silva, uma das pesquisadoras responsáveis pelo levantamento dos dados e relatório da pesquisa, o número de queixas e/ou ocorrências da violência é bem maior, considerando-se tanto a relação entre os critérios de notificação adotados em cada Estado, como também que estes são, na verdade, números que representam os casos que chegam até as DEAMs. Até a realização deste estudo, eram 307 DEAMs existentes no país, alcançando menos de 10% dos municípios brasileiros. Ela considera ainda que:

“Diante destas variáveis, sugiro ser possível afirmar que o número mínimo de notificações recebidas pelas 267 DEAMs participantes desta pesquisa em 1999 foi de 411.213 e não 326.693. Este número indica que o número médio de notificações policiais aumentou de forma significativa em relação à 1993(123.131) até porque aumentou também o número de delegacias de mulheres existentes no país” (MJ / SEDH / CNDM / SNSP, 2002:25).

Quanto aos tipos de crime mais denunciados, a pesquisa das DEAMs totalizou 113.727 queixas de lesão corporal, 107.999 de ameaças e 32.183 para vias de fato. Logo depois, encontramos os seguintes números para crimes contra a honra: 6.805 para calúnia, 10.049 de difamação e 13.000 para injúria. Especificamente para o crime de estupro, foram totalizadas 4.697 queixas em todas as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres do país.

Indubitavelmente, a maioria esmagadora dos dados sobre os tipos de violência denunciadas pelas mulheres, apontam para a maior ocorrência e/ou visibilidade das violências físicas, tipificadas criminalmente por lesões corporais, seguidas pelas violências psicológicas, tipificadas, entre outros crimes, por ameaça, difamação e injúria. A violência sexual, tanto aquela que é praticada por homens desconhecidos no âmbito público da vida das mulheres, como e especialmente a coerção e/ou violência sexual praticada por parceiro íntimo no âmbito privado, estão pouco evidenciadas ou são inexistentes nas estatísticas disponíveis.

Entre os raros estudos e levantamentos realizados, principalmente a partir da segunda metade dos anos 90, existe consenso tanto quanto ao fato de não haver dados apropriados sobre os crimes e violências sexuais praticados contra mulheres no Brasil, quanto sobre a necessidade de serem realizadas investigações quantitativas e qualitativas que colaborem para a compreensão do problema (Suárez & Bandeira, 1999; Drezett(2000); Mello e Souza *et al.*, 2003).

Drezett(2000), no estudo que realizou para levantar fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres, envolvendo 1.189 vítimas de estupro e/ou atentado violento ao pudor atendidas no Serviço de Atenção Integral à Mulher Sexualmente Vitimada do Centro de Referência da Saúde da Mulher e Nutrição (SP), entre outras conclusões aponta que: o estupro predominou entre adolescentes (59,2%) e adultas (62,1%) e o atentado violento ao pudor entre as crianças(46,5%). No grupo das crianças, houve o predomínio de agressores identificáveis(84,5%), principalmente aqueles do núcleo familiar, enquanto nas adultas destacou-se o agressor com o qual mantinham relacionamento afetivo e/ou sexual no momento da violência ou anteriormente a ele (25,2%).

No campo da violência sexual doméstica, a associação entre lares violentos e estupro conjugal vem sendo detectada, de forma mais consistente, somente em estudos internacionais. Por isso, considera-se importante citar um estudo nacional recente, sem nenhuma pretensão quanto à análise de seu rigor metodológico, mas que destaca-se por reunir dados inovadores que podem lançar luz sobre aspectos considerados relevantes de serem posteriormente aprofundados. Trata-se da pesquisa domiciliar e nacional “A mulher brasileira nos espaços público e privado” (Fundação Perseu Abramo, 2002).

Nesta pesquisa, uma amostra de 2.502 mulheres com 15 anos de idade, ou mais, distribuídas em 187 municípios de 24 estados das cinco macrorregiões do país foi entrevistada. Foi utilizado questionário estruturado, no qual além da violência e de outros assuntos relacionados à saúde reprodutiva e sexualidade, foram abordados temas como a divisão sexual do trabalho e a participação da mulher em espaços públicos e privados. Entre os resultados divulgados, encontram-se:

- Cerca de uma em cada cinco das entrevistadas declarou espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de algum homem, sendo 16% de violência física, 25% psíquica e 1% de assédio sexual;

- Quando estimuladas pelas entrevistadoras, através da citação de diferentes formas de agressão, 24% declaram ter sofrido ameaças com armas ao direito de ir e vir, 22% declaram agressões físicas sofridas diretamente e 13% estupro conjugal ou abuso;

- Espancamento com cortes, marcas ou fraturas já ocorreu a 11% das mulheres;

- O mesmo percentual(11%) foi encontrado para relações sexuais forçadas, em sua maioria estupro conjugal.

Tomando-se especificamente os motivos aparentes e espontaneamente citados pelas entrevistadas para a ocorrência da violência temos que: 34% das causas relacionam-se a “briga ou desentendimento”, onde o motivo “ciúme/ ciúmes mútuo” ocupou o primeiro lugar; 32% das razões para violência encontram-se associadas a “distúrbios psicológicos”, entre os quais o “alcoolismo” do agressor foi considerado na pesquisa o mais citado pelas mulheres; em seguida em razão do “machismo” de seus maridos(14%); a categoria de resposta “respeito a si própria/impulso de liberdade/independência” contabilizou também 14% das razões para a violência sofrida. Deste modo, somando-se as categorias “ machismo” e “ impulso de liberdade”, teríamos cerca de 28% das respostas englobadas em motivos aparentes considerados importantes de serem analisados numa abordagem aprofundada e qualitativa dos conflitos, dominações e resistências envolvidos nas situações de violência baseada em gênero sofrida por mulheres.

Justamente, além da visibilidade aos motivos aparentes para a violência declarados pelas próprias mulheres, a visibilidade aos dados relativos à violência sexual por parte de companheiros é que também chama a atenção e diferencia a pesquisa. Como vimos, entre os outros estudos, geralmente realizados através de pesquisas sobre ocorrências registradas nas delegacias de mulheres, as queixas por estupro conjugais ou estão ausentes, ou podem estar incluídas nas de lesões corporais:

“ É praticamente impossível desvendar, nos dados estatísticos, situações de estupro conjugal, porque elas estão escondidas em outros itens, como o de lesões corporais”.(Brazão e Grossi, 2000:48).

“a diferença entre os autores conhecidos e os desconhecidos não permite conclusões, principalmente se se considerar que a maioria dos casos intrafamiliares não são denunciados, seja por constrangimento, seja por medo de alguma implicação nas relações familiares” (Costa e Moura, *apud* Rede Saúde, 2002)

Diante portanto, desta “aparente” invisibilidade da violência sexual no contexto das violências baseadas em gênero praticadas por homens contra mulheres, tomamos como desafio aprofundar no estudo de base qualitativa que ora se apresenta, a relação entre violência e sexualidade. Neste caminho, buscamos compreender em que medida estereótipos baseados em gênero, aliados às condições estruturais existentes, banalizariam ou impediriam sua maior visibilidade.

Tomamos como ponto de partida as relações conjugais violentas, buscando conhecer e analisar como as relações sexuais nelas acontecem e qual lugar ocupariam nos diferentes contextos de conjugalidade violenta investigados.

Em seguida, com vistas a enriquecer e oferecer a possibilidade de algum contraponto na análise dos casos de coerção e violência conjugal pesquisados, levantamos e apresentamos algumas experiências que socialmente são mais reconhecidas como violência sexual- os estupros sofridos por mulheres e perpetrados por homens desconhecidos - para que, conhecendo um pouco de suas particularidades possamos, quem sabe, lançar luz sobre as experiências sexuais violentas ocorridas nas relações de intimidade e/ou conjugais. A motivação para incluirmos os casos de violência sexual por desconhecidos ou os “estupros cruentos” foi ainda de, tanto colocarmos em cena ou dar visibilidade a uma experiência feminina que socialmente encontra pouco acolhimento para ser ouvida, e portanto, é pouco conhecida, como também para ampliarmos a possibilidade de sua problematização, dentro do marco referencial teórico e técnico que orienta o atendimento e acolhimento destes casos nos serviços de saúde.

Finalmente, esperamos que, ao centrarmos nossos esforços para uma reflexão aprofundada do problema da violência sexual dentro do âmbito das violências contra as mulheres, possamos estar colaborando para sua maior e múltipla visibilidade e / ou abordagem no contexto das políticas públicas de atenção à mulher e à violência, hoje encaminhadas por diferentes setores e políticas governamentais, especialmente pelo Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher(PAISM), a Política Nacional de Redução da Morbi-mortalidade por Acidentes e Violências e o Plano de Metas para o Enfrentamento às Violências de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher (MS, 2002; Brasil, 2003).

II)REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL:

a) Sujeito de Gênero , Sexualidade e Violência

Gênero será a categoria conceitual central para acesso aos modos como se articulam as diferenças nos âmbitos das relações sociais de sexo, tomando-se como base as contribuições de Lauretis(1994), que ao romper com modelos binários da construção social de gênero, nos desafia a pensar as mulheres(e o feminismo) como sujeitos / movimentos ativos que agem perante às representações, situando-se dentro e fora do sistema simbólico “ sexo-gênero”:

“O sistema de sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado(identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais. Assim, a proposição de que a representação de gênero é a sua construção, sendo cada termo a um tempo o produto e o processo do outro, pode ser reexpressa com mais exatidão: A construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação“(Lauretis, 1994:212).

No desempenho de papéis herdeiros de estereótipos socialmente construídos, a *sexualidade* deste “sujeito de gênero” será abordada também como relacional, não natural nem individual, mas aprendida e construída, numa “*interface com o mundo e com outras pessoas*” (Bleier , *apud* Giffin, 1999:178).

Na análise dos espaços de ocorrência da violência sexual de homens contra mulheres, a concepção relacional de gênero nos permitirá demonstrar como mulheres e homens estão ao mesmo tempo em duas esferas(público e privado), desempenhando os papéis herdeiros de estereótipos socialmente construídos para a objetificação/passividade da sexualidade feminina e naturalização da sexualidade masculina como ativa e instintiva. Além disso, espera-se aprofundar a questão, indo -se de encontro a algumas proposições feministas - “*o pessoal é político*” e “*em casa ou na rua, quando a mulher diz não , é não*”- bem como à problematizações propostas por Almeida (1998), que, apoiada na concepção Arendtiana sobre a constituição do espaço e do sujeito político, politiza a violência de gênero ao ultrapassar a esfera do que muitas vezes é julgado de foro íntimo e privado:

“Em outras palavras, trata-se da constituição de sujeitos políticos, capazes de tematizar questões centrais à afirmação de sua autonomia enquanto classe ou categoria, o que não exclui- ao contrário, supõe – a vivência de suas singularidades. Assim, as categorias público e privado estão longe de ser estruturalmente dicotômicas, embora seja esta a construção necessária à manutenção das relações sociais hegemônicas, profundamente assentadas na hierarquização de gênero, de classe e raça/etnia”(Almeida, 1998:99).

Para operar-se sobre a categoria da *violência* - embora tenhamos como objeto de estudo da presente pesquisa, sua própria demarcação, partindo-se das percepções e vivências das mulheres envolvidas em situação de violência sexual e/ou conjugal- tomamos como referência inicial e parcial, a definição proposta por Marilena Chauí e apontada por Gregori(1993) como dispositivo conceitual comum em estudos feministas clássicos como o de Azevedo(1985) :

“ entendemos por violência uma realização determinada das relações de força (...)Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão(...)” (Chauí, *apud* Azevedo, 1985:18).

Especificamente no que se refere ao fenômeno da violência baseada em gênero - do tipo sexual e de homens contra mulheres- partiremos do entendimento de que esta *“conversão de uma diferença”* – no caso, entre os sexos - numa relação hierárquica de desigualdade, utiliza-se da força ou coerção - conscientemente ou não - para atender a fins de dominação masculina e subordinação, mesmo sob resistência, feminina. Ela é *“socialmente tolerada”* por serem sujeitos mulheres o alvo de tal *“vitimização”*, assim como nos sugerem Heise *et al.* (1994) no que definem como violência contra a mulher e nos esclarece Saffioti (1999; 2002; 2002a) em suas argumentações sobre o caráter político da relação homem-mulher.

b) Construção Histórica da Visibilidade da Violência Sexual

Em seu estudo histórico sobre a construção do estupro como fenômeno social na França, entre os séculos XVI e XX, Vigarello (1998) associa a visibilidade contemporânea às diversas categorias de violência sexual, ao imperceptível nascimento de uma visão de sujeito e de intimidade. Entre outros aspectos , destaca o modo como a violência se individualiza e seus efeitos se internalizam, como se definem uma personalidade para o esturador e um trauma para a vítima, como uma medicina legal

instrumentalizada e uma polícia que sofisticada e sistematiza suas técnicas de investigação permitem uma nova abordagem do estupro.

Antes, no período circunscrito pelo autor como Regime Antigo Francês, a ocorrência do estupro se associava a delitos e crimes como roubos e assassinatos, por exemplo, sem ser considerado como relevante uma diferenciação entre a violência física e a violência sexual, refletindo um certo desprezo pelo corpo, a não ser que este corpo revelasse o status da vítima ou do agressor.

Transformação dos significados para “*brutalidades*” e “*tolerâncias*” que fazem transparecer novos efeitos da violência e novas relações entre atores envolvidos, mais especificamente entre homens e mulheres : somente quando confronta dois sujeitos é que a violência sexual passa a ser abordada em sentido diferente, e, somente neste contexto é que a luta contra o estupro ganha o sentido de libertação.

Direitos, autonomia e liberdade, cultura do corpo e da individualidade, são conceitos e ideais que entram em cena para uma nova abordagem do estupro, principalmente quando a defesa dos casos se articula a plataformas de movimentos sociais organizados e militantes, como o movimento de mulheres .

O mesmo estudo de Vigarello toma como modelo para esta discussão, o processo de AIX, que na França do ano de 1978, propiciou amplo debate na esfera dos costumes, colaborando para o avanço nas mudanças necessárias às abordagens cultural, psicológica e jurídica das relações desiguais entre homens e mulheres.

Trata-se de um caso de estupro de duas turistas belgas que ao acamparem em território francês, foram abordadas por um homem que teve por duas vezes suas iniciativas sexuais recusadas pelas jovens, e que, então, resolve voltar com mais dois amigos para se vingar. Após confrontos físicos com os homens, elas foram estupradas pelo grupo. Procuram ajuda policial, registram suas queixas na mesma noite e assumem papel ativo na orientação do caso e na denúncia do crime como retrato de uma sociedade de homens onde a violência sexual se banalizou em função de estereótipos de gênero, como por exemplo, aqueles que reforçam a “*natureza viril agressiva do homem e a passividade das mulheres*”, entre outros. Nas palavras de Goldet:

“ Afirmo que as mulheres são vítimas de atos inqualificáveis. O fato novo não é que elas o sejam mais e mais freqüentemente; o fato novo é que elas não aceitam mais isso”. (Goldet apud Vigarello, 1998: 213)

Na verdade, elas não só não aceitaram, mas passaram a conseguir falar publicamente de seu sofrimento emocional com este tipo de violência, promovendo e ampliando a compreensão do que não é materialmente comprovável, mas que deixa marcas – trauma psicológico.

Juridicamente, a voz e a participação da mulher numa relação sexual, inclusive com seu próprio marido, passou a ter peso nos casos em que os juristas franceses buscavam o limiar para a questão do não-consentimento na relação, para que, posteriormente, uma nova definição e qualificação do crime nas leis e códigos que regulam os direitos individuais e coletivos fosse viabilizada.

A polêmica em torno do estupro conjugal foi fundamental para a fundamentação destes novos códigos. Virapoullé (*apud* Vigarello,1998:224-225), contesta no Senado Francês: *“Não há possibilidade de estupro na união legítima, pois onde ficariam os deveres conjugais?”*. Somente em 1992, em conseqüência do desenrolar dos debates em torno dos casos, uma decisão da Corte de Cassação Francesa trouxe o marco necessário `a consideração do estupro conjugal : *“a suposição de consentimento dos esposos nos atos sexuais realizados na intimidade da vida privada conjugal só vale até prova em contrário”*.

Aix tornou-se um processo modelo no sentido de incidir na tradição moderna do direito, já que por muito tempo a esfera privada fora excluída de sua racionalidade como componente de afirmação da *“dignidade, segurança pessoal e proteção contra o abuso”* (Corrêa,2001).

Muitos outros aspectos do interessante estudo de Vigarello poderiam ser ainda retomados, mas duas argumentações nos chamam especialmente a atenção: a mudança na visão sobre a violência sexual contra mulheres que, como crime, passa a focalizar atos até então desprezados: *“uma massa de gestos transgressores se impõe ao olhar, não porque sejam novos, mas porque são observados de outro modo”*(Vigarello, 1998:225). Necessariamente, este outro modo de olhar implica em reconhecer a mudança na relação social entre homens e mulheres e na abordagem da situação da

violência sexual - como modalidade de violência interpessoal nos conflitos envolvendo relações de gênero- que leva a mulher a ter que buscar sustentar, ainda que de forma ambivalente, uma posição de Sujeito (e não de objeto) nas relações sexuais que vivencia, condição essencial para que qualquer possibilidade de enfrentamento e mudança possa ser desencadeada .

c) A Lentidão do Tempo de Gênero e as Desigualdades no Exercício da Sexualidade

O estudo de Vigarello buscou demonstrar como se deu a interação entre os regimes jurídicos, culturais e psicológicos para a abordagem moderna da violência sexual na França. Entretanto, o próprio autor reconhece uma certa resistência dos costumes que, na contramão da lei, acabam ainda influenciando as maneiras de julgar, e assinalam a complexidade da mudança: “ *a suspeita instalada em muitos processos confirma a irreduzível existência de preconceitos sobre o sexo, assim como o irreduzível problema levantado pelo não consentimento*”. Mais adiante, ele continua : “(...) *Isso significa que esses limites confirmam a manutenção da dominação sobre a mulher, a existência de um julgamento logo de saída inigualitário, a estabilidade relativa dos costumes, apesar da inegável mudança da jurisprudência e da lei*”(Vigarello, 1998: 217-247).

No Brasil, Segato(1999:396) chama a atenção para a particularidade da situação da lei brasileira, que ao ainda enquadrar o crime de estupro como sendo contra os costumes na sociedade e não contra a pessoa, “*deixa evidente, por sua vez, o resíduo da sociedade de status, pré-moderna, que precede à sociedade moderna e contratual constituída por sujeitos sem marca - de gênero ou de raça -, que entram no direito em pé de igualdade. (...) Percebe-se, nessa leitura da lei, a extraordinária lentidão do tempo de gênero, o cristal quase inerte de suas estruturas*”.

Bozon (1995), ao desenvolver estudo sobre relações sociais de sexo na França, faz um uso bastante interessante da sexualidade e do amor como “indicadores” do estado das relações sociais de sexo, uma espécie de termômetro que pode sinalizar em que medida existe uma permanência e em que medida existe uma transformação das relações entre os sexos.

Tomando três realidades em que os indivíduos encontram-se implicados – as representações, as normas e as práticas – ele considera ser a primeira uma camada mais profunda e estável da percepção social, que contém *“atitudes coletivas de longa duração”* e que funcionariam como *“símbolos que organizam a relação dos indivíduos com a natureza, assim como as relações dos indivíduos entre si (especialmente as relações de sexo)”* (Bozon, 1995:123).

No que se refere às normas e às práticas, que seriam, respectivamente, regras de comportamento e comportamentos individuais e coletivos realizados, Bozon chama a atenção para o fato de que, por existirem normas concorrentes, haver a possibilidade do conflito e que, quando as novas normas surgem, muitas vezes, não modificam ou desestruturam de imediato as representações:

“ O surgimento de novas normas, como a da igualdade entre os indivíduos, e entre os homens e as mulheres, não perturba de imediato as representações, cujo ritmo de evolução é lento.(...) As únicas transformações decisivas são as que afetam as práticas ” (Bozon, 1998:124).

Nas entrevistas que o autor realizou com homens e mulheres para acessar a percepção que os mesmos têm da conjugalidade, chama a atenção o fato de que, apesar de toda transformação recente nas posições sociais das mulheres, nas normas e até mesmo nas práticas sexuais de mulheres e homens, não parece haver uma modificação substancial em seus lugares desiguais no âmbito das relações sociais de sexualidade:

“(...)Nas representações masculinas, a mulher continua a ser considerada como um objeto que se deseja adquirir(e depois exibir), mais do que como um sujeito com o qual se estabelece uma relação” (Bozon, 1995:127).

Parece, então, existir uma simultaneidade entre o moderno e o pré-moderno. A lentidão do tempo de gênero, não se aplicaria, por exemplo, às transformações evidentes nas questões de gênero (feminino) na esfera pública – educação, trabalho, entre outras – talvez, delimite a forma moderna das mulheres viverem uma aparente “liberdade sexual”. Ou seja, com o advento do acesso aos métodos contraceptivos, mesmo podendo ter sexo sem gravidez, elas parecem ainda não constituídas como sujeitos de seu desejo (Giffin,1999). Vivem uma autonomia aparente, que na sociedade de consumo se restringe, em grande parte, à noção de liberdade de escolhas e preferências entre objetos, sem contudo que lhe sejam viabilizados processos de autodeterminação . Assim, mesmo com estes novos comportamentos sexuais e reprodutivos, alguns homens

ainda as vêem e tratam como objetos, demonstrando haver uma lentidão do tempo de gênero, mais especificamente, do gênero masculino. Até que ponto este descompasso entre os tempos de gênero feminino e masculino poderiam estar produzindo ou potencializando conflitos nas relações sociais de sexualidade?

Neste cenário, onde a prática da sexualidade pode vir a se constituir como dever ou regra, o jogo erótico pode estar impossibilitado. Mantega (1979:23), situando a questão do *“indivíduo desertotizado”* na análise da produção de subjetividade na sociedade capitalista, aponta para a solidão e alienação da sexualidade contemporânea, na qual o indivíduo, na incapacidade de manifestar sentimentos mais profundos, passa a intensificar seus *“exercícios sexuais”*: *“Nessas condições, o ato sexual fica compartimentado: dá-se entre um sujeito e um mero objeto, ao invés de concretizar a união de dois sujeitos”*.

Para algumas feministas e teóricas do patriarcado, mesmo levando-se aqui em conta críticas às suas tendências universalistas e dualistas, que deixam de fora outras variáveis como classe, raça/etnia e a construção social e histórica diferenciada do gênero, a associação direta entre a sexualidade e a situação de opressão e desigualdade que ainda vivem as mulheres frente aos homens fica assim evidenciada, conforme palavras de Mackinnon(*apud* Scott,1995:77): *“ A objetificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres”*. Bleier (*apud* Giffin, 1994: 34) reforça ainda que, o controle da sexualidade é: *“o método por excelência do controle cotidiano das mentes e corpos das mulheres nas culturas patriarcais”*.

Este controle cotidiano da sexualidade feminina nas sociedades ocidentais acompanha a ascensão da ideologia da família nuclear, que, limitada ao casal e aos seus descendentes, passou a funcionar como um dos principais meios de organizar as relações sexuais entre os gêneros. Nesta tradição, *“o controle social é visto como atuando diretamente sobre o corpo das mulheres, cuja identidade principal é a de mãe, e cuja sexualidade é socialmente aceita somente na reprodução dos filhos legítimos”* (Giffin, 1994:34). Justamente este será um dos campos prioritários de luta dos movimentos feministas e de análise dos estudos de gênero, ao chamarem a atenção de toda a sociedade sobre o quanto o que é da ordem privada e sagrada da família é operado no social: *“ o pessoal, é político”*.

Consideramos, como Lauretis(1994:211) que o gênero representa não um indivíduo, e sim uma relação social pré-existente e predicada sobre a oposição dos dois sexos biológicos: o sistema sexo-gênero, que é “ *sistema simbólico, de significações que relacionam o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais*”, e que tem a função de constituir indivíduos em homens e mulheres. Desta ótica, os estereótipos de gênero que associam ao masculino a atividade e a agressividade, enquanto ao feminino a passividade e a receptividade, colaboram para a produção diferenciada de seus desejos. Na situação de violência sexual de homens contra mulheres estes estereótipos entrariam em ação, literalmente e de forma pouco flexível/interativa, no desempenho dos papéis de gênero.

Porém, se a objetificação sexual da mulher faz parte deste universo simbólico construído socialmente, ele também pode e deve ser desconstruído. Como nos alertam Suárez, Machado & Bandeira, pesquisadoras brasileiras que vêm desde 1993 desenvolvendo estudos tanto com mulheres como homens envolvidos em situação de violência sexual: “(...) *a persistente idéia de que a sexualidade é moldada por forças internas, sobre as quais não temos controle por serem naturais, constitui-se num dos maiores obstáculos para erradicar as práticas sexuais violentas*” (Suárez *et al.*, 1999:281).

Nas entrevistas que realizaram com homens estupradores denunciados e apenados, estas pesquisadoras encontraram nos seus depoimentos, a presença e a ação de alguns destes estereótipos, onde o *apoderar-se* do corpo da mulher e o *esquivar-se* das investidas sexuais é o que se espera respectivamente de homens e mulheres no jogo sexual:

“ a iniciativa faz parte da sexualidade masculina e a recusa inicial faz parte do papel da sexualidade feminina no “jogo sexual”, confundindo-se, assim, estupro com o jogo normal das relações sexuais” (Suárez et al , 1999:290).

Giffin (1994:34), da mesma forma, chama a atenção para o fato de que a visão da sexualidade como instintiva acaba sendo aplicada mais à sexualidade masculina, “ *que domina, controla, e é violenta, justamente por ser dificilmente controlável*”, o que pode acabar legitimando situações diversas de violência sexual contra mulheres.

d) Ambigüidades e tensões entre os papéis de Gênero na Violência Sexual : Nas Entrelinhas do Normal, da Patologia “Individual” e da Conduta “Anti-social”

Quando consideramos a abordagem da situação da violência sexual como modalidade de violência interpessoal naturalizada nos conflitos envolvendo relações de gênero, sublinhamos que, como nos apontam as autoras a seguir:

“A ligação entre violência e gênero é útil para indicar não apenas o envolvimento de mulheres e de homens como vítimas e autores/as, mas também o seu envolvimento como sujeitos que buscam firmar, mediante a violência, suas identidades masculinas ou femininas” (Suárez & Bandeira, 1999:16).

Reconhecer a existência de padrões gerais nas relações sociais de sexo, veiculados por estereótipos de gênero, não quer dizer que deva-se deixar de considerar diferenças entre significados assumidos, por exemplo, pela violência nos diversos relacionamentos. A mesma, tanto pode fazer parte de uma relação de prazer sadomasoquista, como ter um caráter punitivo para comportamentos não esperados, especialmente das mulheres, com relação ao que os homens esperam ou desejam dela. Estas diferentes nuances aqui citadas da violência, quando mais relacionadas à esfera conjugal, podem não ser consideradas como transgressões, sendo de alguma forma toleradas ou assimiladas pela cultura patriarcal onde a violência de gênero *“insere-se no plano da ordem, não é desvio”* (Moreira et al.,1992).

Entretanto, esta lei ou ordem patriarcal encontra-se hoje em “crise”, transição ou mudança. Por muito tempo porém ela “consentiu” a violência conjugal por basear-se em modelos de casamento e família que conferiram centralidade à sexualidade masculina, colocando o homem no papel ativo e autorizando seu “instinto” sexual insaciável , ao mesmo tempo em que restringiram a sexualidade feminina à passividade e reprodução, contando ainda com o domínio econômico do homem enquanto único provedor e a conseqüente aceitação feminina de seus “deveres conjugais” em função de sua dependência financeira.

Atualmente, coerentes com algumas aspirações e conquistas feministas, assistimos à crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e no orçamento familiar, sua busca cada vez mais ativa pelo prazer, enfim , sua aspiração ao exercício de seus direitos de sujeito sexual. Embora experimentando uma

“relativização” da tradicional divisão sexual do trabalho, muitas delas porém, vivem e sofrem uma “atualização das desigualdades de gênero”, ou a “transição de gênero”, sendo exclusivamente responsabilizadas pela provisão material e afetiva da família (Giffin, 2001).

Para Giddens (2000), a “derrocada” deste modelo patriarcal, pode também estar colaborando para a ocorrência da violência de homens contra mulheres:

“É possível que boa parte da violência que os homens praticam hoje contra a mulher, não seja apenas a persistência do velho sistema, e sim uma incapacidade ou recusa de adaptar-se ao novo. Ou seja, não é apenas a continuação do patriarcado tradicional, mas uma reação contra a sua derrocada”(Giddens, 2000:92).

Gregori(1993:143), analisando a produção de teóricas feministas sobre a violência conjugal na década de 80, ainda que ressalte sua compreensão do caráter militante e político das publicações citadas, busca problematizar noções constantemente associadas à vitimização/vitimismo da mulher. Considera que, ao fixarem seus atores nos papéis de algoz e vítima, muitas dessas abordagens seriam redutoras da realidade, o que pode significar *“o pior caminho, seja para compreender o fenômeno, seja para estimular a ocorrência de transformações substantivas nas relações entre os sexos”*.

Este posicionamento e apelo da autora, por um lado, reforça a pluralidade e não a dicotomia, a diferença e não o universal nos comportamentos, nas relações sociais de sexo, especialmente as conjugais, e nos sentidos a eles atribuídos, convidando-nos a um olhar que possa *“apreender ambigüidades e tensões nas relações entre os papéis de gênero”*(Gregori, 1993:146). Para isso, chama a atenção para o fato de que relações violentas no âmbito doméstico seriam casos especiais de relações conjugais, embora concorde que a dominação e a discriminação da mulher existam também nas ditas relações “normais”.

Por outro lado, esta autora parece focalizar, talvez de modo mais nítido, a dimensão do “interpessoal”, de um certo “individualismo de direitos entre o casal”, no sentido do que é privativo e compõe a interação entre dois atores. Nos relacionamentos de conjugalidade , ainda que considerando a mulher, nesta interação, não como vítima mas como “parceira”, a violência é caracterizada (e valorizada) como *“uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros”*(Gregori, 1993:148).

Para Saffioti (2002), esta suposta relação de “parceria” para além de “interpessoal” é política, pressupõe uma situação prévia de desigualdade de poder entre homens e mulheres comum à cultura patriarcal. Ainda que concorde que a mulher não é uma vítima passiva – “*ela participa das violências cometidas*” – alerta para a diferença de se passar a julgá-la como simples cúmplice nas situações de violência em que os efeitos físicos e psicológicos são majoritariamente mais evidentes no corpo e na “alma” femininas. Seria um equívoco, segundo a autora, separarmos qualquer relação social/interpessoal das normas que estruturam a sociedade:

“nenhuma relação social se passa fora da estrutura(...)Conceber relações interpessoais separadamente da estrutura de classes representa visão dualista(...)” (Saffioti, 2002 a:10).

Uma tentativa de encontrar outros sentidos que contribuam para explicar a ocorrência e perpetuação da violência sexual – seria de buscar-se, justamente na exterioridade do interpessoal, aspectos sociais, culturais e políticos que colaboram (ou não) para uma certa “*consciência coletiva*” permissiva ou, não-punitiva, da violência sexual de homens contra mulheres, onde, mesmo quando a mulher não é vista nem situa-se numa posição de pura passividade frente à violência, a violência perpetua-se, concomitantemente à algumas transformações nas relações sociais de sexo.

Costa (*apud* Suárez & Bandeira, 1999:20), em seu trabalho sobre violência e psicanálise considera que o modo individual de sentir não pertence só ao âmbito particular do sujeito, no sentido de sua motivação individual e psíquica. Embora “*inconsciente/psiquismo*” sejam importantes, especialmente na questão da violência sexual, deve-se considerar o papel do social na perpetuação de tais violências, que funcionaria como um “*princípio de realidade*” que regula ou em que se apóia a manifestação das violências.

Assim, pode-se argumentar que a violência sexual se situaria no lugar do encontro entre o indivíduo e a sociedade, sendo os limites de sua “normalidade” produzidos neste limiar: ora sendo considerada patologia ou desvio do indivíduo; ora uma aberração, monstruosidade ou conduta anti-social ou marginal ao social; ora naturalizada e banalizada na relação contratual de casamento e/ou no jogo sexual entre homens e mulheres - ambas referidas ao campo do “interpessoal”; e, mais dificilmente,

sendo considerada um crime ou uma transgressão que deverá ser penalizada por não ter considerado o direito humano da mulher à não violência.

Entre os estudos sobre gênero e violência realizados por pesquisadoras do Núcleo de Estudos da Universidade de Brasília, encontra-se uma enquete realizada com brasilienses sobre o crime sexual (Suárez *et al.*, 1999 a:30), no qual destaca-se, entre as análises realizadas, o eixo comum encontrado em muitas das opiniões dos entrevistados. Em seus discursos, predomina a idéia/percepção da violência sexual como prática pouco usual “*ignorada ou minimizada*”, associada a um certo caráter “*anormal*” e “*divergente*” dos envolvidos – doença e monstrosidade, “*situados à margem da experiência pessoal e dos espaços de sociabilidade, ao invés de um discurso realista sobre a agressividade e as condutas faltosas que ocorrem no cotidiano habitual*”, o que dificulta sua visualização como problema social a ser resolvido.

Para estas autoras, este “*povoamento do imaginário social*” com imagens aterrorizantes sobre a violência sexual, seria reveladora “*da ausência de reação social efetiva contra a ocorrência de crimes sexuais*” :

“(...) esse imaginário passou a cumprir funções de controle social. Quando um homem agride sexualmente uma mulher, não está, em termos das regras consuetudinárias, ameaçado de sofrer as conseqüências de seu ato. Trata-se de um ato sem conseqüências porque, em princípio, deve ser ocultado por todos e de todos. Tanto as mulheres agredidas como seus parentes e amigos preferem calar. Em ausência de controle social substantivo, o imaginário ocupa seu espaço e as idéias de poluição passam a ser cuidadosamente elaboradas” (Suárez et al., 1999 a :53-54).

Uma das possibilidades de se ilustrar esta “ausência” de controle social para com a sexualidade masculina e seu possível comportamento violento com a mulher, seria buscar-se observar como se sentem, mulheres e homens envolvidos em situação de estupro, nos momentos posteriores ao fato. Na pesquisa realizada por Machado (1999) muitas vezes, quando ambos permaneceram calados, o estupro tomou diferentes significados para cada um. No caso dos homens, podendo ser lido e sentido como “*ato confirmativo da virilidade*” - “*o que todo homem faz*” - um comportamento normal heterossexual masculino, que não parece provocar no homem a necessidade de reparação ou expiação. Já para a mulher, a busca de “*rituais de purificação*”, como lavar-se e esfregar-se incessantemente, os pensamentos e julgamentos interiores sobre a possibilidade de ter evitado ou mesmo provocado - “*ela diz não, mas quer*”- são comuns. Até que torne pública a ocorrência do estupro, nomeando-o (o homem) como

estuprador/violador na tentativa de sair de uma condição feminina de não pessoa(objeto), nenhuma sanção - nem simbólica, nem legal – incidirá sobre o homem.

De fato, uma certa “*lógica contraditória*” no dualismo dos estereótipos/ideologias sexuais, protegidos pela “intimidade” do jogo sexual, parece se configurar: a mulher, ao mesmo tempo considerada passiva e vítima da violência, é “*sedutora, pecadora e responsável pela atração do homem*”, e, assim, “*ela pode ser culpada pelos ataques sexuais que atrai*” (Giffin, 1994:35). Nestas condições, o estupro seria a marca confirmatória da “*vergonha*”, da “*impureza*” no corpo da mulher (Machado, 1999:348).

Esta lógica contraditória parece compor, principalmente, o discurso dos estupradores de mulheres desconhecidas – os violadores dos ditos “estupros cruentos” – que buscam, muitas vezes, defenderem-se das acusações contra seu ato, duvidando da “honra” da mulher ou buscando elementos que a coloquem no lugar de “prostitutas”, relacionando sua própria “fraqueza” ou, “*virilidade obrigatória*” com a “*tentação*” da mulher:

“Busca-se encobrir que a figura da mulher que é o objeto sexual por excelência, e que deve ser apenas objeto sexual, objeto morto porque não sujeito, é também pessoa. É a figura da prostituta que resolve este paradoxo: ela pode ser sujeito, dona de sua vontade e resolver ser puro objeto sexual. A figura da prostituta resolve, no imaginário, o paradoxo. O imaginário tem tal força que acreditam nele não só estupradores, mas, muitas vezes, júri e juizes” (Machado, 1999:307).

É exatamente no campo das argumentações e contra-argumentações de operadores do Direito em relação ao crime de violência sexual contra a mulher, que Pimentel *et al.*(1998) elaboraram um interessante estudo sociojurídico sobre contradições presentes nos processos que envolvem o julgamento de delitos sexuais, resgatando algumas pérolas retóricas – como “falsa virgem”, “mundana”- que desqualificam a palavra mulher, com base não mais no código jurídico do que é lícito ou ilícito, mas no que é moral ou imoral:

“Estereótipos, preconceitos e discriminações de gênero estão presentes na nossa cultura e profundamente inculcados nas (in)consciências dos indivíduos; são, portanto, absorvidos também pelos operadores do Direito e refletidos em sua práxis jurídica. Essa absorção, por vezes, implica em uma verdadeira “ inversão de atores” nos processos, vale dizer, através dos discursos proferidos pelos operadores do direito, vítimas transformam-se em réus e vice-versa. A mensagem veiculada por esses agentes, muitas vezes, reforça a idéia de que o estupro é crime em que a vítima tem que provar

que não é culpada e que, portanto, não concorreu para a ocorrência do delito” (Pimentel et al. , 1998:203).

Um alto grau de naturalização da sexualidade masculina violenta reflete as contradições e ambivalências envolvidas naquelas situações de violência doméstica vivenciadas pelas mulheres e perpetradas por seus parceiros íntimos. No discurso e nas denúncias destas mulheres, a questão da violência sexual nem sempre se revela explicitamente, ocultada muitas vezes no limiar de uma “ coerção naturalizada” a relações sexuais não desejadas.

Moreira *et al.*(1992:177-179), apresentam alguns aspectos que parecem se combinar na situação de violência conjugal: onde supõe-se um relação afetiva entre os envolvidos, revela-se uma certa ambivalência da mulher, que julga seu agressor como bom e mau ; a representação da violência como inerente às relações conjugais; e o desejo maior de reparar do que de romper o relacionamento conjugal violento : “*o mesmo homem que bate, desvaloriza, é também o que protege, sustenta, é bom pai e amante. (...) Tanto as características positivas quanto as negativas do agressor parecem proteger as mulheres das dificuldades em romper o relacionamento violento, ao mesmo tempo que reafirmam na vítima certos poderes: o poder de compreender, perdoar, suportar”*. Vale ressaltar que este poder_feminino é raramente mencionado nos estudos.

Lembram ainda que não se deve, no entanto “*equacionar rompimento do silêncio*”, no caso em que procuram diferenciados meios de auxílio(polícia, justiça, serviços médico, psicológico ou social, entre outros), “*com o rompimento da situação violenta*”(Moreira *et al.*1992:186).

Alguns dados da pesquisa “Violência Doméstica, Questão de Polícia e de Sociedade” coordenada por Heleieth Saffioti, parecem constatar tal contradição:

“ Algumas informações sugerem uma mudança na mentalidade das mulheres, que hoje buscam ajuda mais cedo: nas 1.ª e 3.ª DDM/SP, o número de queixas de ameaças aumentou(de 4,1% em 1988, para 21,3% em 1992), ao passo que caiu o número de registros por agressões(de 85%, em 1988, para 68%, em 1992)

Entretanto, o que pode parecer um avanço também revela uma contradição quando se comparam estas informações com a quantidade de processos inconclusos: 70% foram arquivados, na maioria dos casos por intervenção da própria agredida, que altera seu depoimento diante das promessas do companheiro de mudar de atitude”.

(fonte:FAPESP, *apud* Rede Saúde, 2002)

No estudo de Machado(1999:318), a associação entre violência física e violência sexual foi relatada pelas duas únicas entrevistadas pertencentes ao universo daquelas que foram à delegacia denunciar lesões corporais perpetradas por seus parceiros e incluídas na pesquisa: *“a relação sexual forçada, muitas vezes, antecede ou é a seqüência das lesões corporais”*.

Muitas vezes, este tipo de associação acaba constituindo-se como uma “regra” na prática sexual do casal, para garantir o cumprimento de uma das obrigações contratuais pressupostas no casamento – a relação sexual - e a disponibilidade do corpo e da sexualidade da mulher à virilidade “inconsolável” do homem:

“ Anos de abuso e de violência doméstica e sexual, suportados pela maioria das mulheres violentadas, encontram explicação nos sentimentos de culpa e de fracasso que deverão carregar, caso não conseguirem “cumprir as regras e expectativas sociais” de preservarem, a todo custo, o casamento e a família”(Suárez et al., 1999:298).

III) OBJETIVOS E METODOLOGIA

Enquanto uma pesquisa a ser veiculada através de instituição voltada para a área da saúde pública, não poderia deixar-se de considerar dois pontos na demarcação de seus objetivos e marco teórico: primeiramente, a importância de discutirmos possibilidades de prevenção da violência, tal como assinalado por Minayo & Souza (1999), considerando a violência como fenômeno social e histórico que, envolvendo relação humana, trata-se de comportamento aprendido e que, enquanto agravo e ameaça à vida e à qualidade da existência, faz parte do universo da saúde pública; e, em segundo lugar, buscando-se reforço conceitual e operacional na proposta do PAISM de trabalhar com as mulheres sua condição de sujeito, considerando as relações de gênero e da violência de gênero - como parte da questão médica-sanitária interna aos serviços, programas e pesquisas de saúde, como sugerido por D' Oliveira(1997).

Considera-se oportuno também, através da pesquisa, viabilizar uma aproximação acadêmica de definições propostas em Tratados e Conferências Internacionais - entre as quais a Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) e a IV Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995) - para compreensão das concepções nelas veiculadas sobre “*direitos sexuais e reprodutivos das mulheres*”, viabilizando um certo intercâmbio entre noções e entendimentos articulados pelas mulheres entrevistadas sobre, por exemplo, discriminação, violência, direitos e aquelas definições propostas nos planos de ação de tais conferências, contextualizando seu alcance enquanto “(...) *referência ética normativa global*” e sua aplicabilidade nas políticas públicas (Corrêa, 2001).

a) **Objetivo Geral**

Investigar fatores que possam contribuir para o fortalecimento e a proteção dos direitos e da saúde da mulher em situações de coerção e violência sexual.

b) **Objetivos Específicos**

Objetivo 1 - Analisar percepções femininas da violência e a vivência das relações sociais de sexualidade no contexto das parcerias conjugais violentas;

Objetivo 2 - Conhecer experiências e significados femininos relacionados à situação de violência sexual perpetrada por homens desconhecidos;

Objetivo 3 – Comparar algumas experiências e significados sobre a coerção e a violência sexual vivenciadas por mulheres nos âmbitos privado e público de suas vidas.

As questões preliminares norteadoras da pesquisa seriam:

- Existe queixa de “estupro marital” entre mulheres que vivem ou viveram a situação de violência doméstica com seus parceiros ?
- Como se expressa o duplo discurso sobre a violência sexual contra mulheres – considerado crime hediondo entre estranhos e naturalizado entre parceiros íntimos- nas situações de violência conjugal e no estupro cruento?
- Que efeitos ou conseqüências, especialmente em termos da saúde e da sexualidade femininas, bem como da qualidade da vida conjugal e familiar, estariam mais relacionadas pelas mulheres à vivência e , em alguns casos à denúncia, da situação de violência e/ou coerção sexual ?

c) Desenho metodológico

O desenho metodológico do projeto fundamenta-se nas especificidades inerentes à pesquisa social e ao tratamento da violência sexual como fenômeno social.

Neste sentido, conforme bem nos alerta Minayo (1994:14-15), aposta-se na condição de se realizar a pesquisa acreditando que “ *não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos, e as sociedades dão significado e intencionalidade a suas ações e a suas construções(...)*”, o que reforça ser seu objeto de caráter especificamente qualitativo, demandando, portanto, vias de acesso – métodos – próprios.

A opção pelo referencial da pesquisa qualitativa no projeto se justifica pela mesma viabilizar o acesso, a compreensão e a interpretação de realidades como “*universo de*

significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.(Minayo, 1994 :21-22)

Foi tomado como desafio, a busca da compreensão da realidade humana vivida socialmente – no caso, as experiências, percepções e significados operados pelas mulheres que vivenciaram situações de coerções e violências sexuais perpetradas tanto por homens parceiros íntimos, como por desconhecidos - de modo a ser possível analisar e reconstituir, tanto os modelos socioculturais que os produziram , “*os elementos estáveis das identidades compartilhadas*”, como também aqueles singulares, diversos e contraditórios (Spink,1993:306) que possam ser considerados relevantes em processos de mudança ou enfrentamento do fenômeno da violência sexual.

A técnica principal empregada para a coleta de dados na pesquisa de campo foi a entrevista individual semi-estruturada. Ocasionalmente, estes dados foram complementados por pesquisas suplementares (análise documental) em bancos de dados próprios disponibilizados pelos serviços selecionados, como fichas de registro e acompanhamento das mulheres, agendas de marcação de consultas e estatísticas de serviço, bem como através de relatos de informantes-chave e observação de rotinas de atendimentos prestados desde a recepção e acolhimento da clientela nos serviços até alguns grupos de reflexão selecionados.

A entrevista permite a(o) pesquisador(a) recolher informações através da fala dos atores sociais, “ *sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada*” (Neto, 1994:57), mantendo-se uma comunicação que valoriza a linguagem verbal e o significado da fala, por intermédio de uma relação formalizada (entrevistadora-entrevistada).

O modelo de entrevista semi-estruturada é apropriado à abordagem da temática proposta pela pesquisa, por possibilitar lançar-se mão de um roteiro, que articule questões previamente formuladas pela entrevistadora com alguns temas abertos à exploração da própria entrevistada, que poderá falar de modo mais livre e profundo, por exemplo, sobre o que representa para ela ser mulher, o casamento, a relação sexual, o prazer, a violência, entre outros temas que, segundo teóricos que defendem a não diretividade das questões, poderão:

“facilitar a produção de significações fortemente carregadas de afetividade, mesmo quando se apresentam como estereótipos” (Michelat et al. apud Thiollent, 1982:85).

Deste modo, parte-se da possibilidade de se lidar concretamente, nas fases de entrada e de trabalho de campo, com a ambigüidade e dificuldade que parece acompanhar a abordagem da violência sexual contra a mulher: as dificuldades que podem enfrentar, as mulheres “vitimadas”, os profissionais e pesquisadores em geral, de compartilharem publicamente essas vivências, por serem as mesmas, muitas vezes, consideradas de “foro íntimo”, mobilizadoras de emoções “fortes” ou mesmo sofrimentos ; e, por outro lado, a importância e possibilidade concreta de se romper com esta posição de silêncio naturalizado que pode, justamente, estar impedindo este “falar ao outro”, tanto em seu âmbito “ terapêutico” como “político”, buscando-se propiciar à mulher, através de uma interação social específica(pesquisadora-pesquisada), respaldada por cuidados éticos e técnicos necessários, meios de elaborar e tornar públicos seus significados privados para o fenômeno social da violência e de busca mais ativa de troca de experiências e idéias com outras pessoas .

O roteiro, enquanto balizador e não cerceador da fala das entrevistadas (Parga Nina, *apud* Minayo, 1992:121), deve propiciar um certo encadeamento temático para diferentes conhecimentos, percepções, crenças e atitudes das mulheres sobre saúde e qualidade de vida, sexualidade, reprodução, exercício dos direitos e vivências das violações e violências nos âmbitos de suas vidas privadas e públicas, anteriores e posteriores às situações de violência que tenha vivenciado.

Entre outros cuidados éticos, de acordo com a Resolução 196 / 96 do Conselho Nacional de Saúde temos: a apresentação individual da pesquisadora e do curso que originou a pesquisa; descrição clara dos objetivos da pesquisa e da técnica de entrevista ; consulta prévia à participante sobre a autorização de gravação em áudio da entrevista; garantia do sentido voluntário e da possibilidade de desistência da entrevista ou de não responder qualquer questão ; garantia do anonimato da entrevistada e envolvidos e da confidencialidade das respostas, sendo todos estes itens devidamente esclarecidos com a entrevistada, para posterior solicitação de concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 1).

d) Definição dos critérios de participação, delimitação do campo da pesquisa e seleção dos casos

O campo, enquanto recorte espacial que o pesquisador faz, representa “*uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto de investigação*”, tornando-se “*um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupos estudados, propiciando a criação de novos conhecimentos*” (Neto, 1984:53-54).

De posse da concepção conceitual do objeto de estudo proposto na pesquisa, perguntou-se previamente à delimitação do campo: que mulheres poderiam ter uma vinculação significativa com o problema a ser investigado? À princípio, excluindo-se algumas possibilidades identificadas em campos que abarcam serviços de segurança e proteção como as delegacias de polícia e as casas-abrigo, identificou-se que dois grupos distintos de mulheres poderiam ser alvo do estudo:

Grupo 1 : Adolescentes e mulheres com idades acima de 18 anos, que viveram ou vivem situação de violência conjugal, na qual, não necessariamente, o relato de coerção e/ou violência sexual perpetrada por seus maridos ou parceiros fixos foi registrado ou denunciado, mas que buscaram algum tipo de ajuda em serviços especializados na atenção à violência doméstica e que mantêm ou mantiveram uma situação de parceria sexual com estes homens.

Optou-se por incluir como principal campo de pesquisa, para o **Grupo 1**, o Centro Integrado de Atendimento à Mulher, serviço especial do Conselho Estadual da Mulher - CEDIM / RJ para atendimento em violência e discriminação contra a mulher, que atende demandas específicas relacionadas às áreas de Serviço Social, Psicologia e Direito.

Grupo 2 : Adolescentes e mulheres com idades acima de 18 anos, que viveram situação de violência sexual do tipo estupro, que foi perpetrada por homens desconhecidos ou por conhecidos não revelados e que procuraram algum tipo de ajuda, independentemente de terem optado por denunciarem ou não seus agressores e, com experiência sexual anterior à violência

Este campo de pesquisa, considerado complementar para focalização do problema proposto na pesquisa, foi o Serviço de Atendimento em Saúde para Mulheres Vítimas de Violência Sexual do Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães, serviço de saúde que segue rotina de atendimento médico recomendada pela Norma Ministerial, e referência para o aborto previsto por lei, situado na cidade do Rio de Janeiro. A maior parte das mulheres que procurou este tipo de serviço, segundo estudo interno das estatísticas, sofreu violência sexual por desconhecidos.

Assim, acreditando-se que estes campos e grupos de mulheres selecionados têm possibilidade de abranger o problema que pesquisamos em suas múltiplas determinações (Minayo, 1992), realizou-se 12 entrevistas, sendo nove no primeiro campo (CIAM) e três no segundo(IFM).

Vale ainda ressaltar algumas especificidades ou características particulares encontradas nos perfis das violências e vidas das mulheres entrevistadas em ambos os campos e que guardariam alguma similaridade com outros estudos e experiências como as de Ilgenfritz & Soares(2002), Assis & Constantino(2001) e D'Oliveira & Schraiber (s/d). Apontam estas autoras para o “ciclo” de violência pelo qual passam muitas mulheres, relacionando-o à condição de risco ou vulnerabilidade maior para a ocorrência da violência entre aquelas que viveram-na desde sua infância e/ou vida familiar . Encontramos entre as doze participantes de nossa pesquisa, duas mulheres que viveram experiências que as tornariam clientes em potencial ou “usuárias” dos dois tipos de serviço e/ou que atenderiam aos dois perfis selecionados para serem incluídos na pesquisa. Para ambas, há aproximadamente dez anos atrás, a primeira relação sexual foi forçada – sofreram estupro, uma de um desconhecido, outra de um conhecido não íntimo. Esta última, no ano de 2002, foi também vítima de um estupro cruento, motivo que a fez procurar o serviço de referência em saúde. Hoje, cada uma vive ou viveu situações recentes de conflito e /ou violência conjugal, mas somente uma delas recorreu aos serviços especializados em atenção jurídica, legal e psicossocial. De certa forma, este fato parece corroborar o que chamaríamos de um “atravessamento” entre suas vidas privadas e públicas, da experiência da violência baseada em gênero.

Para finalizar, destaca-se ainda como outro critério preliminar orientador da pesquisa, a própria delimitação classificatória das situações de violência vivenciadas pelas entrevistadas. Primeiramente, seguimos os próprios critérios abarcados nas fichas

de registro dos serviços investigados. Para a abordagem e análise nas entrevistas, tomamos operacionalmente a ocorrência da violência em três níveis: físico, psicológico e sexual, partindo-se das definições propostas por Moreira *et al.* :

“A primeira, pela qual um indivíduo alcança a sujeição do outro pelo uso da força física. Revela a pretensão de mando(...). Consideramos como atos de violência psicológica aqueles pelos quais são atingidos objetos de valor afetivo/material da mulher, visando a intimidação ou representando ameaça, despertando nas vítimas sentimentos de medo, insegurança ou vergonha.(...) Na terceira categoria, a da violência sexual, compreendemos os atos masculinos que negam o desejo e o corpo da outra, exercendo dominação através da posse sexual forçada ou da exigência de relações sexuais de formas indesejadas pela mulher, no que consideramos estupros domésticos” (Moreira *et al.*,1992:175).

Para referência conceitual dos casos de violência sexual por desconhecido ou dos estupros cruentos, tomou-se ainda as seguintes considerações apresentadas por Drezett:

“ O estupro é definido pelo artigo 213 do Código Penal como “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”. Entende-se por “violência” o emprego de força física, suficientemente capaz de sobrepujar a resistência da vítima. A “grave ameaça” se configura como a promessa de efetuar tamanho mal, capaz de impedir a resistência da vítima. A “conjunção carnal” corresponde ao coito vaginal, o que limita esse crime às vítimas do sexo feminino” (Drezett, 2000).

e) Campo 1: CIAM - Centro Integrado de Atendimento à Mulher

Em conformidade com o histórico institucional disponível em vários folhetos informativos, desde 1987, quando o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-CEDIM/RJ foi implantado para formular e implementar políticas públicas de promoção da cidadania feminina, o atendimento a mulheres em situação de violência e discriminação vinha sendo prestado. Com o crescimento e a necessidade cada vez maior de atender a tais demandas foi criado o CIAM, que entre 1999 e 2000 funcionou como um programa piloto, passando a contar, desde de março de 2001, com espaço físico e equipe multidisciplinar adequados ao atendimento. Mais de 4000 mulheres já teriam sido atendidas no serviço, segundo impressos distribuídos em 2002.

No contato inicial com a equipe, composta por psicólogas, assistentes sociais e advogadas que atendem às mulheres agendadas diariamente, de 2.^a a 6.^a feira de 9 às 16 horas, os casos são avaliados, orientados e encaminhados, tanto interna como externamente.

Internamente, além do acompanhamento psicossocial e jurídico individual, são oferecidos grupos de reflexão – tanto sobre aspectos jurídico-legais como emocionais e afetivos. O CIAM dispõe ainda de: um serviço Disque-Mulher; um Núcleo Conveniado da Defensoria Pública do Estado para atendimento a demandas jurídicas nas áreas de Direito Civil, Criminal, Trabalhista, Previdenciário; parceiras diversas para o encaminhamento e/ou atendimento da mulher e de familiares na rede de atenção especializada, como DEAMs, Casas Abrigo, Centros de Oportunidades da Secretaria Estadual de Trabalho, hospitais em geral e ong de atendimento a parceiros autores de violência.

A proposta institucional de atendimento, segundo informações documentadas e observadas durante o período da pesquisa, fundamenta-se na reflexão orientada sobre as situações de violência e discriminação vivenciadas pelas “usuárias” - como são identificadas as clientes no serviço- contando com apoio de dinâmicas e técnicas de sensibilização e informação que discutem estereótipos de gênero, leis e rotinas encontradas nos serviços de segurança e justiça, buscando colaborar para o fortalecimento da auto-estima da mulher e sua melhor informação para o exercício de seus direitos.

O panorama geral da usuária do CIAM , segundo dados estatísticos não oficiais para o período de 1998-2000 - referentes a uma pesquisa interna em processo de revisão no momento de nossa pesquisa (2002) - entre aproximadamente 2.000 casos atendidos, encontramos entre os motivos da procura ao serviço:

- Cerca de 1000 por violência de gênero doméstica, que segundo critérios internos incluiriam: lesão corporal, estupro, tentativa de estupro, abuso sexual, ameaça, atentado violento ao pudor, homicídio, tentativa de homicídio, seqüestro, rapto, maus tratos, crime contra honra;

- Cerca de 600 por questões jurídicas como: separação, pensão alimentícia, reconhecimento de paternidade, orientação psicojurídica, guarda, partilha de bens, etc ;

- Cerca de 400 por outros motivos distribuídos entre violências não-domésticas, demandas sociais(procura por moradias, emprego, etc); saúde, questões trabalhistas, e orientação.

Ainda segundo este levantamento, as faixas etárias de maior representatividade no mesmo período foram respectivamente de mulheres com idade entre de 31- 40 anos(cerca de 34%), seguidas das de 21-30 anos (cerca de 23 %) e por último, das de 41 a 50 anos(cerca de 22%). No quesito escolaridade, os dados apontam que a maior parte apresentaria nível fundamental incompleto, seguidas daquelas com nível médio. Aproximadamente 80% da clientela atendida naquele período tinha de um a três filhos e cerca de 50% estaria empregada. Entre as profissões e ocupações mais citadas encontramos: doméstica, do lar, diarista, vendedora, auxiliar de serviços gerais, professora, costureira, entre outras.

- Critérios para seleção de amostra de casos elegíveis aplicados à rotina do serviço

Apresentados e discutidos junto às profissionais envolvidas diretamente no atendimento às “usuárias”, os critérios prévios de seleção e participação na pesquisa, foram revisados e operacionalizados através de: participação da pesquisadora em reunião de equipe para apresentação do projeto e negociação das possibilidades concretas de inclusão das mulheres, de acordo com desenho metodológico do projeto e a rotina do serviço; elaboração e distribuição de texto resumo contendo justificativa, objetivos e metodologia aplicada, onde contatos, dias e horários da pesquisadora foram também relacionados ; disponibilização e organização de uma agenda para registro e

identificação das entrevistas agendadas para orientação da recepção e equipe técnica, bem como comunicação entre pesquisadora e profissionais; participação da pesquisadora em grupos de orientação jurídica para divulgação direta do projeto junto às usuárias; leitura e registro de dados de atendimento e acompanhamento das usuárias atendidas e pré-selecionadas para a pesquisa; contato telefônico ou in loco com as usuárias para agendamento das entrevistas.

Desse modo, além dos critérios já contemplados na pesquisa para seleção dos casos de violência doméstica(Grupo 1), definimos que aquelas participantes de “Grupo de Mulheres” seriam descartadas, já que o mesmo teria potencialmente a capacidade de influenciar no modo de pensar, sentir e agir femininos e, conseqüentemente, representar um viés na pesquisa. Uma vez identificadas como casos prováveis para serem incluídos no estudo, as participantes eram informadas da pesquisa:

-Pela equipe: Ao término de suas entrevistas iniciais, conforme previsto na própria rotina de triagem dos casos, onde consulta-se a usuária sobre possibilidades e interesse em participar de pesquisas e atividades promovidas pelo serviço(vide ficha de atendimento ANEXO 5);

-Pela equipe: No retorno espontâneo e agendado para os serviços do Centro. Entre outros atendimentos de retorno encontravam-se : grupos de orientação jurídica oferecidos para aquelas mulheres com audiências já agendadas nos Juizados Especiais Criminais; “grupo de mulheres”; entrevistas individuais de seguimento com a equipe (serviço social, jurídico e orientação psicológica);

- Pela pesquisadora, durante sua participação em grupos jurídicos , onde divulgaria a pesquisa e recrutaria diretamente as mulheres interessadas.

Entre 17 casos pré-selecionados, descartamos quatro : uma que teria participado recentemente de outra pesquisa no serviço, uma que apesar de interessada passou a participar do grupo de mulheres ; e duas outras que teriam dificuldades de retornar ao serviço ou serem contatadas, apesar de interessadas, por conta de suas mudanças recentes- urgentes e necessárias em função da violência- de local de residência .

Entre 13 entrevistas agendadas, nove foram realizadas. Entre as quatro que faltaram ao encontro agendado , duas tiveram suas ausências justificadas: uma que teria sido agredida pelo parceiro, se encontrava de nariz quebrado e deprimida segundo familiares; outra que só poderia comparecer no seu único dia de folga mensal do trabalho, teve

dificuldades em conciliar o horário de atendimento no JECRIM(Juizado Especial Criminal) com o horário marcado para a entrevista.

Foram realizadas e gravadas um total de nove entrevistas. Todas concordaram em assinar o Termo de Consentimento e com a gravação em áudio. Apenas uma não quis levar sua cópia impressa do termo, por “medo da reação do marido”.

- Perfil das mulheres em situação de violência de gênero doméstica entrevistadas(Grupo1)

IDADE

No que se refere à idade, as participantes da pesquisa tinham entre 25 e 51 anos. A maioria encontrava-se na faixa etária de 31- 40 anos de idade, de acordo com os critérios de classificação utilizados pela instituição:

Faixa Etária	Total de mulheres
21-30 anos	2
31-40 anos	5
41-50 anos	1
Mais de 50 anos	1
TOTAL	9

ESCOLARIDADE

O nível fundamental incompleto foi informado por quatro usuárias, sendo que, duas delas, disseram durante as entrevistas que tinham dificuldades com a escrita e/ou a leitura. Entre as demais, duas relataram ter nível médio incompleto e duas o nível médio completo. Apenas uma mulher cursou e completou o nível superior:

COR / RAÇA/ETNIA

As usuárias foram registradas como brancas (6) e pardas(3). Nas entrevistas uma das “pardas” autodenominou-se como “morena”.

ESTADO CIVIL, SITUAÇÕES DE PARCERIA SEXUAL E DE CONJUGALIDADE

A distribuição foi proporcional segundo estado civil (de direito): quatro mulheres casadas e quatro solteiras, sendo apenas uma divorciada. Todas as casadas,

relataram somente esta parceria sexual e, encontravam-se em processo de separação. Entre as solteiras, duas moravam junto com seus parceiros e duas estavam separadas, e todas tiveram experiências sexuais prévias à união.

SITUAÇÃO ATUAL DE CONTRACEPÇÃO

O uso atual de algum tipo de proteção contra a gravidez foi relatado entre sete participantes, sendo a pílula o método mais utilizado. Uma reportou estar na menopausa e a outra, única em cuja entrevista não pudemos seguir o roteiro na íntegra, não respondeu :

Método contraceptivo	Total de usuárias que informou uso atual de contracepção
Anticoncepção oral (pílula)	4
Dispositivo Intra-uterino(DIU)	1
Método Natural (Tabela)	1
Laqueadura tubária(esterilização feminina)	1
Total	7

FILHOS

As entrevistadas tiveram entre um e três filhos, sendo que a única que teve quatro filhos tinha mais de 50 anos e não os teve com o parceiro atual denunciado (todos filhos de seu primeiro casamento) . Somente uma das entrevistadas com dois filhos teve um filho com o ex-marido denunciado e um filho de um relacionamento anterior cuja paternidade não foi assumida(mãe solteira):

N.º filhos	Total de mulheres por n.º de filhos
1 filho	3
2 filhos	4
3 filhos	1
4 filhos	1

OCUPAÇÃO/ PROFISSÃO /FONTE DE RENDA

Com exceção de uma entrevistada, que declarou-se “do lar” e totalmente dependente financeiramente da renda do marido, todas tinham alguma fonte de renda, quer fossem fixas ou ocasionais .

Três participantes encontravam-se formalmente empregadas , sendo uma como balconista (R\$ 280,00), outra como costureira (R\$ 300,00) e uma outra, administradora de formação, contratada como agente administrativa no setor público(R\$ 400,00). Uma única, apesar de ter emprego fixo como diarista(R\$ 300,00) , não tinha sua situação profissional regularizada. Uma entrevistada encontrava-se aposentada e, entre as três demais, atividades autônomas como lavagem de roupa e serviço de manicura, foram citados como meios próprios de subsistência, enquanto encontravam-se formalmente desempregadas. Uma destas, teria sido demitida recentemente de seu emprego de atendente de consultório, por influência do comportamento violento do parceiro em seu local de trabalho.

RENDA FAMILIAR

A renda familiar informada por oito entre nove famílias abordadas neste serviço variou entre R\$ 150,00 e R\$ 1.250,00. A renda de R\$ 4. 000 declarada por uma parceira e referia-se aos ganhos exclusivos do ex-marido, marceneiro que tinha um negócio próprio na ocasião da entrevista, mas que negava-se a pagar a pensão alimentícia estipulada legalmente, para ela e seus três filhos, por não aceitar a separação.

Uma delas informou receber apoio – cesta básica - de dois programas sociais e outra ainda do próprio pai (mesada). A primeira para garantir a alimentação das duas filhas e a segunda para complementar seu orçamento.

Tomando como base o salário mínimo nacional de junho de 2002 - R\$200,00 (<http://www.portalbrasil.eti.br/salariominimo>), registramos as seguintes faixas de renda familiar declaradas nas entrevistas:

Faixa de rendimento	N.º de famílias
< 1 salário	2
1 a 2 salários	2
3 a 5 salários	3
6 salários	1
20 salários	1

RELIGIÃO

A maioria declarou-se católica(6) e as três demais eram evangélicas. Estas três, conforme observado nas entrevistas, afirmaram-se como religiosas “praticantes”.

TEMPO DE RELACIONAMENTO COM PARCEIROS E EX-PARCEIROS

Todas as mulheres que buscaram orientações e apoio em decisões e situações envolvidas no relacionamento com seus parceiros e ex-parceiros, convivem ou conviveram no mínimo de seis e no máximo de 22 anos com estes homens:

Tempo de união ou casamento	Número de mulheres
6 – 10 anos	4
11 – 15 anos	3
20 ou mais anos	2
TOTAL	9

- Perfil dos Parceiros “autores de violência”

A idade dos parceiros e ex-parceiros variou entre 33 e 66 anos, sendo que, com exceção de um com idade igual à da parceira, todos eram mais velhos do que elas :

Idade do parceiro	Idade da entrevistada	Diferença em anos
37	31	6
35	25	10
53	46	7
36	36	0
33	29	4
39	37	2
35	31	4
66	51	15
52	39	13

A maioria destes companheiros e ex-companheiros foi registrada como branca(5), sendo dois pardos e dois negros. Quanto à escolaridade sete(7) informaram nível fundamental incompleto, um (1) ser alfabetizado e (1)um formado em música.

A maior parte destes homens tinha alguma ocupação(6), sendo que entre os três restantes, dois estariam desempregados e um aposentado. Com exceção de um parceiro, todos os demais apresentaram algum tipo de vício registrado. Vejamos:

Ocupação	Renda informada pela mulher(R\$)	Tipo de Vício Registrado
Carpinteiro desempregado	-	“Drogas”
Pedreiro	480	Álcool
Mecânico	900	Álcool
Músico desempregado	-	Álcool
Repositor de supermercado	(?)	“Drogas”
Garçom	1.200	Álcool e jogo
Pasteleiro	200	Não tem
Aposentado(DNER)	(?)	Álcool
Marceneiro autônomo	4.000	Álcool

(?) não conhecida /informada pela mulher

-Perfil das violências nos casos de violência doméstica e/ou conjugal

Para todos os nove casos incluídos no estudo a partir deste universo de vivência da violência conjugal , o motivo registrado para a procura deste tipo de serviço foi a violência de gênero doméstica, conforme classificação utilizada pela instituição em seu modelo de ficha de atendimento(ANEXO 5).

Em oito dos nove casos incluídos na nossa pesquisa, a lesão corporal foi o tipo de violência por elas tornado público desde a primeira entrevista no serviço. Em três deles, este foi o tipo exclusivo denunciado e em cinco outros houve a associação da lesão corporal com algum outro tipo de violência, como por exemplo, a violência psicológica, através de discriminações e intimidações, e/ou a ameaça. Somente uma mulher , em seu primeiro contato com a equipe responsável pelo atendimento, teve registrada o crime de ameaça como tipo exclusivo de violência.

Não encontramos nenhum registro de casos em que a tentativa de estupro , o estupro, ou o atentado violento ao pudor pelo parceiro ou ex-parceiro, houvessem sido

denunciados e/ou notificados em suas fichas de 1.º atendimento. Porém, em atendimentos subsequentes, conforme dados de evolução dos atendimentos pesquisados, algum relato técnico sobre queixas e situações ligadas à possíveis situações de violência sexual foram registrados em quatro casos.

Entre os tipos de agressões sofridas e citadas durante as entrevistas encontramos:

- Tapas, cuspidas e socos no rosto
- Tapas e socos cabeça
- Chutes , inclusive na barriga enquanto grávidas
- Puxões de cabelo
- Empurrões
- Destruição de objetos pessoais(calcinha, por exemplo)
- Destruição de objetos da casa(móveis)e/ou arremesso dos mesmos na direção da mulher
- Destruição de bens de terceiros(ex.:portão do local de trabalho da mulher)
- Agressões morais(ser chamada de “puta”, piranha, adúltera, etc);
- Discriminações(considerá-la incapaz ou burra, por ex.)
- Ameaças físicas e /ou tentativas de homicídio contra a mulher, usando força física(enforcamento) e objetos (pau/ vassoura/ faca);
- Ameaças de vida , agressões físicas, abandono físico e afetivo dos filhos;
- Sexo vaginal forçado;
- Sexo anal forçado;
- Sexo oral forçado;
- Sexo vaginal sem proteção, com parceiro portador de Sífilis;
- Cárcere privado.

De certa maneira, a possibilidade de quantificarmos e classificarmos alguns tipos “legais” de violência física, psicológica e sexual denunciados – crimes de lesão corporal e ameaça, por exemplo, já que o estupro marital não é considerado como crime na legislação brasileira- informando quantas vezes cada mulher levou e/ou revidou um tapa, um soco, quantas vezes ouviu e respondeu a xingamentos e inverdades de seus parceiros, quantas vezes “cedeu” a relações sexuais não desejadas antes do momento em que resolveu denunciar a violência , parece uma tarefa bastante difícil. Este tipo de situação- o conflito e a violência nos relacionamentos de conjugalidade – foi apontado como crônico na rotina destes casais, merecendo, por isso, um capítulo específico na

descrição dos dados, para que informações sobre os fatores precipitantes para a atual tomada de atitude destas mulheres (pedido de ajuda e/ou denúncia do parceiro), bem como sobre os motivos e queixas mais recorrentes para justificar sua ocorrência e cronificação, fossem mais detalhadamente analisados.

- Características gerais das entrevistas - Grupo 1- CIAM

As entrevistas foram realizadas no período entre 20 de maio e 11 de julho de 2002.

O roteiro de entrevistas utilizado (ANEXO 2), além de levantar dados gerais de identificação da mulher e do parceiro, baseou-se inicialmente em 36 perguntas, que aprofundaram os seguintes temas chave :

- Tema A : Situação Da Entrevistada Na Família De Origem/Formação;
- Tema B : História Da Violência Conjugal;
- Tema C – Efeitos Diversos Da Violência :
- Tema D : Rotinas, Intimidades E Relação Sexual Do Casal
- Tema E – O Enfrentamento Da Situação De Violência;
- Tema F: Expressão Livre De Opiniões

As entrevistas duraram entre 45 minutos e uma hora e 50 minutos, sendo o tempo médio de uma hora e 30 minutos. Naquela que durou menos tempo não seguimos o roteiro em sua totalidade, porque a usuária tinha um compromisso e tinha que se retirar mais cedo. A entrevista mais longa foi conduzida com a única entrevistada com mais de um casamento e de idade mais avançada. Todas foram gravadas em fitas de áudio e transcritas posteriormente.

Ao final das entrevistas, distribuímos como brindes éticos (D'Oliveira & Schraiber, 2002), material informativo sobre locais de referência para o atendimento a mulheres em situação de violência(todas) e também algumas cartilhas educativas sobre temas de saúde sexual e reprodutiva como DST/HIV/AIDs/Sexualidade .

Para garantir a privacidade e confidencialidade das participantes, criamos nomes fictícios e apresentamos a seguir suas identificações e características:

1- Moema

31 anos ; branca; nível médio;união consensual ;1 filho (4 anos);balconista (carteira assinada);evangélica

Parceiro: 37 anos; parda; fundamental incompleto; desempregado (carpinteiro);
vício: droga

Tipo de violência denunciada: Lesão corporal + ameaça

Tempo relacionamento: 13 anos

2- Geisa

25 anos; branca; nível fundamental incompleto (até a 4ª série); natural da Paraíba; união consensual; 2 filhos (3 anos e 5 anos); doméstica (sem carteira); católica;

Parceiro: 35 anos; branca; fundamental incompleto.; pedreiro; católica; vício: álcool

Tipo violência denunciada: lesão corporal

Tempo e relacionamento: 8 anos

3- Zilka

46 anos; parda; nível médio incompleto; natural do Pará; casada ("meio separada" (ela saiu); 2 filhos (18 e 21 anos); costureira (carteira assinada); católica;

Parceiro: 53 anos; negra; fundamental incompleto; mecânico; "macumba"; vício: álcool

Tipo de violência: lesão corporal + violência psicológica

Tempo relacionamento: 22 anos

4- Mary

36 anos; branca; nível superior (administração); natural de Minas Gerais; solteira em processo de separação de união consensual (ela saiu);

1 filho (9 anos); funcionária pública (agente administrativa); evangélica (luterana);

Parceiro: 36 anos, parda, nível superior incompleto(músico); desempregado; católico;
vício: álcool

Tipo de Violência: ameaça

Tempo de relacionamento: 9 anos

5- Dalva

29 anos; branca; nível médio; solteira, em processo de separação de união consensual;
1 filha do casal (5 anos) e 1 filho dela (7 anos); desempregada – manicure(bico);
católica;

Parceiro: 33 anos; branca; nível fundamental incompleto; repositor (supermercado);

Vício: drogas

Tipo de violência: lesão corporal + ameaça + violência psicológica + violência doméstica de familiares / sofreu violência sexual por desconhecido (na adolescência)

Tempo de relacionamento: 7 anos

6- Elaine

37 anos ; parda; nível fundamental incompleto (até a 2ª série); natural do Ceará; casada, em processo de separação de corpos (ela saiu de casa); 2 filhas (11 e 12 anos); lavagem de roupa (bico) ; católica;

Parceiro: 39 anos; branca; nível fundamental incompleto; garçom; católica ; Vício: álcool e jogo

Tipo de violência: lesão corporal + ameaça

Tempo de relacionamento: 13 anos

7- Suzi

31 anos; branca; alfabetizada; natural da Paraíba; casada, em processo de separação (ele saiu); 1 filha (14 anos); desempregada (bico manicure); católica;

Parceiro: 36 anos; branca; alfabetizado; pasteleiro

Tipo de violência: lesão corporal

Tempo de relacionamento: 15 anos

8- Gal

51 anos; branca; alfabetizada; natural de RJ; divorciada (1º união) e em união estável c/ 2.º parceiro ; 1º casamento (4) filhos / 2º nenhum; aposentada (por invalidez); evangélica;

Parceiro: 66 anos; negra; nível fundamental incompleto; aposentado(DNER);vício :álcool

Tipo de Violência: lesão corporal + ameaça + violência psicológica

Tempo de Relacionamento: 6 anos (2..a união)

9- Estela

39 anos; branca; nível médio incompleto; natural do Piauí; casada em processo de separação ; 3 filhos (18/14/3 anos) + 1 só dele (23 anos); "do lar"; católica;

Parceiro: 52 anos; branca; nível fundamental incompleto; marceneiro; católica; vício álcool

Tipo de violência: lesão corporal

Tempo de relacionamento: 20 anos

- Impressões Gerais Campo 1 - CIAM

De modo geral, avaliamos como positiva a receptividade das mulheres à pesquisa, muitas vezes facilitada pela boa vinculação das usuárias ao serviço.

A função de “ empoderamento” da mulher via seu acesso a um serviço que a trata com respeito e acolhimento, provendo-a de informações, orientações e encaminhamentos para serviços e procedimentos diversos, especialmente no âmbito jurídico-legal, foi reconhecida como importante pelas entrevistadas na condução de suas vidas, quase sempre tumultuadas por conflitos domésticos e diferentes tipos de violência.

Para elas, contar com um espaço de escuta qualificada e multidisciplinar (direito, psicologia e serviço social) para diferentes demandas femininas - separação, guarda dos filhos, pensão alimentícia, denúncia e representação da violência conjugal e da violência no trabalho, cuidados e tratamentos para doenças físicas e psíquicas relacionadas à situações de discriminação e violência, bem como necessidades sociais de moradia e de emprego decorrentes- foi percebido como algo absolutamente único . A maioria das mulheres, demonstrou satisfação em poder contar com este tipo de serviço, e lamentou, muitas vezes, não ter tido acesso antes.

Nas entrevistas, a vontade de falar e contar sobre suas vidas, oscilava entre a necessidade de apontar seu sofrimento atual e encontrar meios de acabar com a violência , e a necessidade de trazer, em detalhes, seu histórico de anos de sofrimento - algumas vezes, num discurso prisioneiro a um modelo feminino estereotipado de viver a relação homem-mulher(Gregori, 1993 a).

No apoio jurídico proporcionado às usuárias que aguardam uma audiência no Juizado Especial Criminal(JECRIM), serviço público destinado a dar seguimento às suas “ queixas- denúncia” contra o marido e que foram registradas nas delegacias, as mulheres são esclarecidas sobre o que, possivelmente, “ganhariam” e o que deixariam de “ganhar” caso mantivessem ou retirassem suas queixas. Observamos e ratificamos a importância das mulheres participarem deste tipo de atendimento : neste momento,

parecem se ver diante de uma “identidade” ou “papel”, pouco ou dificilmente tomadas para si, dentro da relação com o agressor, conforme observado nas entrevistas : manter a queixa ou a “representação”(termo jurídico) pode não significar efetiva ou prontamente uma “punição” para o agressor, mas pode permitir que ela afirme, publicamente, sua condição de sujeito ativo (e não vítima) diante da relação com o marido, o que seria um dos passos necessários para que ela se coloque de modo diferente na relação e na vida em geral.

Os efeitos deste tipo de intervenção ecoaram nas entrevistas, quando observamos a vontade das mulheres continuarem a querer entender e continuar refletindo sobre as implicações de suas ações e de seus parceiros sob a perspectiva dos direitos e da “ação”, não mais só a “(vitim)ação” . Esta vontade, expressa no meio das entrevistas em dúvidas que foram redirecionadas para a equipe responsável pelos casos, como por exemplo, “manter “ ou não processos de separação e queixas contra seus parceiros, já que eles teriam parado de beber e as respeitavam mais, pareceu apontar ainda para a demanda pelo acompanhamento mais continuado das mesmas , de modo a que outros temas, inclusive sexualidade e gênero, pudessem integrar-se aos conteúdos e processos de reflexão já iniciados.

Ao término das entrevistas, no espaço que abrimos para esclarecimentos, algumas chegaram a deixar “conselhos” para outras mulheres dizendo que “ não se calem” ou, “ quem cala consente”, ou que procurem ajuda desde a primeira vez , reconhecendo as vantagens atuais do apoio que receberam.

f) CAMPO 2 - INSTITUTO MUNICIPAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES (IFM)

O IMMFM, é uma unidade hospitalar da rede municipal de saúde da cidade do Rio de Janeiro(AP1.0) que conforme dados disponibilizados na página eletrônica da Secretaria de Saúde (www.rio.rj.gov.br) , presta os seguintes atendimentos ao Sistema Único de Saúde(SUS): assistência à gestante de alto risco; clínica geral; enfermagem obstétrica; ginecologia; ginecologia/obstetrícia; pediatria e serviço social.

Entre outros programas e rotinas de saúde diretamente vinculados à implementação de políticas públicas de atenção integral à saúde da mulher, a atenção

especializada às gestantes de alto risco e às vítimas de violência sexual, são referência no estado.

Dados divulgados no Seminário “Refletindo sobre a Violência Contra a Mulher”(Centro de Estudos Lucinda Ciuffo/IMMFM , outubro de 2001), indicavam que desde 1997 a unidade já iniciara sua atenção às mulheres vitimadas sexualmente, quando passou a contar com serviço de referência para o aborto legal. A partir de 1999, já com o envolvimento de outros setores, passaram a oferecer um Serviço de Atenção em Saúde para Mulheres Vítimas de Violência Sexual, ampliando seu foco para além da questão da interrupção legal da gravidez : todas as mulheres, independentemente da idade e de terem prestado ou não queixa policial sobre situações de violência sexual nos serviços de segurança, poderiam receber o atendimento em saúde, estando ou não grávidas.

A Proposta Técnica de Atendimento em Saúde Às Mulheres Vítimas de Violência do Instituto Fernando Magalhães, conforme documento de referência datado de junho de 1999(ANEXO 7), destaca entre outras justificativas e fundamentações para sua prática:

“Não podemos fechar os olhos e ouvidos às “quedas da escada”, aos hematomas de rostos que “ esbarram na parede”, ou ainda sucumbir ou compactuar com o preconceito que culpabiliza a vítima por seus trajés ou comportamentos. É preciso cuidar do corpo e da mente da mulher que nos procura e denunciar o crime no intuito de tratar a sociedade e fazer a profilaxia da agressão sexual ” (IMMFM,1999:1).

Neste caminho, o serviço passou a ser reconhecido como um dos pioneiros para a implementação e atualização da Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes(MS/ SPS / Área Técnica de Saúde da Mulher, 1999; 2002).

Entre as características particulares ao programa, conforme informado pela profissional responsável pela sua implementação e gerenciamento, encontra-se a não existência uma equipe única definida para o atendimento, especialmente na emergência, onde os ginecologistas, obstetras e pediatras plantonistas são treinados na rotina de atendimento. O restante da equipe diretamente envolvida seriam as enfermeiras e auxiliares de enfermagem da emergência e da ambulatório, assistentes sociais e psicólogas da unidade, além da equipe de administração para abertura e arquivamento

dos prontuários e da divisão médica para apoio na supervisão e treinamento da equipe , centralização dos dados e coordenação geral.

O serviço possui normas e registros próprios impressos para apoio na implementação da rotina de atendimento(ANEXO 6). Entre cerca de 11 procedimentos recomendados para o atendimento de emergência e ambulatorial - respeitando-se a história clínica, caso a caso, inclusive os procedimentos diferenciados em situações de gravidez resultante de estupro- destacamos :

A- Período de até 72 horas após violência:

- Abertura de Boletim de Emergência e de prontuário único , incluindo registro da história da agressão(ficha VVS) narrada pela mulher, parentes e/ou acompanhantes ;
- Atendimento pelo Serviço Social para prestação de informações e encaminhamentos legais necessários(por ex. Conselho Tutelar, quando criança ou adolescente);
- “Oferecimento” de Atendimento em Saúde Mental(agendamento só sob demanda);
- Exames de Sorologia para Sífilis e oferecimento Sorologia anti- HIV e TIG(teste de gravidez rápido);
- Profilaxia da gravidez;
- Profilaxia de Hepatite B, HIV e outras DSTs;

B- Seguimento Ambulatorial (três consultas previstas para 30/60 e 90 dias após violência)

- Exame físico , análise de resultados , tratamento de doenças detectadas e solicitação de novos exames e sorologias, inclusive anti-HIV ;
- Colheita de exame colpocitológico (teste Papanicolau) e exame de mamas;
- Encaminhamento para a rede básica de saúde(PAISM) após 6.º mês, sem interrupção por exemplo, de consultas já iniciadas em saúde mental .

No que se relaciona ao perfil da clientela atendida no período entre 1999-2001, conforme pesquisa interna divulgada no Centro de Estudos, que tomou como base o banco de dados informatizado do programa, podemos resumidamente apontar que :

- Entre 420 casos atendidos, cerca de 303 eram de adolescentes e adultas jovens com idades entre 12 e 25 anos;

- 318 adolescentes e mulheres atendidas foram registradas como solteiras, 36 como casadas, 14 solteiras com companheiros, 13 separadas, quatro viúvas , não havendo registro para as 35 restantes;
- Entre os dados de escolaridade registrados, 158 das vítimas teriam nível fundamental , 108 nível médio, 18 nível superior e quatro seriam analfabetas;
- Os Índices declarados de agressores conhecidos são mínimos, entre eles dois casos de ex-maridos e um de marido;
- A maior parte dos agressores denunciados é declarada desconhecida da mulher vitimada sexualmente;
- Em amostra aleatória de 12 prontuários analisados pela equipe, cinco mulheres não teriam retornado ao serviço ambulatorial para dar seguimento ao atendimento
- A maior parte chegou ao serviço encaminhada pelas Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulheres.;
- Entre os 420 casos, foram realizados 20 interrupções legais da gravidez;

- Critérios para seleção de amostra de casos elegíveis aplicados à rotina do serviço- Grupo 2(IFM)

Apesar de termos definido os critérios prévios para seleção dos casos a serem incluídos no Grupo 2 (violência sexual por desconhecido), termos contatado previamente a equipe que gerencia o programa de Atendimento em Saúde para Mulheres Vítimas de Violência Sexual , tanto para conhecimento e aprovação interna do projeto, como para detalhamento da rotina do serviço e da proposta metodológica do projeto , encontramos algumas dificuldades iniciais para colocar em prática a pesquisa, tanto pela sua especificidade, como por termos que adequá-la à rotina de um serviço hospitalar de médio /grande porte.

Uma vez entendido que o processo de acolhimento da mulher vítima de violência sexual na unidade ocorreria principalmente em dois distintos momentos- no atendimento médico prestado na emergência e nas consultas pré- agendadas com a equipe do ambulatório- definimos que o melhor momento para incluir os procedimentos da pesquisa- convite e realização da entrevista- seria em seu retorno agendado.

No intervalo entre a qualificação do projeto, encaminhamento ao Centro de Estudos do Hospital e à Secretaria Municipal de Saúde e sua implementação(campo), alguns acontecimentos teriam colaborado para uma certa “lentificação” e/ou adaptação no processo de implantação da pesquisa ,como por exemplo: o fato da enfermeira responsável pelo seguimento dos casos “vvs” (vítima de violência sexual) no ambulatório, contatada pela pesquisadora em fase de pré-campo, encontrar-se de licença maternidade; a situação de termos que interagir com uma nova equipe e/ou forma de distribuir as tarefas internas ao serviço e ao ambulatório.

Uma vez contornadas as dificuldades previsíveis acima, passamos a nos inteirar mais da rotina ambulatorial . O volume de mulheres e a gravidade dos casos atendidos – mulheres gestantes de alto-risco, mulheres no pós-parto, entre outros- envolvia inteira e intensamente a equipe. Como identificar entre aquelas agendadas, os casos “VVS”, sem “interferir” na rotina e causar maior sobrecarga à equipe? Conforme as pequenas “brechas” no atendimento e reuniões se davam, fomos contatando diferentes atores que participavam dos atendimentos ambulatoriais, que foram nos ajudando a pensar concretamente a melhor forma – ou a mais viável - de alcançarmos nosso primeiro objetivo: selecionarmos os casos elegíveis, respeitando os critérios metodológicos e éticos do serviço e da pesquisa. Para referência da equipe, elaboramos e entregamos um resumo do projeto e alguns convites impressos (ANEXO 4) para divulgação da pesquisa junto às usuárias.

Definimos e operacionalizamos ainda os seguintes passos:

- Uma vez “liberada” e em nossas mãos a agenda da enfermeira responsável pelas consultas de seguimento, verificávamos entre as clientes marcadas (mulheres vítimas de violência sexual, planejamento familiar , pós-parto etc), aquelas codificadas como “vvs”. Recolhíamos ali os dados disponíveis - nome, nº de prontuário, dia e data da consulta agendada.;

- De posse desses dados, seguíamos para o setor de Arquivo de Prontuários(que atende a todo o hospital), onde solicitávamos a localização daqueles prontuários listados para nossa posterior leitura, procedimento previsto e autorizado pela equipe da unidade. Compreensivelmente, diante do volume de trabalho e da lista que entregávamos, nem sempre era possível que este atendimento fosse imediato, embora a presteza e o domínio de conhecimento dos funcionários fossem sempre ótimos;

- Após o acesso e a leitura dos prontuários, procedíamos à seleção dos casos enquadrados nos critérios da pesquisa;

- Retornando ao ambulatório, marcávamos na agenda da enfermeira dos casos de violência, ao lado dos nomes daquelas “vvs” selecionadas –“pesquisa”. Assim, ela poderia tanto divulgar a pesquisa entregando uma cópia do convite impresso, como saber que naquele dia estaríamos aguardando a cliente à saída da consulta para convidá-la diretamente;

- Além disso, algumas vezes chegamos a solicitar o apoio das auxiliares de enfermagem de plantão, que controlavam a chegada e a convocação para as consultas, das clientes que aguardavam nas três salas de espera e nos corredores do hospital. Entregávamos os nomes selecionados e solicitávamos que quando possível, nos avisassem da chegada de alguma delas;

- Por fim, também recorremos à convocação direta das mesmas nas salas de espera.

Ao final deste processo, lemos 31 prontuários e selecionamos previamente 15 casos. Contatamos e convidamos diretamente oito mulheres. As demais, ou não vieram ao serviço no dia agendado(às vezes ligavam e remaravam, às vezes faltavam), ou compareceram ao serviço mas não foram localizadas/acessadas pela pesquisadora.

Entre as oito contatadas, duas recusaram-se a participar, alegando não quererem ou temerem conversar sobre o assunto da violência, sendo que ambas referiram ainda terem iniciado processo psicoterapêutico (uma na própria unidade e outra com psiquiatra particular). Uma foi agendada e não compareceu e nem justificou ausência. Uma outra, apesar de aceitar participar, não tinha mais a intenção de retornar ao serviço, nem poderia ser entrevistada no momento da abordagem(horário de encerramento das atividades no ambulatório).

Realizamos entrevistas completas com quatro mulheres, e incluímos três na pesquisa. Aquela excluída, nos foi encaminhada diretamente pela equipe, sendo aceita para a pré-testagem do roteiro, sem contudo concordar com a gravação da entrevista.

-Perfil das mulheres vítimas de violência sexual entrevistadas-CAMPO 2- IFM

IDADE:

Foram realizadas três entrevistas com mulheres jovens, que tinham 23 (duas mulheres) e 25 anos de idade.

ESTADO CIVIL E SITUAÇÃO CONJUGAL

Todas as mulheres eram solteiras no estado civil e mantinham relacionamento fixo com homens, sendo que uma namorava há cinco meses, outra era noiva há dois anos e, somente uma, vivia maritalmente com seu parceiro há quatro anos.

FILHOS

Nenhuma das entrevistadas possuía filhos no momento da entrevista. Apenas uma relatou ter tido uma gravidez e parto onde o bebê nasceu morto.

OCUPAÇÃO

Entre as três que participaram da entrevista, apenas uma se mantinha formalmente empregada (assalariada), atuando na área de vendas internas de uma empresa. As outras duas, embora tenham relatado a prática do emprego informal – autônomas nas áreas de venda de produtos e panfletagem de rua, encontravam-se, no momento, “paradas”.

RENDIMENTOS PRÓPRIOS

Aquela única mulher que mantinha--se empregada na ocasião da entrevista, recebia um salário mensal de três salários mínimos pelo seu trabalho(índice referência mês julho/2002=R\$ 200,00). As demais relataram obter entre um e, um e meio salário mínimo , quer através das atividades informais que realizavam, quer recebendo ajuda de familiares (pensão da tia).

RENDA FAMILIAR

Com relação ao total aproximado de rendimentos familiares informado, as entrevistadas mantiveram-se na faixa entre cinco e seis salários mínimos .

ESCOLARIDADE

Duas das entrevistadas que participaram da pesquisa possuíam o Ensino Médio completo, sendo uma delas professora e a outra estudante de Direito (2.º período) em

Universidade particular. A terceira entrevistada cursou até a 7.^a série do Ensino Fundamental.

COR

As três entrevistadas foram registradas em seus prontuários, como pardas, embora uma tenha se declarado “morena” e outra “negra”, no momento da entrevista.

RELIGIÃO

Todas as participantes da pesquisa declararam adesão a alguma religião, como religiosas praticantes. Duas, entre três, declararam-se “espíritas”, sendo uma ligada ao Candomblé (Ketu) e outra à “macumba mesmo”. Uma declarou-se “cristã” e seguindo o Catolicismo.

MÉTODO CONTRACEPTIVO

As três declararam o uso de algum tipo de proteção para evitar gravidez nas relações sexuais que mantêm com seus parceiros: uma é usuária de anticoncepcional oral, outra de injetável e ,uma terceira, recorre à prática do coito interrompido.

-Perfil das violências sofridas pelas mulheres em que viveram situação de violência sexual

De acordo com informações recolhidas nas fichas de atendimento à mulher vítima de violência sexual de duas das três entrevistadas, como sumários da ocorrência, registrados por profissional de saúde responsável pelo atendimento, obtivemos:

Caso 2 “ paciente relata que por volta das 18 horas saindo do trabalho(indo para faculdade) foi agredida por um homem desconhecido, levando-a de ônibus para favela, falando que ela seria seu álibi pois tinha matado uma pessoa. chegou em casa na favela onde foi oferecida bebida alcoólica”;

Caso 3 “ foi abordada em rua e levada para um terreno reservado e por força física foi feita a violência”.

Nas três entrevistas, observamos que os relatos apontam que houve, de fato, o que legalmente é considerado como estupro – a conjunção carnal ou relação sexual vaginal forçada com a vítima.

Em apenas um dos casos denunciados, este tipo de relação – vaginal - foi o tipo exclusivo de prática sexual imposta informada na entrevista ,porém verificamos que no registro do serviço houve relato também de sexo oral . Em dois outros, houve relato de sexo oral e em somente um, do sexo anal, o que constitui-se, legalmente, em outra modalidade de crime – o atentado violento ao pudor.

Somente em uma situação de violência sexual, descrita como “rápida” , houve apenas uma única relação sexual com penetração vaginal. Nas demais, a frequência variou entre três e seis relações, num tempo estimado entre 12 e 30 horas de contato entre vítima e agressor.

O uso forçado de bebida alcoólica durante o contato do agressor com a entrevistada, foi citado em dois casos.

A violência psicológica (intimidações e ameaças de morte) foi relatada nas três entrevistas , enquanto a violência física- tapa- em somente uma delas.

- Características Gerais das Entrevistas - Grupo 2- IFM

As entrevistas foram realizadas no período entre 15 de julho e nove de setembro de 2002.

O roteiro de entrevistas utilizado (ANEXO 3), além de levantar dados gerais de identificação da mulher e do parceiro, baseou-se inicialmente em 32 perguntas, que aprofundaram os seguintes temas chave :

- Tema A : Situação Da Entrevistada Na Família De Origem/Formação
- Tema B : História Da Violência Sexual Sofrida
- Tema C : Efeitos Diversos Da Violência Sexual
- Tema D : Rotinas E Intimidades Com Parceiros
- Tema E ; O Enfrentamento Da Situação De Violência
- Tema F: Expressão Livre De Opiniões

As entrevistas duraram entre um hora e, um hora e 25 minutos, sendo o tempo médio de uma hora e dez minutos. Em um dos casos, apesar de termos seguido o roteiro

quase integralmente, tivemos que encurtar o tempo dedicado aos dois temas finais, para não atrasarmos o horário de consulta médica da mulher .

Todas entrevistas foram gravadas em fitas de áudio e transcritas posteriormente. Ao final das entrevistas, distribuimos material informativo sobre locais de referência para o atendimento a mulheres em situação de violência.

Para garantir a privacidade e confidencialidade das participantes, criamos nomes fictícios e apresentamos a seguir suas identificações e características:

- *Vilma*

25 anos, parda; nível médio(professora); solteira em situação de união consensual; desempregada(vendedora autônoma); católica

Parceiro: 53 anos; branco, nível médio, despachante

Tempo de união :4 anos

Tipos de violência: sexual por desconhecido(recente); sexual por conhecido não íntimo na adolescência

Data da violência sexual recente: 14/02/02

Data da entrevista: 15 / 7/ 2002

-*Alice*

23 anos; superior incompleto(direito), parda; solteira; vendedora em empresa privada; espírita

Parceiro: 38 anos; pardo; nível médio; vendedor;

Tempo de união: 2 anos(noivado)

Tipo de violência: sexual por desconhecido

Data da violência sexual recente: 07/05/2002

Data da entrevista: 7/8/ 2002

- *Ana*

23 anos; fundamental incompleto; parda; solteira; desempregada; “macumba”

Parceiro: 33 anos; branca; nível médio; Oficial da Marinha;

Tempo de união: seis meses(namoro)

Tipo de violência: sexual por desconhecido

Data da violência sexual recente: 23/03/02

Data da entrevista: 9/9 /02

-Impressões Gerais Campo 2 - IFM

Como observado, a proposta de entrevistarmos as mulheres vítimas de violência sexual atendidas em serviço de saúde de referência, seguiu como roteiro de entrevista, um modelo muito similar ao que utilizamos para o primeiro grupo, onde investigamos a relação sexual forçada e a violência, entre mulheres em situação de violência de gênero doméstica .

A diferença entre as duas modalidades de entrevista e roteiro se deram, basicamente, no item onde levantamos a descrição da situação das violências que as fizeram procurar os serviços investigados. Assim, nove participantes que viveram e buscaram ajuda para o enfrentamento da violência conjugal seriam estimuladas na pesquisa, a falarem do próprio motivo que as levou até aquele serviço, ou seja, as queixas sobre as agressões físicas, psicológicas e sexuais de seus parceiros e ex-parceiros. Já entre as outras três participantes, que teriam buscado o serviço de saúde para dar prosseguimento à rotina de exames e consultas médicas previstas no protocolo de atenção em saúde para vítimas de violência sexual, foram convidadas a falar da situação de estupro cruento que passaram e as fizeram buscar o serviço, dentro de um contexto geral de informações sobre sua vida afetiva e sexual previstas no roteiro.

Sendo assim, cabe lembrar que, para as três participantes da pesquisa entrevistadas no serviço de saúde, o tema de interesse da investigação- a violência sexual- nem sempre foi algo sobre o que elas gostariam ou buscariam, de imediato, conversar. Na verdade, além de na maior parte das vezes, elas terem vindo ao ambulatório em busca de resultados de exames que teriam feito (especialmente o Anti-HIV)ou para uma consulta pontual de revisão com a enfermagem, para algumas delas, falar do que viveram- o estupro- poderia implicar também lembrar de algo “ traumático” que desejariam esquecer e que se enquadra num tipo de silenciamento socialmente produzido e estratégico.

Entretanto, como discutimos no marco teórico-metodológico inicial do projeto, optamos por enfrentar esta dificuldade, a entendendo como resultado do esquema de gênero que queríamos investigar, um silêncio que serve para reproduzir o problema.

Neste caminho, reconhecendo estarmos diante de um “*objeto de pesquisa sensível e complexo*” (D’Oliveira & Schraiber, 2002:82). nos colocamos numa postura investigativa flexível e acolhedora, que ajudasse no estabelecimento de um laço positivo com elas, necessária e importante para recolhermos informações de qualidade. dentro de parâmetros éticos e técnicos sensíveis ao tema investigado. Elaboramos convites especiais, observamos a rotina de atendimento do ambulatório, levantamos os agendamentos e as matrículas das “vvs”, como são nomeadas estas mulheres no serviço. Visitamos e realizamos pesquisas na sala de prontuários, conversamos pontualmente com representantes da equipe técnica envolvida. Entendemos, inclusive, que nossa postura também implicou na maior visibilidade interna dos casos “vvs”.

Entramos neste universo particular e socialmente reconhecido como “horrorizante” de experiências e relatos da violência sexual, lemos mais de trinta prontuários médicos, nos sensibilizamos e sentimos “tocada” e solidária com este sofrimento socialmente compartilhado e, de modo geral, que foi registrado de modo profissional e caso a caso, neste serviço de saúde. Constatamos a frequência residual do estupro- sua permanência - e suas especificidades. Por exemplo, quando detectamos que, entre as mulheres vitimadas sexualmente por homens desconhecidos em logradouros públicos e que procuraram o serviço de referência em saúde no período abarcado com a pesquisa, foram as adolescentes e as adultas jovens os alvos preferidos para este tipo de objetificação sexual, qualificada e reconhecida como “crime hediondo”, segundo parâmetros jurídicos e, “monstruosa” e “abominável” segundo o imaginário social.

Também coletamos dados que nos fizeram extrapolar, por vezes, a função de “pesquisadora”, quando nos pegamos levantando ‘pistas’ sobre estes estupradores, e passamos a divulgar e alertar outras mulheres sobre algumas de suas estratégias : alguns eram motoristas e ajudantes de meios de transporte- táxis, kombis e vans- que teriam assim o “álibi” de estarem trabalhando e de terem suas vítimas em mãos, à princípio, por vontade própria. Outras vezes, mesmo antes de chegarem ao meio de transporte, ou seja, enquanto aguardavam nos pontos de ônibus, elas foram abordadas. Coincidentemente, ou, talvez, para mais uma vez nos fazer lembrar de que tal “perigo” – de ser estuprada - pareceria compor a realidade “perigosa” do ser mulher algumas vezes, soubemos de um caso deste tipo- abordagem em ponto de ônibus- justo para uma

bolsista, à saída do campus acadêmico onde desenvolvemos nosso trabalho(vide reportagem ANEXO 8)

Deste modo, mais uma vez, constatamos e ratificamos a importância da pesquisa social, tanto para a abordagem da temática da violência sexual, como também, para atuação dentro e de modo integrado nos serviços de saúde. Nos motivamos ainda mais a continuar nesta linha temática de pesquisa. Porém, esperamos dar maior expressão às suas diversas especificidades, em trabalhos futuros que possam lidar, desde o início, com os tipos de dados e necessidades detectados.

Apesar da amplitude das informações coletadas, precisaremos então, trabalhar com elas, a partir do marco referencial do projeto, suas questões e objetivos propostos ... Embora a “escuta acolhedora” da mulher vítima de violência sexual fosse por si só uma necessidade prevista , necessário se faria, ainda, concentrar e complexificar a análise deste material, nas suas diversas possibilidades de comparação com as experiências femininas nas relações sexuais forçadas com seus parceiros fixos.

- Organização e análise dos dados

Além de realizarmos a gravação, a transcrição, a digitação e o arquivamento das entrevistas em arquivos eletrônicos e impressos, tentamos garantir em anotações adicionais o registro de gestos, silêncios, risos, lapsos, enfim, o conjunto das entrevistas.

Para a análise e interpretação dos dados, a proposta definida por J.Maitre (*apud* Thiollent, 1982:87), de “*retardamento da categorização*”, possibilitada pela realização de leituras sucessivas do material, ajuda na construção dos possíveis significados contidos nas representações das entrevistadas, ajudando a evitar uma predefinição das respostas possíveis.

IV) DESCRIÇÃO DOS DADOS

***a) Mulheres Em Situação De Violência Doméstica E/Ou Conjugal: De Onde Vieram
E O Que Esperavam Dos Serviços Que Buscaram***

As mulheres que fizeram parte da primeira etapa da pesquisa “Violência Sexual Contra Mulheres: Entre a (In)Visibilidade e a Banalização”, eram usuárias de um serviço público especial, para atendimento em violência e discriminação contra a mulher na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com dados de suas fichas de 1.º atendimento, a grande maioria chegou encaminhada pelas Delegacias de Polícia, quase sempre as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres- DEAMs.

A existência deste tipo de rotina – encaminhamento ao serviço de atenção psicossocial e jurídica - no atendimento prestado em algumas Delegacias nos foi confirmado por uma delas:

Desde a agressão, né[foi na DEAM e] eu fui encaminhada para cá.

Estela - Violência Conjugal

Uma outra usuária entrevistada informou ter estado primeiramente numa Delegacia de Polícia não especializada para tentar denunciar as agressões que sofria rotineiramente de seu parceiro. Procurou saber da existência de algum serviço de segurança específico para mulheres na região onde morava, recebendo a seguinte orientação :

(...).eu não sei se ele é delegado, ele conversou comigo e disse que não podia fazer nada por mim porque eu tive oportunidade, as oportunidades que eu tive- .do tapa na boca e o sangue a descer, quando ele tentou me matar e ficou aquela marca- isso tudo eu tive oportunidade...

Eu perguntei na delegacia[comum] se tinha delegacia das mulheres lá na Ilha, aí a assistente social de lá, ela conversou comigo, eu contei o que aconteceu[cismas e agressões do marido] e ela me encaminhou para cá : - “Você vai ter maiores informações lá” .

Moema – Violência Conjugal

Apenas uma participante, que sentia-se insatisfeita com seu casamento antes de ter procurado uma DEAM, disse ter procurado espontaneamente informações sobre serviços SOS Mulher disponíveis em páginas amarelas, contando para isso com a ajuda da filha no agendamento de uma entrevista no Serviço de Atenção Psicossocial e Jurídica. Acabou sofrendo uma agressão do marido antes desse encontro, sendo orientada a procurar primeiramente uma Delegacia:

Procurei aqui... Eu tinha procurado(agendado) aqui assim, pra mim, assim, ter um conselho .Mas aí, na véspera do dia que estava previsto pra mim vir aqui, aconteceu isso assim , esse incidente(refere-se ao fato do marido fechar a janela no dedo dela) . Aí, eu liguei para ela, aí vim na delegacia ,aí recebi o papel para ir no médico, que achava que não precisava mais, que já estava bom(...).

Zilka - Violência Conjugal

Entre aquelas que vieram encaminhadas pela DEAM, encontramos uma que pareceu separar e definir mais pontualmente o papel de cada instituição no atendimento ao seu caso:

Eu vim buscar uma ajuda emocional, um apoio na mente, porque estava me sentindo muito sozinha(...) não tinha esclarecimento de advogado próximo, eu não tenho condições de pagar advogado(...) Foi a Delegacia que me encaminhou. Estou resolvendo minhas coisas no juiz, eu entrei na Vara de Família, fui na Delegacia, apresentei queixa dele, fiz Corpo Delito.

Suzi - Violência Conjugal

Outro depoimento, reforçou uma das expectativas atribuídas a este tipo de instituição policial - dar um “basta!” à violência do parceiro :

Ah! Não! Chega, eu estou cansada de ficar apanhando dentro de casa!(é quando resolve denunciá-lo) (...) Sempre fala que vai mudar, mudar, mudar, e nunca muda. Aí, peguei dei parte dele(...) Minha vizinha foi comigo.

Geisa - Violência Conjugal

Todas buscavam no serviço para o qual foram encaminhadas ou agendadas, orientações e apoio em decisões e situações envolvidas no relacionamento com seus parceiros e ex-parceiros, com quem convivem ou conviveram no mínimo de seis e no máximo de 22 anos.(vide caracterização das entrevistadas- Capítulo III)

Sendo assim, para operarmos sobre a qualidade das vivências e significados atribuídos por estas mulheres aos relacionamentos íntimos com homens, prosseguiremos na análise inicial dos dados que descrevem algumas situações prévias aos casamentos

ou uniões estáveis que viveram, de forma a levantar algumas expectativas femininas e familiares para suas vidas, especialmente para os relacionamentos a dois.

b) Gênero E Sexualidade – Aprendendo E Vivendo Modelos E Impasses

Na perspectiva de conhecermos conteúdos e significados relacionados às vivências sexuais das mulheres entrevistadas que vivem ou viveram situação de violência de gênero doméstica com seus parceiros, levantamos alguns aspectos de sua formação e histórico familiar.

Entre nove, duas afirmaram terem tido uma infância feliz:

(...) eu fui muito feliz na minha adolescência, meu pai fazia de um tudo pra gente...

Mary - Violência Conjugal

Felizes...meu pai, minha mãe- nós somos nove [filhos]. Meu pai era mais aquele jeito, né: homem é só para o trabalho, mulher é só casa.

Estela - Violência Conjugal

Para outras duas, encontramos algum valor positivo implícito atribuído à convivência familiar, desde que a mesma incluísse sistemas de reciprocidade que contassem com “harmonia” e/ou não violência:

Eu fui criada, num lugar de harmonia...Tinha muita paz, fui criada em sítio . E, meus pais eu nunca vi eles brigando...

Suzi - Violência Conjugal

[foi criada] Pelo meu pai e pela minha mãe [no Ceará] (...) mas não é dentro da cidade, a gente morava é assim no interior mesmo, sabe? Naquela roça bem braba, lá(risos) (...) meu pai nunca me bateu...

Elaine - Violência Conjugal

Uma delas pareceu ressentir-se do abandono, da falta de diálogo e carinho no relacionamento familiar:

Eu fui criada sem mãe(...)Minha mãe deixou eu e o meu irmão assim...Largou, abandonou, eu não sei qual foi o motivo. [criada por] Meu pai, minhas tias (...)E minha avó... Meu pai sempre foi uma pessoa assim ,fria, nunca ligou para mim nem pro meu irmão, nunca se preocupou em saber o que estava acontecendo sabe,(...)Então eu fui sendo criada assim eu não tive orientação nenhuma. A minha família não tem diálogo.

Moema - Violência Conjugal

Duas referiram-se a relações familiares difíceis associadas à ocorrência da violência doméstica:

Eu fui criada pelos meus pais, mas foi uma infância muito difícil, porque meu pai era

uma pessoa muito agressiva com minha mãe. (...)Somos 7[filhos]. Cinco homens e duas mulheres”.

Dalva – Violência Doméstica e Conjuga(Atual) e Sexual(Passado)

Bom ,... eu... minha mãe me deu, eu era muito pequena... ela me deu pra uma pessoa criar no Recife (...) aí depois dos meus quinze anos, eu fui voltar pra minha mãe(...)Ela tinha um marido, sem ser meu pai , (...) ele judiava muito dos meus irmãos, aí eu não aceitava (...) Então, eu sofri muito como criança e como adolescente .

Geisa - Violência Conjugal

Quando perguntamos a estas mulheres sobre suas perspectivas pessoais e expectativas familiares que tinham para seus futuros, encontramos em grande parte de suas respostas, ora a intenção, ora a recomendação, de casar, ter sua casa e/ou formar uma família:

(...) minha formação, meus pais me colocaram isso: família ,casa, prá sempre...

Estela - Violência Conjugal

(...)e eu sempre tive vontade de criar uma família, de ter uma família de poder cuidar de uma casa- da minha casa.(...) Ter uma casa, uma família, continuar trabalhando, progredir, eu sempre pensei assim não que eu pensasse alto mas eu gostaria assim tudo ...Como é que se diz? Eu gosto assim de ir para frente!

Moema - Violência Conjugal

(...) a minha fantasia pequenininha era assim: ter uma família(...), Ter o quarto delas[filhas] ,sabe, educar(...) Eu tinha que casar com o homem rico, eu casei com o homem errado..

Gal - Violência Conjugal

Meu sonho da minha vida, toda vida, foi de eu me casar. Arrumar um rapaz, arrumar um namorado, pegar e me casar(...).

Elaine - Violência Conjugal

Deparamo-nos ainda com o principal desejo do pai de uma delas, que, se não foi exatamente focalizado na possibilidade de uma união duradoura para a filha, centrou-se na cobrança de um certo modelo moral de “mulher correta” a ser correspondido:

Meu pai sempre esperou que eu fosse uma menina que nunca desse trabalho a ele . E graças a Deus, eu não dou. Eu nunca decepcionei meu pai em momento nenhum . Agora, só com esse problema que houve no meu casamento...

Moema - Violência Conjugal

Daquelas que tiveram como uma das expectativas familiares o casamento das filhas, encontramos apenas uma em que a esperança de sua futura profissionalização ganhou também espaço. A única mulher entrevistada com nível superior completo, que

teve possibilidades financeiras e estímulo familiar para investir nos estudos, acabou vivendo primeiro a maternidade:

[Em tom irônico fala sobre o que família esperava dela] “Ah!!! Que eu ia casar com um homem maravilhoso, que eu ia ser muito feliz(...)que eu ia ser uma grande profissional(...) “ você vai cuidar de nossos bens [avó dizia]” (...). Sempre estudei em bons colégios, sempre tive uma educação” [escolaridade?] Superior completo: administradora (...)Eu me formei, aí e namorava, aí eu engravidei, resolvemos assumir(...) Foi o que? Um, ano e meio depois[de formada].Aí comecei a cuidar da casa, do filho(...)Há dois anos atrás que eu voltei a trabalhar [aí pensou](...)Já que estou em casa, vou estudar. Aí estudei, passei no concurso – passei em 3 concursos. Trabalhei no IBGE, como recenseadora. Há dois anos, e estou pela Prefeitura.

Mary - Violência Conjugal

Mesmo que em minoria, e até mesmo se opondo a expectativas familiares de casamento e família como objetivos de vida, duas mulheres buscaram focar de maneira mais independente, suas buscas por um outro modelo de vida feliz, em que os valores associados à suas participações/inserções no mundo público ganharam destaque:

(...) Não queria mais viver no sítio[roça].(...) eu queria uma vida melhor, de poder ter força, ter liberdade prá mim fazer as coisas- não coisa errada, lógico! - Ter meu dinheiro próprio, ter minha vida sem mãe tá cobrando.

Suzi - Violência Conjugal

Eu posso te dizer que eles esperavam que eu fosse daquele tipo da minha mãe: casasse e ficasse só dentro de casa(...)Então, eles me proibiam de estudar. (...)sempre fui à luta, sempre trabalhei, gostei de estudar, (...) procurando aprender cada vez mais, e, (...) quando eu vejo que não estou feliz com uma coisa, eu quero tentar melhorar...

Dalva- Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

Especificamente com relação a seus conhecimentos e orientações recebidas na área de educação sexual, perguntamos o que cada uma sabia e/ou viveu em sua adolescência sobre as mudanças em seu corpo, as “coisas de mulher” e o sexo.

No contexto das diferentes famílias e gerações das entrevistadas, encontramos uma tendência a que tais assuntos não fossem, ou fossem pouco abordados em casa, o que não significou que as mesmas, em sua maioria, tenham deixado de saber algo sobre o assunto no mundo externo à sua família: ora foram as amigas, ora o profissional ou serviço de saúde, ou ainda a escola e o trabalho, os agentes de informação que, de alguma forma, colaboraram na formação / orientação destas mulheres:

Minha mãe era muito fechada. A gente nunca sabia quando ela estava menstruada, ela nunca falou nada disso.(...) O que é uma menstruação, o que é uma relação sexual?

[sacode a cabeça negativamente]

[com 16 anos](...)Ah, a gente namorava há um ano, teve um dia que ele me convidou pro hotel, né? A gente discutiu, brigou, separamos... Trabalhava na casa de uma psicóloga também, e eu conversei com ela, e ela disse que não seria certo[transar].

Suzi - Violência Conjugal

Então eu fui sendo criada assim eu não tive orientação nenhuma . A minha família não tem diálogo(...)Isso tudo eu fui descobrindo na escola ,né ?Aí, depois vem as amigas que ensinam(...).

Moema – Violência Conjugal

A única coisa que eu fiquei sabendo quando eu me tornei moça, foi minha madrinha(...) que quando eu ficasse moça, que eu ia saber e tal...que eu tivesse cuidado, num deixasse ninguém se aproximar de mim..

Geisa - Violência Conjugal

Eu comprava revista assim, escondido, Carícia(...). E, na escola, eles tinham slides, aí eu pedia prá entrar, prá pegar informações(...). Aí, no posto de saúde, eu fui buscar mais informações sobre isso... Eu tinha 15 anos na época... Eu ainda não menstruava, fui menstruar só com 15 anos”(...) Aí eu chegava em casa , eles achavam um absurdo ,que mulher não podia saber dessas coisas...

Dalva- Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

Quando eu fiz 12 anos meu pai marcou uma consulta na ginecologista para mim(...) eu fiz análise (...)Conversava com as minhas irmãs.

Mary – Violência Conjugal

A mulher com idade mais avançada na ocasião da entrevista reportou:

Eu tinha de me guardar, minha virgindade, mas eu não sabia o que era um “ estropo ” , eu não sabia o que era uma tarado, eu não sabia o que era nada, mas eu tinha medo! (...) A minha avó, ou as colegas dizia que outra colega tinha pegado filho, e eu ficava com medo, eu não entendia nada! Casei com meus 16 anos, sem entender o que era uma vida – vida a dois- eu não sabia o que era isso... Pensei que a gente casava era pra gente , prá ter casa!

Gal –Violência Conjugal

Com pouca orientação familiar sobre educação sexual e expressões pouco afirmativas da sua sexualidade, mas com a busca de um casamento e/ou da maternidade como fontes de felicidade e progresso na vida, estariam a maioria destas mulheres preparadas para viver o famoso “relacionamento a dois”? Apresentamos diretamente tal questão para cada entrevistada, que, ao nos responderem, incluíram em seus relatos, a resposta a perguntas não formuladas direta e inicialmente: como foi sua primeira relação sexual e o processo de “escolha” do parceiro com quem hoje enfrenta problemas de violência conjugal.

Foi assim que passamos a ouvir histórias narradas em tom de aventura e risco, de duas das mulheres entrevistadas, sobre casamentos decididos na brincadeira e no

impulso. De certa forma, pareceram buscar meios que as ajudassem a enfrentar e superar impasses familiares, quer aqueles que dela cobrassem atitudes que melhor atendessem aos padrões ou estereótipos de gênero tradicionais - *mulher que não casa logo fica pra titia* - quer aqueles ligados à vivência da violência doméstica :

(...) Eu conheci ele [marido] numa festa, né. eu fui dançar com ele – com medo, ele é um homem muito alto(...) e eu dei o nome errado pra ele. E, meu pai falava pra mim: – que eu estava muito velha, né , que eu só queria estudar , que eu ia ficar pra titia, minha irmã mais nova que eu já era casada, né?(...) Eu falei[quando os pais foram viajar] – Olha, a hora que vocês chegarem , eu já estou casada. [o pai] Ah! Isso não acontece...(...) Ai, ele [parceiro] voltou – nosso 2.º encontro, nós nunca se beijamos... (...) Eu cheguei pra ele e falei: Qual é seu tipo de casamento? Quando ele abriu a boca pra falar, eu falei: - Não, porque o meu é assim – eu gostei do rapaz, ele gostou de mim, a gente se casa. Ele falou:- Então quer se casar comigo?(...) Ai botou o nome no cartório, em três dias eu estava casada! Quando eu imaginei deitar com ele, (...)ai é a outra estória : nós passamos de 17 a 20 dias sem dormir junto, sem nada. Porque eu não aceitava...(...) Minha família toda me aconselhando: porque ali era meu marido, que eu me casei, era um assunto sério, eu estava achando que era brincadeira... Eu fiz uma brincadeira...

Estela - Violência Conjugal

(...) Eu acho que pela maneira, pela convivência[familiar], então me empurrava a arrumar uma pessoa. Então, eu acho que eu já estava preparada pra viver com alguém... [parceiro falou] - Ai oh,, eu fico com você e a gente vai embora pro Rio. Larguei tudo ,minha mãe não queria que eu viesse, mas eu vim mesmo assim. Completei 17 anos aqui... ai eu vim morar com ele, fiquei com ele... (...)eu não gostava dele, eu não o conhecia... Fazia pouco tempo, fazia só 1 mês só que a gente estava namorando ...Então eu mergulhei de cabeça, porque eu queria, eu tentei ver nele uma chance de melhorar (...).

Geisa - Violência Conjugal

Uma das entrevistadas, hoje com 45 anos e dois filhos, pareceu gostar e escolher seu marido como seu primeiro e único parceiro sexual. Embora tenha convivido 22 anos, com ele, não o perdoa até hoje, pelo fato dele desconfiar de sua virgindade e da paternidade de sua filha, desde a 1.ª relação sexual do casal:

(...)Quando eu o conheci, ai eu adorei, ai nós saímos, antes de casar fiquei noiva, fiquei grávida de minha filha antes de casar... Quando casei tinha 24 anos. Quando me vi grávida, na minha cabeça, eu disse: vou a Belém [casa dos pais], falo (...)e volto para assumir minha filha, né? Já tinha até ido no hospital para fazer pré-natal(...) falei pra ele[parceiro], ai, aquela frase que todo homem fala:- esse filho é meu? (...)Eu não sei se é por causa da primeira vez, você imagina uma coisa e ser outra, né? (...)Por que a gente imagina uma coisa(O QUE?) Ah! Você imagina que vai se entregar, para um rapaz, que vai ficar tudo bem, numa boa,(...) Ai aquela coisa de mocinha, né? Se a gente soubesse que era assim, né...

(...).Aí a gente pensa que sabe tudo, aí conheci ele, a primeira relação, aí ele disse que ... se eu tinha dado para outros homens(...). (Foi sua primeira relação?) Foi, foi meu primeiro homem.. Isso aí , já causou um trauma na minha cabeça(...).

Zilka - Violência Conjugal

Na análise de significados e experiências na primeira relação sexual, percebemos tensões e ambivalências, bem como o desconhecimento de algumas sobre formas de prevenção da gravidez, anatomia e fisiologia do ato sexual:

Eu era uma pessoa quieta, nunca fui muito ligada nestas coisas não(...) Tinha um rapaz que morava no prédio, aí eu comecei a namorar com ele, em casa, normal, né... Foi quem a 1.ª vez transou comigo, né, foi com esse rapaz(...) Meu primeiro namorado(...) Eu tinha 15 anos(...) Nem me preveni de nada, nem tomei remédio, nem nada...

Geisa - Violência Conjugal

(...)foi meu primeiro namorado, meu primeiro amor, meu primeiro tudo (...) Ah! Eu fiquei toda arrebitada....Eu não sabia como que era esse negócio de menstruação[tabela](...) a gente namorava há um ano, teve um dia que ele me convidou pro hotel, né? (...) Ai me perdi com ele (...) Ai, nessa danação de hotel- foi a primeira vez, foi a primeira transa e ai já me engravidou- já era![tinha 16 anos].

Suzi - Violência conjugal

É, eu não tinha muito conhecimento...aconteceu e é aquele negócio.....(...) Não aconteceu dele me pegar assim , à força. Mas tudo assim , (...) foi indo, foi indo, aconteceu...

(...) tinha dezessete anos, nova ainda, né? Nova ainda mas. foi normal, porque namorei ele dois anos e um mês (...) Não foi para uma pessoa ruim.....não foi à força...porque muitas vezes é à força, né?, Não foi, foi porque eu quis mesmo, mas depois eu parei para pensar e vi que não era nada daquilo, porque eu pretendia casar né (...)

(...)meu maior sonho era casar numa igreja de véu e grinalda.....nesse ponto eu tenho um pequeno arrependimento eu ter me entregado dessa maneira, entendeu(...)

(...)Eu não fui preparada, o problema todo foi esse, porque se tivesse sido preparada para vida, muitas coisas eu não teria me arrependido.....

(...) quando eu me perdi....eu não conhecia um homem. Já via por fotografias né ,fotos assim, mas nunca vi assim pessoalmente(...)É, eu não tinha muito conhecimento, aconteceu e é aquele negócio(...)

Moema - Violência Conjugal

Para aquela única entrevistada que conseguiu prosseguir nos estudos e exercer uma profissão, ainda que um modelo de interação mais autônoma e ativa frente aos homens fosse por ela e sua família esperado, a dificuldade de efetivar tal tipo de relação foi revelada:

Eu fui preparada para viver independente, não submissa... E, até acredito, que se eu tivesse sido submissa a alguém que merecesse, tivesse até dado certo...

(...) Eu tinha sofrido um aborto de um namorado que eu tive(...)foi uma pessoa que não me quis[depois]. Foi uma pessoa já com compromisso com outra. Gostava dele...

Ai, meu pai falou - Agora você não sai mais de casa, vai ficar um ano sem namorar ninguém!(...) Aí eu conheci o F.(ex-parceiro).(...) acho que qualquer pessoa que tivesse passado a mão na minha cabeça naquela hora, conseguia me conquistar.

(...) se eu tivesse a maturidade que eu tenho hoje(...) Não ouvi meu pai- Um dia ele [parceiro] vai te jogar isso na cara(...) eu não quis mergulhar no sofrimento que eu estava passando...

Mary - Violência Conjugal

Encontramos ainda duas mulheres que, independentemente do nível e do tipo de conhecimento e vivência que pudessem ter na ocasião de sua primeira relação sexual, destacaram em seus depoimentos, o fato de não terem desejado nem consentido sua primeira relação sexual. Embora tenham experimentado a relação sexual forçada em tipos diferentes de relação- uma com o 1.º marido e outra com um desconhecido – viveram-na de forma igual, no sentido de uma marca que as acompanhou nos relacionamentos com outros parceiros:

Casei com meus 16 anos, sem entender o que era uma vida – vida a dois (...)Então, ele queria ter contato sexual comigo, eu num cedia, eu podia correr o quintal todinho, mas ele me pegava, depois me jogava na cama, e tinha o contato comigo assim, no peito. Eu tinha hora que eu tinha nojo, não tinha isso[relação sexual] como um ato bom, eu tinha isso como um ato ruim. Meu primeiro casamento mesmo. Então, aquilo vem me acompanhando...

Gal - Violência conjugal

Um dia, eu estava no ponto de ônibus, esperando o ônibus, eu estava vindo do trabalho, né- Eu tinha dezessete anos, mas eu já trabalhava- Ai eu estava no ponto, aí o cara parou, perguntou: - Você pode me informar onde é a rua _____? (...). Ai eu fui, me abaixei, quando eu me abaixei, prá falar, um veio pegou minha bolsa, eu não vi mais nada(...). Ai eu acordei num lugar, aí já estava toda rasgada, um cara com a arma na mão em cima de mim, querendo... fazer né?- aí, fez o que tinha que fazer...[estupro](...) Foi a primeira vez, foi a primeira vez né? [choro, breve silêncio, com voz embargada, continua]: Ai, depois eu achava que todo mundo ia fazer a mesma coisa... Quando eu conheci uma pessoa, eu contei prá ele. Ele falava assim: Ah, então você está virando sapatão!...Eu falava assim: não eu não sou sapatão, é que eu não consigo...

Dalva - Violência Doméstica e Conjuga(Atual) e Sexual(Passado)

Como vimos, em grande parte dos relatos até aqui destacados, parece haver um certo descompasso experimentado pelas mulheres, naquilo que sonharam e viveram na passagem de suas vidas de adolescentes e filhas para a de mulheres, esposas/mães e parceiras, pelo menos naqueles primeiros “ relacionamentos a dois” que viveram .

Nesse descompasso, vimos o caso daquela mulher que se “entregou” sexualmente ao parceiro como se fosse uma jóia rara, um objeto de valor. Acabou encontrando um homem que, por sua vez, desconfiou de sua possível originalidade/falsidade . Até hoje, ela não respondeu à dúvida original do parceiro :

“ não, não, eu nunca falei prá ele . POR QUE? Eu achei que, para mim é... um prazer, um prazer nunca falar para ele, entendeu? Duas coisas que prá mim é um prazer: é não falar nunca prá ele que ele nunca me realizou sexualmente, e, nunca falar para ele que ele foi meu primeiro homem, entendeu?

Zilka - Violência Conjugal

No quadro de violência conjugal em que vivem , continua ela - *“conversando a gente não se entende”* , sendo esta considerada a pior violência que viveu, dentro de anos e anos de ameaças, discriminações e agressões físicas vivenciadas em seu casamento.

E, é nesse campo, de seus casamentos e da vivência da violência conjugal que passaremos a acompanhar as mulheres entrevistadas de agora em diante, buscando entender melhor significados e experiências que possam nos ajudar a delimitar no espaço desta violência conjugal, o tema da violência sexual .

<p>c) VIOLÊNCIA E VIDA DOMÉSTICA : RADICALIZANDO PÓLOS DE CONFLITO E DOMINAÇÃO ENTRE OS CASAIS</p>

“Tudo Por Que? A Mulher Dá O Amor E O Homem Quer O Poder”

Opinião relacionada à ocorrência de violência contra mulheres no casamento, expressa por usuária de um Serviço para Atendimento em Violência e Discriminação, durante sua participação em grupo de reflexão e orientação jurídica

Como vimos, entre as perspectivas de futuro almejadas na juventude, ter um casamento e/ou uma família e progredir significaram possibilidades de felicidade e/ou objetivo de vida para estas mulheres e/ou seus familiares- o que corresponde às expectativas tradicionais para o gênero feminino.

De que forma, elas avaliariam, no momento atual, seus casamentos e uniões estáveis? Que motivos explicariam para elas as brigas e a ocorrência da violência baseada em gênero- a violência conjugal- no relacionamento com seus parceiros e ex-parceiros ? Que tipo de efeitos a denúncia e/ou o pedido de ajuda teriam trazido para a vida destes casais e famílias?

As respondentes nos apresentaram relatos de seus desapontamentos com seus parceiros, dos conflitos e brigas com diferentes tipos de agressões entre o casal, do sofrimento dos filhos e de suas desilusões, esperanças, dúvidas e certezas resultantes da convivência doméstica com seus maridos ou ex-parceiros.

- Os direitos, o amor e o contrato conjugal em foco

“ Só tem informação para casar, mas para descasar, não!”

“Quando ele[parceiro] diz que ela[mulher] tem dever e não direito, até que ponto você acredita nisso?”

Depoimentos de Participantes de Grupos de Reflexão e Orientação
Jurídica realizados nos dias 13 e 27 de junho de 2002

Entre as nove entrevistadas, oito delas, inicialmente, manifestaram a vontade de se separarem de seus maridos. Entre as mesmas, quatro estariam efetivamente separadas de corpos, ou seja, vivendo em casas separadas enquanto buscavam meios legais que efetivassem suas decisões e protegessem seus direitos – pedidos de divórcio, partilha de bens, guarda dos filhos, entre outras:

Aí que eu fui ver, sabe, que eu estava sendo era explorada, que eu estava sendo usada(...)Então, acabou...

Mary - Violência Conjugal

(...) mas, fez 7 anos- [de união consensual]- eu 5 anos separada dele, vivendo na mesma casa: ele num quarto, eu num outro. Mas, separação, mesmo, assim, de sair de casa, foi há 2 meses.

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

(...)eu nunca tinha pegado, saído , prá ficar dois , três dias na minha irmã, (...) mas agora, resolvi dar um basta! (...) hoje eu me considero separada...

Elaine - Violência conjugal

(...) eu já pedi o divórcio lá no juiz, (...) teve umas audiências com o juiz, ele não foi- eu fui!

Suzi - Violência conjugal

Duas das mulheres que pensaram na separação pareceram decididas a darem novas chances aos parceiros, ambas mães de filhos com idades entre três e cinco anos na ocasião da entrevista:

Porque eu falei para ele: se isso continuar acontecendo, eu não sei não, pode estar arrumando idéia de separação definitiva, porque eu não vou voltar atrás não...

(...)porque eu queria a separação, estava decidida a me separar mesmo, porque não queria mais, quer dizer, de um tempo para cá que eu vim mudando, digo assim, acho que de umas semanas para cá.

Moema – Violência Conjugal

No dia da [última] briga, eu queria separar, vender a casa, me dar minha parte prá ir embora. Ai, depois, com o tempo, que eu não estou mais querendo me separar(...)

Geisa - Violência Conjugal

Entre as duas participantes que viveram relacionamentos conjugais de mais de 20 anos, a incerteza ou confusão quanto à possibilidade concreta de manterem suas decisões perante a reação de seus maridos ou ex-maridos foi recorrente :

Eu estou assim, meio separada, porque eu saí de casa ,né... Quando eu vim, procurei o Ciam, foi para pedir apoio, saber da separação.

Zilka - Violência Conjugal

Eu não sei se a gente tá separado ou se tá junto, porque minha vida virou assim, uma bagunça, ele não aceita a separação.

Estela - Violência Conjugal

Uma das mulheres, justamente aquela mais velha (51 anos) e que vive há seis anos sua segunda união estável, não quer separar-se, mas casar-se, para garantir seus direitos civis e deveres religiosos. À equipe técnica, conforme dados de prontuário, relatou buscar “*um Órgão que chame o atual companheiro e dê conselhos a ele*”(sic):

Ele acha que quem catinga a adultério não tá na presença de Deus [Ela retruca] - Se você casasse comigo, eu não estava em adultério. Assume teu papel de homem e eu vou assumir meu papel de serva de Deus!

Gal - Violência Conjugal

Embora assumindo que amam seus parceiros, duas respondentes avaliaram diferentemente a possibilidade de continuarem ou não suas relações com os ditos “agressores”:

(...)eu gosto dele, eu estou tentando ver se ajeito, entendeu? Vê se melhora as coisas entre a gente...”

Geisa - Violência Conjugal

Se eu gostava, não! Eu gosto dele! Eu amo ele! Ontem mesmo ele teve na minha casa. E, eu cheguei à conclusão que, não valia a pena sofrer tanto por uma pessoa que só me maltratava. E tive que colocar um limite em mim mesma... Sofro, não estou dizendo que eu não sofra- sofro muito (...)

Suzi - Violência conjugal

Para as demais sete entrevistadas, não encontramos mais a declaração de amor pelo parceiro, como algo que tenha sido destacado nas avaliações que fizeram de seus casamentos no momento da pesquisa . Uma delas disse claramente não amar mais seu marido; outra, que é ele quem a ama muito, mas ela não o quer:

Hoje em dia, não gosto mais dele. Já o amei...

Elaine - Violência Conjugal

(...) Apesar dele me amar muito, esse amor eu não quero mais (...).

Mary - Violência Conjugal

Estas duas, apesar de pertencerem a meios socioculturais diferentes, igualmente se queixaram de que seus parceiros teriam deixado de atender suas expectativas com relação aos modelos idealizados (e estereotipados) de casamento, de homem e pai de família:

(...)porque se meu marido tivesse sabido retribuir todo esse amor, junto comigo(...) pelo menos uma parte do que eu faço prá ele, seria a coisa mais linda, mais importante da minha vida... Ser feliz com ele..

(...) Ele nunca foi um pai companheiro, de sair com elas, de fazer passeio, de levar elas no médico junto comigo... Sempre só fui eu Desde de elas recém –nascidas assim, só eu ...

Toda vida eu acho bonito , um pai se entender com a esposa, com os filhos(...) . Eu queria muito prá minhas filhas! Mas aí, chegou ao ponto - Eu tenho certeza, que eu nunca vou ter esse prazer(...)

Elaine - Violência Conjugal

Eu era casada, mas vivia sozinha- final de semana, Natal, Carnaval- eu dentro de casa e ele na rua "trabalhando!"- Estava era se divertindo!

(...) Não, espera aí, há nove anos, não consigo emprego?

(...) eu me separei dele três vezes. Eu falava prá ele: eu queria receber flores, eu queria que você me desse um cartão... Ele nunca tinha dinheiro prá nada!

(...) ele nunca foi um pai de correr atrás....

Mary - Violência Conjugal

Para a primeira delas, desde que não houvesse violência, o simples cumprimento das tarefas domésticas e sexuais pela mulher e dos cuidados dispensados à família - estereótipos de gênero associados ao papel de “boa esposa” e qualidades que pareceu reconhecer para si – a felicidade poderia acontecer :

Eu acho que a mulher satisfaz o homem em toda matéria, né? Vai morar com o homem , é companheira, faz carinho, lava os pratos, faz comida, satisfaz o homem (...) eu me acho importante assim(...)

(...)Ele poderia chegar bêbado dentro de casa, caindo, e eu ia cuidar dele, como já cuidei muito.(...)Se ele chegasse bêbado mais chegasse tranqüilo, quietinho, era uma maravilha!

Elaine - Violência Conjugal

Já para a segunda participante logo acima citada, única entrevistada com formação superior neste grupo, além da queixa sobre a falta de reciprocidade romântica do companheiro, foi justamente a redução de suas próprias funções à esfera doméstica que pareceu trazer outro tipo de insatisfação :

(...) e eu em casa lavando, passando, cozinhando, esperando...Eu não quero mais ser viúva de marido vivo.

(...)Eu não batalhei a minha vida inteira, para depois ficar esfregando chão não!

Mary - Violência Conjugal

A falta de ambição e /ou de vontade de progredir de muitos parceiros, alguns em situação crônica de desemprego, pareceu desapontar algumas das esposas. Uma delas se preocupa especialmente pelo fato do companheiro deixar de atender a modelos clássicos de” bom pai” e “chefe de família”:

É aquele negócio : ajuda mas eu acho que não é ...Não me deixa faltar de um nada.....ele fala assim: “- Ah! Eu nunca te deixei faltar nada”. Mas não é o suficiente. Porque um pai de família, ele tem que trabalhar pra mostrar pro filho que ele tá trabalhando, né ? Senão, o filho pega o pai todo dia em casa, o que ele vai pensar?(...) tem que dar o exemplo pro filho que ele já tem 4 anos ele já tem maior entendimento. Ele acha que o que ele coloca dentro de casa é o suficiente e não é.

[Ela Fala Para Parceiro]Então você tem que trabalhar porque a gente tem um filho (...) Melhorar a casa, fazer mais cômodos - a gente já tem um quarto e para fazer um quartinho dele [filho]lá.... Assim, progredir, mas ele diz assim : -Ah! A vida não é assim, .calma, um dia,, um dia eu vou fazer.

(...) minha casa é de telha ,então nunca tivemos uma oportunidade de botar uma laje Quer dizer, se ele trabalhasse dava para....se ele pensasse em progredir, mas ele não pensa, pára no tempo, pára assim, e fica assim cinco anos desempregado : - Seu filho tá crescendo....seu filho vai pensar o que ? O pai não sai para trabalhar, todos os pais dos coleguinhas saem de manhã, chegam à noite. E você fica aí, andando com ele pelo bairro, anda passeia assim...[À TOA].

(...)Ah! Não sei o que tá havendo com esse homem. Eu penso em ir para frente. Não que eu seja ambiciosa ,não quero tudo do melhor não... Mas, eu quero um pouquinho mais.

Moema- Violência Conjugal

Para esta entrevistada , que por vezes insinuou a possibilidade do companheiro nem sempre ganhar dinheiro de fontes lícitas ou claras, pareceu ser a necessidade de enquadrá-lo a um determinado modelo de pai socialmente mais valorizado, um dos impedimentos para que pudesse chegar a reconhecer seu valor pela possível relação de carinho e afeto que manteria com o filho, por ficar mais em casa com ele, bem como mais disponível para “passeios”, enquanto ela trabalha:

[Qual o horário do seu trabalho ?] De duas às dez e meia. É lá mesmo onde eu moro. [E ele, [filho], fica na escola uma parte do tempo?] Ele fica na escola a parte da tarde e de manhã fica comigo .E depois, o pai dele pega ele às cinco horas.

[Então, o pai dele ajuda a ficar com ele?] Sábado e Domingo fica com ele

Só quando tem alguma coisa pra fazer que ele fica com a minha tia. E ele fica bem com o pai? Fica, ele é muito agarrado com o pai.

Moema- Violência Conjugal

Neste terreno de expectativas femininas frustradas de contar com um pai “exemplar” para compartilhar o cuidado dos filhos, encontramos o depoimento de uma outra que parece se lamentar pela atual situação de “desorientação” do filho adolescente, a qual, pensa, poderia ter sido contornada caso pudesse ter contado com uma maior dedicação e compreensão do parceiro na sua educação :

(...) leva seu filho para trabalhar com você .(Meu marido é mecânico...) Ele nunca levou o filho ...Agora, eu estou sentindo que ele está perdido, fez dezoito anos, não dá prá arrumar trabalho para ele porque está em fase de quartel...A menina sempre quis

estudar muito, mas o garoto já é mais sem vergonha, (...) mas é filho, a gente não vai largar assim...Meu marido já diz: não presta, deixa para lá.

Zilka - Violência Conjugal

Esta mesma participante até ensaiou reconhecer a qualidade do parceiro enquanto provedor, mas logo em seguida passa a desqualificá-lo, por achar que sua função paterna restringia-se à participação financeira na criação dos filhos- ela esperava mais dele. Além disso, avalia que ele não “honraria” seu nome nas dívidas que faz para manter materialmente a vida familiar:

Os defeitos a gente tem que falar, mas as virtudes também... ele para ele, ser pai, é botar comida dentro de casa, pagar as contas, mas quando der e quando puder, aí já sou diferente, entendeu, tem que ser tipo na hora certa,[conta das inúmeras idas à escolas dos filhos para justificar atrasos no pagamento]

Zilka - Violência Conjugal

Como no modelo de interação acima, a imagem da mulher virtuosa - que todo homem gostaria de “ter”- aparece em contrapartida à imagem do homem que falha, em outro depoimento :

(...)eu não estou aqui querendo responder só por mim mas é o que as pessoas falam: (...) - muitos homens gostariam de ter uma esposa igual a você, que é uma mulher que trabalha, que se dedica à casa, se dedica ao trabalho, não te vê na porta de bar, não te vê conversando com homem nenhum - é muito difícil eu conversar com homem, eu tenho muita amizade com senhoras, (...)não tenho amizade assim, com essas garotinhas, assim de ficar andando com elas, de elas estarem na minha casa, e eu estar indo na casa delas visitando, não. É eu na minha casa, da casa para o trabalho, do trabalho para casa, e quando eu saio, como hoje, aonde eu vou, eu levo o meu filho. Ssó não levo o meu filho para o trabalho.

Moema- Violência Conjugal

O desvalor do pai-marido, problema social para além do espaço doméstico, numa tradição dualista e restritiva do desempenho dos papéis de gênero, parece reforçar o valor social que a mulher passou a ter no casamento e na vida pública. Diante da resistência – de um ou de ambos- a estes novos papéis , o conflito entre os gêneros se radicaliza e faz acontecer a violência, conforme nos sinaliza a declarante abaixo:

E o que ele sabe fazer é brigar , é fazer as agressões, é quebrar as coisas. Ele não ajuda em nada em casa, a assistência, os alimento são eu que compro, e, as coisas dentro de casa, alguma coisa que eu tenho, foi através do meu trabalho. E ele fica revoltado porque ele vê que eu com pouca dificuldade ou muita dificuldade, eu consigo honrar meu nome- é coisa que eu mais tenho amor é a meu nome limpo, - e ele, realmente, ele não tem nome limpo... E ele desconta tudo em cima de mim: fica uma pessoa inseguro, frustrado, não é capaz de nada, né? Não tem vontade de ir à frente, tudo , prá ele, é os amigo dele – Eu já penso mais na minha filha, nas minhas coisa, nas

coisa que eu consigo comprar, e , ter. Ele é super revoltado com isso...E isso é a maneira que ele tem para. destruir o que eu tenho...

Suzi - Violência Conjugal

No meio e de dentro deste conflito, a parceira dá uma sugestão sobre o que poderia ajudar este homem nesse processo:

“Aí eu falei prá ele: - Se controla, procura um psicólogo, faz um tratamento de cabeça, se tu é inseguro, procura saber(...).

Suzi - Violência Conjugal

Apesar de pensar em se separar do marido, foi justamente o fato dele ser um pai participativo e bom, que foi valorizado por uma outra mulher, que tem dois filhos pequenos e que teve o modelo de vida em família nuclear tradicional como um objetivo desde sua juventude:

(...)então , depois que eu engravidei eu tentei me separar dele, mas aí eu pensei: Não! Eu se eu já tive uma vida tão ruim sem pai, então eu não vou querer deixar os meus filhos sem pai!

Então eu fui fiquei, continuei, .estou até hoje, por causa dos meus filhos. E ele sabe que eu vivo com ele por causa dos meus filhos”

(...)a preocupação dele é não deixar faltar nada para as crianças em casa” (...) Em tudo, na doença, se precisar, ele vai junto ao médico.

Geisa - Violência Conjugal

Ainda que cinco das entrevistadas tenham feito referências à existência de outras mulheres na vida de seus parceiros, nenhuma porém, pareceu vincular sua decisão de afastar-se do companheiro exclusivamente em função de sua possível infidelidade.

Uma dessas mencionou de modo bastante sofrido o fato do ex-marido ter saído de casa para morar com outra, como um dos motivos de decepção amorosa com o parceiro, porém, mesmo estando “meio” separada dele, continua convivendo e/ou aceitando tal situação:

Ele viajou para o Piauí(...)ele trouxe ela, montou casa prá ela aqui(RIO)(...) Eu sem saber de nada- “ Amorzinho prá lá, amorzinho prá cá”. (...) Nós fomos dormir, tivemos relações e tudo, quando eu dormi, ele fugiu! Levando tudo e foi morar com ela(...) Aí, mais uns tempos, voltou novamente para minha casa, e continua nisso até hoje..

Estela - Violência Conjugal

- Nomeando e qualificando as “dores” e “armas” no conflito conjugal

“A Pior Coisa É Isso: Pressão Psicológica...”

“Nada Paga Essa Dor, Esse Sofrimento”

Depoimentos de participantes do Grupo de Reflexão e Orientação

Jurídica- 27 de junho de 2002

Como colocado anteriormente, entre as agressões nomeadas e denunciadas pelas usuárias no serviço de atenção especializada para a mulher, predominou a ocorrência da violência física - lesão corporal.

O rosto – em muitas culturas, parte do corpo associada à honra como, nos lembram Machado & Magalhães (1999) - foi uma das áreas mais atingidas e citadas durante as entrevistas, dentro do histórico da violência conjugal :

(...)ele me batia muito no rosto: era tapa na cara, como se diz? No rosto, na face. Então, isso já vinha acontecendo desde o princípio, quando eu vinha convivendo com ele(...).

Moema - Violência Conjugal

(...) Ai , mas antes disso, naquele dia, quando eu entrei no banheiro, ele entrou: aí ele me deu um soco no rosto(...).

Zilka - Violência Conjugal

(...) Nesse dia que eu saí de casa, ele me deu um tapa no rosto. (...) O que eu sofri, sinceramente...Poxa, sair de casa naquela situação – quando ele que tinha que ter saído...

Mary - Violência Conjugal

(1..a vez)Ele me deu um relógio(...) hoje, é como se fosse um relógio de R\$10,00(...)- e o relógio, eu não sei o que aconteceu, ele caiu, ele quebrou- Então ele me bateu- me deu um soco no rosto por isso.

Estela - Violência Conjugal

A região da barriga – abdômen e pélvis- foi também mencionada como alvo das agressões físicas , inclusive quando encontravam-se em período de gestação:

Ele me espancou eu grávida, ele chutou minha barriga, eu grávida, ele disse que o filho não era dele.

Geisa - Violência Conjugal

Entre as agressões cotidianas descritas, aquelas ligadas ao sofrimento emocional, afetivo e moral da mulher – violência que denominaremos como “psicológica”- foram recorrentes. Dificilmente qualificadas ou enquadradas como crimes ou valorizadas dentre as queixas oficialmente registradas, talvez pela natureza

de sua dor e marca invisíveis, foram identificadas ou sentidas nos discursos femininos analisados, como violências que potencialmente trouxeram e ainda trazem muito sofrimento para elas.

Dessa maneira, a intimidação não só por força física, mas pela força psicológica ou coerção, a opressão e dominação pelo medo e culpabilização, foram sendo pouco a pouco desveladas no conjunto de queixas sobre o dia a dia da violência, como mencionadas por estas duas usuárias :

*(...)Eu não fico com raiva não em uma briga não, mas eu fico com medo...(.)
Realmente, eu tinha medo, de que ele fizesse alguma coisa comigo: eu esperava às vezes, ele dormir, e eu, ali no sofá, ou fico assim na cama, aí eu adormecia. Mas, não apagava, qualquer barulhinho que eu escutasse - ou ele mesmo se mexendo, se eu escutasse- eu abria o olho, e ficava ali quietinha...*

Moema - Violência Conjugal

Era ciúme... a desculpa era ciúme(...)Aquela história, até hoje, se você perguntar, para ele é real entendeu? Para ele é real! É isso que eu digo: eu concordo que existe ciúme(...)mas, criar uma história, você ficar a vida inteira , (...)fazer você se sentir culpada, eu acho que já é um tipo de violência, né?

Zilka - Violência Conjugal

Na convivência conjugal, a discriminação baseada em gênero foi um dos ingredientes que alimentou formas de tratamento desrespeitosos e agressivos no tratamento dispensado à mulher, como identificamos nos dois relatos abaixo. Num deles, estereótipos ligados ao “saber-poder” femininos e masculinos, pareceram servir de “arma” na relação de forças entre o casal, atingindo especialmente a auto-estima da parceira:

Aí, depois passou a tentar dizer assim ,que eu sou uma pessoa que...não sabe, é uma burra! Querendo fazer eu acreditar. E eu no final, até acreditava nisso!. Ele usava aquela frase, né? Que é muito pesada, eu acho ,né : “Eu costumo trocar inteligência por força!”

(...) Porque o meu marido é assim, o que ele pensa tem que ser.(...) Aí já vira o lado, assim, já fica com ignorância .

Zilka - Violência Conjugal

Porque para ele, eu sou burra: faço cursinho , gasto dinheiro à toa(...)

Mary –Violência Conjugal

A difamação e a calúnia também foram explicitamente destacadas como formas de violência e sofrimento invisíveis, pelo menos por duas das mulheres :

Eu não perdôo a minha primeira vez, porque para mim, nunca mais, prá mim acabou, entendeu?(...) Chegar assim em cima de você: - “ Não, Você já andou com outras pessoas!?- Você já ter andado já é uma coisa, né, mas nunca...

Zilka - Violência Conjugal

“ Ele só sabe, é agredir, machucar... Não precisa de uma arma prá te atacar: ele desmoraliza(...) não precisa nem usar a mão, (...) te difamando, eu acho que é a coisa pior que existe!”

Gal - Violência Conjugal

O isolamento social da mulher foi uma outra estratégia de “controle” e dominação utilizada pelo homem agressor, descrito como algo que as fizeram sofrer . Compondo o setting da violência que se apoia na intimidade doméstica, este isolamento – em casa ou numa vida com restrições aos contatos externos com familiares e amigos – potencializou ou demarcou um padrão de relacionamento, que violou direitos humanos básicos, como o direito de ir e vir e ao convívio social. Vejamos alguns momentos que retratariam tal estratégia :

E, todo lugar que eu ia, ele não se sentia satisfeito se eu estivesse feliz: ele queria que eu ficasse ali de cara emburrada ,então eu ficava assim: que nem um cavalo, com um negócio pendurado ,assim no rosto, eu não podia olhar nem para um lado nem para o outro.

Moema - Violência Conjugal

Eu sei que já foi uma violência desde do início, porque ele saía, - a casa só tinha uma entrada- Aí, ele tirou a fechadura da porta , botava uma corrente com um cadeado por fora, e eu não podia sair.

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

Se eu for na casa de uma amiga, ele acha ruim, se eu for na casa de irmã - “Ah! Não vai não!”- Vai dormir com a chave no bolso prá eu não ir na casa da minha irmã...

Elaine - Violência Conjugal

Então eu não posso sair de casa. Ele não gosta que eu saia de dentro de casa, eu sou muito presa.

Gal – Violência Conjugal

Nem sempre agressões diferenciadas, quer legalmente, como por exemplo, a lesão corporal ,a ameaça ou a injúria, quer tecnicamente, como a violência física, psicológica ou sexual, tiveram uma valoração muito diferente no conteúdo de algumas cenas conjugais violentas narradas. Os tapas e socos, em geral, dirigidos pelo homem contra a região facial da mulher, os chutes, puxões de cabelo, pontapés na barriga enquanto grávidas, as perdas patrimoniais, as ameaças de morte ou mesmo as tentativas de homicídio, foram indiscriminadamente citadas na rotina de alguns casais – violência banalizada? Destacamos duas dessas narrativas:

ele quebra as coisas dentro de casa. (...)Mas ele vê que eu num estou nem aí, aí ele parte prá cima de mim ! Ele me deu tapas, me empurrou, pegou um pau prá me matar(...) ele me pegou pelos cabelos - eu tinha os cabelos grandes- eu cortei agora...

Suzi - Violência Conjugal

(...)Nesses 13 anos que eu estou com ele(...) sempre foi dele fazer ruindade comigo (...) Aí, chegava me chutando, me batendo, me puxando meus cabelo...Cuspia na minha cara...(...) ele correu atrás de mim com faca.

(...)aí, na gravidez ele me batia também.

Elaine - Violência Conjugal

Diante das agressões até aqui analisadas, em sua maior parte descritas como impostas pelos parceiros das mulheres que entrevistamos, será que poderíamos concluir que as mesmas mantiveram-se , enquanto “alvo e vítima” de toda essa violência, totalmente passivas ?

Percebemos que, quando questionadas sobre suas atitudes frente às agressões dos companheiros, a maioria respondeu que reagia sim, de alguma forma, mais especificamente frente à violência física. Porém, elas sempre justificaram terem a intenção de se defenderem ou evitarem a violência. Não encontramos nenhum relato onde a agressão física tenha sido relatada como provocada primeiramente pela mulher. Vejamos :

(...)quando ele começava a fazer alguma coisa, dava um empurrãozinho nele. Mas assim, de agredir, bater jogar coisas em cima não.

Moema – Violência Conjugal

Toda vez que ele me bate eu reajo, procuro me defender.

Geisa- Violência Conjugal

Sabe, o tapa que eu dei nele, não ia chegar nunca aos pés sabe, da violência dele!(...) foi mais no sentido de fazer ele acordar, entendeu?

Mary - Violência Conjugal

Eu empurrei ele...(...).Bater , não , mas,... eu chorava muito e, apertava ele, arranhava ele, né... Mas bater não...

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado).

(...)Porque eu cortei[ele] com o copo- eu estava tomando água com açúcar, prá ver se eu tentava me controlar mais[depois da tentativa dele de matá-la e fazer sexo anal forçado], e o copo bateu aqui no nariz dele – cortou a pele, não pegou fundo, então sangrou.(...) Mas, eu não escondi o fato [da polícia].

(...) eu já me defendia na mão mesmo – na porrada mesmo com ele- mas, de tirar sangue dele nunca!

Suzi - Violência Conjugal

Eu não tenho coragem de fazer nada: eu não tenho coragem de bater nele...agora , se ele vim para me agredir, eu vou me defender! Ele sabe disso agora! E o Dr. Ai- aqui da Delegacia- ele falou: que eu usei o pau em legítima defesa.

Gal - Violência Conjugal

Uma outra participante que sofria mais no seu dia a dia doméstico as agressões verbais e discriminações do marido, explicou que a sua reação era tentar o diálogo:

A minha reação sempre era assim; ficava falando, tentando dialogar. E ele era ao contrário: ele tentava assim me desestruturar, e conseguiu, entendeu? Eu passei a falar alto, eu gritava...ai eu era a desequilibrada, “ Você está falando alto!” Eu até mudei o meu modo de falar , o jeito...

Zilka - Violência Conjugal

A única das esposas que afirmou nunca ter reagido, alegou que o próprio tamanho e força de seu cônjuge, já seriam motivos suficientes para que ficasse quieta:

Não, nunca! Nunca porque ele é um homem muito forte, alto sabe? Uma mão dele, entendeu, é uma coisa!

Estela - Violência conjugal

- Os motivos mais comuns parar as brigas e as agressões: o ponto de vista feminino

Tanto quando nos responderam sobre a situação atual de seus casamentos como quando nos descreveram o cotidiano das agressões e violências entre o casal, perguntamos sobre que motivos, para elas, seriam mais comuns para que as brigas e conseqüentes violências fossem desencadeadas.

Encontramos entre os motivos mais citados, a seguinte freqüência, sendo que algumas citaram mais de um: o “não” feminino ao sexo (sete mulheres); consumo excessivo da bebida alcoólica ou a “bebedeira” do marido (seis mulheres); “ciúme” do parceiro ou ex-parceiro (cinco mulheres); desejo de posse ou autoridade do homem sobre a mulher, associados ao medo da independência ou autonomia feminina e/ou à objetificação da mulher (quatro mulheres); o uso atual ou anterior de droga ilícita(duas mulheres):

Tentamos situar e delimitar nas histórias destes casais, em que momento a bebida, a droga, o ciúme ou o sexo entrariam em cena e/ou tornariam-se um “motivo”

para desencadear tanto as brigas entre o casal como a violência. Verificamos haver pelo menos cinco possibilidades ou situações, dentre as experiências analisadas.

Uma primeira possibilidade seria quando, após a briga ou discussão entre o casal, o homem saísse para o bar e voltasse para casa alcoolizado. Num destes casos, como vemos no relato abaixo, depois das brigas, em geral atribuídas ao ciúme do marido que não queria que ela falasse com ninguém e/ou que dependesse só dele, a mulher até tentava evitar que ele saísse, temendo futuras agressões :

Ele é muito doente de ciúmes... Ele fala que é ciúme, porque eu me dou muito com as pessoas (...) então ele acha que quando eu falo com as pessoas, falo dele... ele acha que eu boto as pessoas contra ele.

(...) Eu acho que é mesmo a bebida... Através da bebida(...)

Acontece a discussão dentro de casa, eu não deixo ele beber e ele fica reclamando” (...) aí, ele não aceita eu ir atrás dele e chamar ele(...) eu fico com medo dele beber e vim com violência pra dentro de casa.(...)Se eu não deixar ele fazer[sexo], aí ele começa a querer me bater, me agredir, me esculhambar.

(...) Só quando ele bebe, quando ele está bom, ele é outra pessoa..

Geisa - Violência Conjugal

Se, por um lado, quando ele não bebe ele é outra pessoa - talvez não violento- de qualquer forma, seu desejo de ter a esposa longe do mundo público é algo que faz parte de sua visão particular, mesmo que muitas vezes culturalmente compartilhada e/ou incentivada. Entretanto, como o sustento familiar dependeria também dela, mantinha sua posição- segundo ela geradora de conflito- de querer trabalhar e contar com o apoio de outras pessoas no cuidado com os filhos:

[Sempre foi assim?] Sim ...mas ele nunca aceitou este meu jeito. Ele acha eu tinha que ser só dele, e não conversar com ninguém... Prá ele se eu não conversasse com ninguém, era uma boa.[Você aceita isso?]. Não porque eu preciso de todo mundo. Tenho dois filhos(...) então eu não posso me virar contra as pessoas, por causa dele... Ele não vai deixar de trabalhar para ficar com as crianças em casa (...) Ele não aceita, ele acha que eu tenho que ser sozinha pra depender só dele, entendeu? Ficar á dispor dele...”

Geisa - Violência Conjugal

Outro parceiro, que segundo sua esposa sempre bebeu e sentiu ciúmes infundados, passou a praticar mais a violência física à medida em que foi aumentando o seu consumo de álcool nos mais de 20 anos de casamento . Em outro momento ela também associou o fato dela estar recusando mais ele na cama, como precipitador da agressão física :

(...)porque quando eu conheci meu marido, ele bebia(...) Mas, aí, com os anos, foi piorando. Mas aí eu sei porque ele nunca foi tão violento, é violento mas, a gente acha que não é tão, né? Mas estava aumentando..

(...) quando tinha algum problema, ele ia na rua, bebia, para criar coragem, né...

[Por que?] Era ciúme, a desculpa era ciúme.... [Com Bebida ,Ou Sem Bebida, Era Assim?] Era....

De uns tempos para cá, eu acho que passou a ter mais violência[física], porque eu passei a me segurar mesmo[não transar].

Zilka - Violência Conjugal

Para outro casal ainda, a bebedeira depois da briga, foi mais mencionada como sendo um impedimento para o diálogo. Entre todos os casais, este foi aquele onde a notamos menor incidência da violência física, sendo mais comum as ameaças e discriminações. Ambos possuem nível superior, porém ele sendo músico, encontrava-se quase sempre desempregado e nas noites. Ela sustentava a casa . Para esta parceira, um dos motivos para que discutissem seria o dele comportar-se como sendo seu “dono”:

E aí, nas vezes que a gente discutia, ele ficava agressivo e ia pro bar(...) bebia ficava falando as coisas...(!)Se ele não tivesse bebido, ele conversava, mas ele bebia, pronto! (...) Com quem você saiu? Eu vou matar! Eu vou sair agora, e vou comprar uma arma... E eu falei- Que isso! – Eu não acreditei! Quem é essa pessoa? (...) Aí que fui ver a possessividade dele, achava que era meu dono(...)Meu Deus, então ele acha que eu sou propriedade dele!

(...)Ele me impedia de ir à Igreja.

Mary –Violência Conjugal

Ainda neste caso específico, notamos que a primeira ocorrência da violência física entre o casal, associou o uso de álcool pelo parceiro ao período de pós-parto, onde esta mulher estaria de certa forma, mais fragilizada:

Quando meu filho estava com 4 meses, nós fomos morar na casa dos pais dele, em Itaipuaçu(...) eu passei a ser caseira, com criança de 4 meses... inexperiente, sozinha, aquilo prá mim, já foi uma violência(...) Na verdade, eu nunca quis sair da minha casa...

(...)Eu sei que uma vez, eu reclamei com ele, que eu estava ali sozinha - isso não é justo e tal –(...) Porque estava bêbado, eu queria conversar, e ele tava alterado... Aí, eu queria ir embora, ele não queria deixar eu ir, eu com nenê no colo. Aí, eu, prá me valer daquela situação, dei um tapa nele e ia sair correndo, aí ele me segurou pelo braço e me deu um soco[quebrou o nariz dela].

Mary - Violência Conjugal

Uma segunda situação encontrada, foi aquela em que o homem já chegava em casa alcoolizado e por qualquer motivo partiria para a agressão. Nos dois casos enquadrados nesta condição, o alcoolismo masculino era anterior ao casamento.:

Eu fiquei com ele, mas achava que depois de casado, ele parava com esse negócio de bebida, né...

[mas...] Ele chegava em casa, era só brigar e discutir. E, bêbado, todo dia.

Ele chega muito bêbado dentro de casa: bebe, bebe, bebe, demais mesmo! Chega a ficar passado, traspassado, não é nem passado, é traspassado de bêbado!

Elaine – Violência Conjugal

Nós casamos, ele bebia muito, ele já era um alcoólatra, né? E, eu passei até a cuidar dele, fazer simpatia, essas coisas. Ele parou por cinco anos [e a violência também]

(...)Ele me batia ... às vezes, quando ele chegava em casa, bêbado(...) eu já ficava em pânico, né? (...) então, se eu olhasse pra ele rindo, ele perguntava: - Por que da graça? “ - Que eu estava zombando, e aí já começava a me bater. Se eu fosse [abrir a porta] séria, então: - Por que você está com esta cara? Você está aborrecida porque eu estava na rua até essa hora!- Então, acabava me batendo. (...) então, eu não tinha cara para chegar e olhar pra ele, porque todo motivo, todo gesto, era motivo de gozação, motivo de raiva, motivo de tristeza(...)

Estela - Violência Conjugal

Para esta última mulher que “apanhava” por qualquer motivo sempre que o marido chegasse bêbado, mas que também viveu ótimos momentos com ele, apesar da bebida, outros motivos e explicações para que as agressões fossem desencadeadas, foram sendo apresentados, como por exemplo, a existência de outra mulher na vida dele e o estado de gravidez que a deixaria “feia”:

Toda vez que eu estava grávida(...)ele me agredia muito. Disseram até que era porque ele estava com mulheres lá fora...[Mas, e você, o que acha?] não sei, talvez a cachaca, né? Talvez por eu estar “naquela situação interessante”, como dizem assim as pessoas[grávida] e eu estar feia, né?

Eu nunca me separava dele, porque eu achava que ele era dois: então ele era o agressivo, que eu não gostava[quando bebia] e o bom, era o meu sonho, entendeu?

Estela- Violência Conjugal

Pelo que vimos, a associação entre o estado de gravidez da mulher e o uso de bebida alcoólica pelo parceiro, foi uma das justificativas mencionadas para explicar o início do ciclo de ocorrência da agressão física. Encontramos ainda outro casal em que esta associação também se revelou:

(...) foi na minha barriga... eu grávida... dois meses ... três meses... (...) Aí quem descobriu que eu tava grávida foi minha sogra... (...)Aí ele ficou sabendo, eu falei pra ele... ele ficou muito feliz(...) ele queira um filho também... Só que na primeira vez que ele bebeu, e eu tava grávida, aí ele começou a me esculhambar, que não era dele, que ele não ia registrar... Falava pra todo mundo que não ia registrar porque não era filho dele(...) aí, , tava calor, aí fui no chão, no tapete, me deitei lá na minha sala, aí ele foi me chutou, na minha barriga, ele bêbado, né...(...) aí a partir daí, começou a agressão...

Geisa - Violência Conjugal

A terceira possibilidade apontada seria aquela do homem que faz ou já fez uso de droga ilícita, o que poderia explicar para a mulher, seus comportamentos ou estados de consciência “alterados”, que, de qualquer forma, potencializariam os ciúmes que eles já sentiriam delas:

(...)Ele começou a bater - nem eu lembro na época porque que foi, mas ele estava drogado.

(...)porque, sábado agora, também foi de novo, é uma coisa que eu estou vendo que não é assim que não tenha jeito- ele pode até, não vir para cima de mim e nem me agredir...

(...).ai, eu falei para ele: - Você vai continuar colocando chifre em cabeça de cavalo? Ai , falou que o menino que trabalha comigo, ..você passa e o caixa fica olhando,.....quer dizer, isso tudo são coisas que tá criando, já onde....tava demorando a acontecer, dentro do meu trabalho.

(...)Então a pessoa que tem vício, o casamento não dá certo, a senhora vê que todos casamentos que tem uma pessoa viciada na família- marido, o homem ou seja a mulher - não dá certo porque há agressividade porque eu acho que a droga ela com um tempo, ela toma conta.

Moema - Violência Conjugal

A briga dele é mais por ciúme: ciúme de mim com meu genro, ciúme de roupa, ciúme porque eu saio, ciúme porque eu vou no médico...

Comecei a ver , que ele era uma pessoa que não tinha bom senso. Ai comecei a dominar ele. Então, as brigas minhas sempre foi isso(...)

(...)então depois de muito tempo vivendo com ele, eu descobri que ele bebia e tudo(...) É tipo uma coisa diabólica, que persegue ele, eu domina ele. E, depois de um minuto ele se arrepende. (...) ele já usou drogas.

Gal - Violência conjugal

Nem sempre, porém, é a bebida ou a droga que potencializa o ciúme. Na quarta possibilidade encontrada, o homem não bebe nem usa qualquer outro tipo de droga mas é “doente” de ciúmes. Este ciúme seria baseado no sentimento de posse que o marido teria para com ela, o que gerava conflito por ela não concordar com as limitações impostas pelo companheiro:

(...) ele quer que não vá ninguém lá em casa, não quer que eu vá na casa das freguesa [...] , não quer que ninguém me ligue, nem minha família. Ele quer que eu fique um móvel[imóvel] dentro de casa, não quer que ninguém se aproxime de mim.

(...)a partir do momento que a gente casou, ele ficou me vendo como uma propriedade dele. Ai, às vezes eu pergunto a ele, por que ele faz isso, por que ele age assim – ele não bebe, ele não fuma, ele não usa drogas – porque que ele faz isso tudo? Ele disse que : - ciúme...

Suzi - Violência conjugal

A última possibilidade de ocorrência da briga entre o casal, foi observada exclusivamente numa entrevista, onde, apesar do uso de drogas pelo parceiro, do

cárcere privado imposto, das ofensas diversas citadas, o foco central das desavenças entre o casal e de “revolta” da mulher foi a condição do marido nunca tê-la respeitado ou ajudado nas dificuldades que tinha no campo sexual, sempre “obrigando-a” ao sexo.

Lembramos que a associação entre a bebida, os ciúmes, o sentimento de posse potencializou muitas vezes tanto as brigas como as agressões entre estes casais, inclusive no momento da transa, como já vimos no caso daquela mulher que nos relatou diretamente ter passado a apanhar quando negava o sexo ao marido. Dedicamos o capítulo a seguir ao detalhamento das condições em que essas relações sexuais se deram, registrando que a oposição feminina ao homem no leito conjugal, foi fato comum na rotina da maioria destes casais pesquisados .

**d) O SEXO NA CONJUGALIDADE COMO MEIO DE SATISFAÇÃO DE
NECESSIDADES NÃO SEXUAIS**

- Violência e sexualidade: de onde partimos?

Para introduzirmos o tema da violência sexual na relação conjugal, cabe esclarecer que, diante da complexidade da temática, nossa investigação se voltou, basicamente, para a possibilidade de levantarmos dados referentes à ocorrência ou não de relações sexuais, pelo menos inicialmente, não desejadas e consentidas pelas mulheres. Perguntamos então, como era sua vida sexual com o parceiro, em termos de satisfação sexual, frequência, ritmos e negociações. Insistimos em averiguar até que ponto o lugar ocupado pelo sexo na vida do casal se associou ou não à violência, e poucas vezes ouvimos, por elas próprias, um ato sexual forçado pelo marido ser diretamente nomeado como uma “violência”.

- O prazer e o desprazer nomeados

De modo geral, observamos um processo de degradação crescente da relação entre estes parceiros que se refletiu igualmente na qualidade das relações de sexualidade do casal.

Identificamos três grupos de respostas no depoimento das mulheres pesquisadas, na classificação da qualidade da relação sexual – no sentido da possibilidade de experimentação do prazer sexual a dois.

O primeiro, seria aquele em que o prazer ou a satisfação sexual se efetivou para a mulher na relação com seu parceiro ou ex-parceiro, independentemente das situações de agressões e violências (três mulheres):

Tenho, tenho, com relação ao sexo, eu tenho uma vida boa. A gente se dá bem, fora a bebida dele, a gente se relaciona muito bem”

[mesmo depois da denúncia] “ Logo no começo, eu não quis, né, tava chateada com ele... Aí ele foi se aproximando devagar, aí a gente teve a relação normal. Quanto a isso, não tenho problema com ele não.

Geisa - Violência Conjugal

Eu gostava dele, quer dizer, me satisfazia, na minha necessidade – biológica, física – mas o meu emocional, não.(...).

Mary - Violência Conjugal

(...)a gente era bem.: eu concordava, ele concordava(...) e sentia prazer.

Suzi - Violência Conjugal

Um segundo grupo de respostas foi aquele em que este prazer sexual começou a ser mais afetado pela ocorrência da violência conjugal(quatro mulheres):

De uns tempos para cá, não é aquela coisa satisfatória, não aquilo por prazer, por muito prazer não... Porque a mágoa, - eu não tenho raiva, eu tenho mágoa.

Moema - Violência Conjugal

[você sente algum prazer?]Não, nada! Nada, nada, nada- sinto até raiva, nojo. Não, faz uns 2 meses que eu não tenho mais vontade nenhuma!

Elaine - Violência Conjugal

“eu não tenho mais vontade de arrumar homem nenhum na minha vida mais...Eu tenho vontade de viver sozinha... Parece que eu morri. Não tenho desejo sexual, assim , não sinto mais nada, entendeu?

Gal - Violência Conjugal

Ele soube me conquistar... [mas, com a violência] (...) passou a ser assim: eu já não ter mais prazer... Passei a não ter mesmo vontade nenhuma.

Estela - Violência Conjugal

Um terceiro grupo de respostas, foi aquele em que, aparentemente, nunca houve satisfação feminina na relação sexual - duas mulheres- cabendo destacar que ambas sofreram diferentes situações de violência na sua primeira relação sexual: a primeira vítima de um estupro por um homem desconhecido quando adolescente; e, a outra, viveu como uma violência a injúria de seu parceiro, que duvidou de sua virgindade naquele tão esperado momento da primeira relação sexual:

(...) Só que ele já me obrigava também, como se fosse obrigação: eu tava com ele, então eu tinha que fazer. Só, que eu me lembrava do cara[estuprador desconhecido](...) Então, você vai fazer tratamento de maluca[ele dizia] (...) toda vez que eu tinha relação com ele, eu tinha vontade de vomitar(...) Eu amanhecia toda inchada, parece uma reação que dava no meu corpo, e eu chorava o dia todo... Que eu não queria mais, não queria!

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

[prazer na relação] Eu nunca tive!...Né , porque a primeira vez né, terrível (...).Fui tentando viver, assim , sem me realizar sexualmente, vamos dizer assim, né?

Zilka - Violência Conjugal

- O sim e o não da mulher na cama e suas fronteiras com a “violência sexual”

Perguntamos diretamente às mulheres sobre possíveis situações onde ou ela ou seus parceiros teriam se recusado ao sexo e quais teriam sido suas respectivas reações.

Todas as participantes da pesquisa que vivenciaram a violência conjugal, relataram terem vivido, de alguma forma, a situação do parceiro querer e insistir na transa apesar dela não querer. Porém, avaliamos que o modo como cada casal interagiu neste momento, variou, tanto de acordo com o tipo de abordagem e reação do parceiro, quanto do contexto geral do tipo de casamento e da violência estabelecidos.

A grande maioria - oito entrevistadas - acabou mantendo a relação sexual com seus parceiros, mesmo declarando que não queriam.

Em algumas das entrevistas, uma das justificativas para que elas acabassem transando, não implicou num consentimento propriamente livre e desejado mas, como muitas falaram, numa “cessão”- acabavam “cedendo” :

Teve uma época [em que ela usava tabela como método contraceptivo, mas ele queria que ela usasse comprimido], em que ele começava a brigar, até querer me forçar. Ai, eu contornava, contornava(...) Teve uma época que eu fazia sem vontade[como era isso?] Fazia sem vontade, ora![risos]

Aí ele ficava brigando: - Ah! Não tá com vontade por que? (...) Ele achava que eu tinha outra pessoa(...) Ele não acreditava que eu não tinha vontade...

Mary - Violência Conjugal

(...) não tinha muitas conversas entre eu e ele(...) Porque eu via que os filhos estavam ali...[dormiam no mesmo quarto e ela falava:] –Olha, eles estão acordados! [ele] Não eles estão dormindo.(...) eu sempre dizia para não fazer, mas acabava cedendo[à relação na frente dos filhos] (...) Ele apenas- Vamos, tudo bem, você é minha mulher....

Zilka - Violência Conjugal

Hoje, esta última declarante, aos 22 anos de casada, depois dos filhos criados e sentindo-se de certa forma mais fortalecida para assumir o seu não desejo pela relação, ainda que através de algumas desculpas, passou a sofrer mais a violência física antes não existente:

(...) Se eu disser que estou menstruada ele não insiste, mas eu comecei a me reservar tanto, que chegou ao ponto de eu notar que a agressão aos filhos, a mim, era por causa disso, entendeu? (...) Usa isso, entendeu, é uma maneira de punir você. É isso que acontece..

Zilka - Violência Conjugal

Se nos dois casos acima não encontramos propriamente o uso da força física explícita do marido contra a parceira, pudemos perceber que, já nos depoimentos que se seguem, alguma referência mais concreta à possibilidade de violência física e/ou psicológica foi citada para justificar o “ceder” à relação sexual:

Então, quando ele bebe, ele não deixa eu dormir, ele tenta fazer sexo comigo à força... Se eu não fizer, ele não deixa eu dormir, entendeu? Então – [Entrevistadora questiona: o que você faz?)] – Eu, o único jeito é fazer né, que é para eu poder ter sossego, eu poder dormir e poder ter paz, porque senão eu não tenho... Se eu não deixar ele fazer, aí ele começa a querer me bater, me agredir, me esculhambar... Dizer que eu estou com homem na rua... Que eu tenho macho na rua.

(...)Ele nunca tentou forçar- sem eu querer- sem ele estar bêbado” . Ele achava, que se eu não quisesse relação com ele, é porque eu já tinha feito com outro homem...

Geisa - Violência Conjugal

[quando ela nega o sexo ele diz] Você é minha mulher, está aqui prá que? Ele pega, me deita na cama, à força(...) Eu deixo, não tem como!

[Se ela resiste, ele fala] AH! É né? Sua puta, piranha , safada! Você não quer transar comigo porque tu “fode” com os outros...

Elaine - Violência Conjugal

A possibilidade de atender ou não aos apelos imperativos do marido para a concretização do ato sexual, foi ficando mais limitada, para uma entrevistada que, além da lesão corporal , já teria sofrido uma tentativa de homicídio de seu parceiro agressor. Apesar de tentar verbalmente manter o “não” para a possibilidade da relação depois de ter apanhado dele, o medo de desencadear sua raiva e, dele utilizar a força , levou esta mulher a “ceder” :

(...)eu só ia sentir quando já tava lá... [penetração sexual], porque era uma coisa muito rápida. E, eu falava: sai de cima de mim! Mas, com medo de pegar na força e sair, com medo dele ficar com raiva, fazia...

Moema- Violência Conjugal

Até aqui, alguma tentativa de negociação sexual foi esboçada, desde que envolvendo mais diretamente a possibilidade da mulher quase sempre “ceder” e , do homem algumas poucas vezes, aceitar as desculpas da mulher. Mas, quando isso não aconteceu, a violência se explicitou, ou seja, ela disse não, não cedeu e ele não aceitou, provocando uma espécie de círculo negativo, escalada da violência:

Eu só não queria, quando eu tomava conta de todos os problemas- de contas(...)Eu que cuidava dos filhos,e tal Então[quando ela dizia não] ele não aceitava- ele me jogava da cama em baixo. Quantas vezes eu falava assim: - Olha, eu estou assim[cansada] - Podia contar, que ali ele levantava, ia lá fora, aí fumava um cigarro e voltava:- Como é que é? Vai ficar assim? Não vai me dar carinho? Ai já começava: me chutava da cama

prá baixo.(...) Quantas vezes, ele me batia, e eu, urrando de dor, chorando de dor- ele me forçava a ter que fazer carinho e ele ainda reclamava: carinho não é assim não – e a porrada comia de novo. Eu tinha que fazer mais carinho...

Estela - Violência conjugal

Em alguns destes casos, o “não” ou a condição dele querer o sexo e ela não, além de provocar a reação do marido – reclamações, xingamentos e até violência física caso elas não cedessem, foi reveladora de algumas possíveis diferenças entre o modo feminino e o masculino de conceber uma relação sexual, alimentando e ou radicalizando o conflito entre os casais:

[o que ela diz] Vem cá, você acha que eu tenho capacidade para isso? Você faz o que faz, você me bate, você me humilha, você diz que eu sou isso e aquilo, e aquilo outro, e você acha que eu vou ter cara de pau de chegar e -.Um ditado popular - Eu vou me abrir para você?!.Eu não sou mulher de zona não, eu não sou mulher de zona não, que aceita tudo quanto é coisa e está lá.(...) Dizia que não queria.

Moema - Violência Conjugal

Eu , prá mim, na minha cabeça, para ter um relacionamento sexual, tem que ter clima...Ele se jogar em cima de você, eu acho que não era uma coisa normal, e chegou uma hora que eu não agüentava mais, entendeu?

Zilka - Violência Conjugal

Eu não consigo nem entender a natureza dele - ele acaba de me bater, de me dar socão, cuspir na minha cara, puxar meus cabelos, aí(...) ele vai dormir, aí depois quando ele acorda, ele vem como se nada tivesse acontecido, vem querer me agarrar a força, me beijar. Aí, eu: - Pára! Sai daqui! Eu não sou jumento. [Explica] Que jumento é que acaba de morder a jumenta e, na mesma hora, já tá indo prá cima dela!

Elaine - Violência conjugal

Somente duas participantes da pesquisa disseram claramente terem feito sexo com seus parceiros e ex-parceiros, forçadas, obrigadas. Observemos que, no primeiro caso ela chega a considerar este ato forçado como “tortura” e que, no segundo, a entrevistada pareceu primeiro “aceitar” fazer obrigada, para depois “negociar” seus limites religiosos:

Aí , depois, todas as vezes, ele me obrigava a ter relações. Ele achava que aquilo tinha que ser obrigado, todo dia , todo dia, mesmo não querendo ,e , toda hora.(...) [Algum Dia Você Quis?] Não sentia vontade. Eu fazia, por fazer...(...)Aquilo me assustava... (...)E depois ele pegava e me falava que eu tinha que transar com ele do mesmo jeito, mesmo não querendo. E, eu me calava, não contava prá ninguém ... (...) Aí, constatou que ele tinha sífilis. Aí a Dr.a falava que a gente não poderia ter relação sem camisinha, com sífilis(...) Porque ele tinha, mas eu não tinha. (...)Aí, ele me obrigava, mesmo sem camisinha, aí eu falava que isso já era tortura, que ele tava me torturando, que eu não aceitava aquilo!

Dalva - Violência Doméstica e Conjuga(Atual) e Sexual(Passado)

Ele me obrigava ,às vezes, só que depois eu fui falando pra ele: que eu não gostava disso, que eu não era disso[sexo anal], que eu nunca tinha feito isso... (E ele

escutava?) Não, ele continuava... aí eu falei pra ele que não! Que não! Que eu era uma pessoa evangélica, que eu jamais ia aceitar aquilo(...) No final, eu fui impedindo, impedindo ele... Aí, ele foi me respeitando, foi me respeitando e tudo.

Gal - Violência conjugal

Finalmente, destacamos ainda o posicionamento daquela nossa única entrevistada que conseguiu fazer valer sua vontade, de nunca fazer o sexo forçado. Até um certo ponto de seu relacionamento com o ex-parceiro, sua condição foi respeitada no pacto conjugal para as relações sexuais, vividas pela mesma, de forma satisfatória:

*Eu falava não, hoje não dá, eu não estou me sentindo legal, estou com dor de cabeça(...) ele falava lá umas besteiras, mas dormia lá e aceitava
Ele forçando, jamais! (...)Eu sempre falei prá ele, eu sempre impus minha vontade: nada forçado, eu não quero !(...) não vem prá cima de mim, que não vai ter!*

Suzi - Violência Conjugal

Porém, como veremos a seguir, esta mesma pessoa partiu para um processo de separação deste seu ainda “amado” homem, justamente após alguns outros episódios de violência associados, ele ter tentado forçá-la ao sexo anal.

- O sexo anal : resistência e violência diante da possibilidade de rompimento da dicotomia mulher de casa x mulher da rua

A “mulher de família”, mulher de um homem só, deve controlar o desejo masculino e saciá-lo dentro de limites para que sua imagem não se difunda no universo das outras mulheres: as “mulheres da rua”.

(Gregori, 1993 a)

Para algumas mulheres, foi a relação anal forçada, ou a tentativa deste tipo de relação por parte do parceiro, a situação em que realmente pareceram sentirem-se “violentadas”. Percebemos, mais claramente, sua associação com um sentido de violação de sua integridade moral, sendo mesmo inaceitável para uma delas – ela morre, mas não faz :

Ele sempre tinha proposta prá isso[sexo anal] . Eu sempre recusei: não, isso não é certo, meu papel de esposa é do jeito que tem que ser por lei- não é porque você tem desejo, você quer e eu vou concordar – Negativo! Se for assim, você procura na rua uma mulher da tua linha – Comigo , não! (..)Eu acho isso uma baixaria... muito feio, isso não é certo, coisa errada, de mulher da rua, prostituta. Eu , jamais eu vou fazer isso! Eu ia me sentir ofendida, horrível e podre!

(...) aí, ele achou que se sentia por baixo, veio desabotoando a calça e tirando mesmo as partes íntimas na frente da menina prá chegar à via de fato! - Não, isso nunca! Eu mato você, eu morro aqui, mas isso minha filha nunca vai ver!

(...) eu não neguei, falei na frente da Delegada(...)que eu machuquei ele, que esse foi o motivo: porque ele queria fazer coisa feia na frente da garota – uma mocinha de 14 anos – e isso não é certo(...) eu fiquei muito revoltada, porque isso não é certo, não convém ele, como marido - fazer essas coisas, muito pior, na frente da garota: Eu não admito!

Suzi - Violência Conjugal

Ressaltamos que o sexo anal, enquanto proposta de prática sexual na rotina deste casal, já vinha sendo tentado pelo marido, sem aceitação da parceira. Ela se valia de argumentos fundamentados no papel de uma mulher de família – a esposa- que deve agir, conforme a lei - lei simbólica, ideologia - que define diferentes funções sociais e poderes para cada tipo de mulher, a de casa e a da rua. O momento em que este homem transgrediu aquele “não”, no meio de uma briga entre o casal, pareceu trazer indícios de uma espécie de punição, uma tentativa de atingir/submeter sua parceira, que vinha, dia a dia, conquistando sua autonomia, ou, independendo dele para manter sua casa e comprar suas coisas.

Percebe-se então, que o sexo anal forçado, no contexto deste casal em situação de violência conjugal, transforma-se numa “arma” para este homem, que, segundo as palavras de sua ex-parceira, “ sente-se por baixo”, e parece buscar sustentar-se, na possibilidade de “autoridade” sobre a mulher. Ela, por sua vez, não o perdoo:

Eu não merecia isso, ele não me pegou em qualquer esquina, nem na vida- ele me pegou mocinha, trabalhando. A gente casou, foi meu 1.º marido, 1.a relação, meu 1.º tudo!

Suzi - Violência conjugal

Seguindo na linha de demarcação do que se espera de uma mulher virtuosa e honrada, outra entrevistada, relata ter feito sexo anal obrigada. Ela significou este tipo de sexo, como uma prática que transgredir sua crença religiosa e também o que seria “normal” e “natural” entre um homem e uma mulher, seres humanos diferentes dos animais irracionais:

Sei lá, que diz que pode usar tudo... Comigo não é assim não, entendeu? [sexo anal] Eu acho que, o que foi feito para dar, foi a frente. A galinha só dá atrás, porque não tem outro lugar!(...) Ele me obrigava ,às vezes, só que depois eu fui falando pra ele: que eu não gostava disso, que eu não era disso, que eu nunca tinha feito isso... (E ele escutava?) Não, ele continuava... aí eu falei pra ele que não! Que não! Que eu era uma pessoa evangélica, que eu jamais ia aceitar aquilo(...) No final, eu fui impedindo, impedindo ele... Aí, ele foi me respeitando, foi me respeitando e tudo...

Gal - Violência Conjugal

Na entrevista com a mesma, quando investigamos sobre a qualidade da sua vida sexual com o parceiro, sobre as práticas e iniciativas em geral, ainda encontramos relatos que associavam o fazer coisas não convencionais ou “ baixas” na cama - como parece querer significar o sexo anal - às mulheres que fazem o “ sexo doido”, mulheres estas diferentes dela:

(...) Ele tinha muita fantasia na cabeça....- eu acho que o sexo tem que ser feito assim, não com muita baixaria, né? Então , ele era cheio de mania, então eu fui tirando aquelas mania dele[quais?] É...esses sexo doido que essas mulheres fazem por aí...Sei lá, que diz que pode usar tudo... Comigo não é assim não, entendeu? [refere-se a sexo anal] Eu acho que, o que foi feito para dar, foi a frente(...).

Gal - Violência Conjugal

Mais uma das respondentes da pesquisa revelou a vivência do sexo anal forçada. Para ela, mulher que antes de sua união, vivera situação de violência sexual por um desconhecido, todas as relações e qualquer tipo de prática sexual com seu ex-parceiro, pareceram envolver desprazer e/ou não-consentimento. Diante de sua negativa ao sexo e repulsa constante ao parceiro, inclusive através um provável quadro de sangramento vaginal reativo, ele a teria obrigado ao sexo anal. Apesar disto também ter sido ‘horrrível’ para ela, somente quando o sexo anal, associado ao sexo oral, foi forçado num momento especial e delicado de sua vida – 9.º mês de gravidez - pareceu despertar nela a consciência de sua indignação – para ela esta a foi pior violência que viveu com ele - motivando-a a viver , a partir daquele momento, separada de corpo, daquele homem:

(...) aí, me deu esse problema de vaginismo... Toda vez que eu transava com ele, saía muito sangue, Aí ele: - Se não pode pela frente, então vamos fazer por trás” - Por trás eu não vou fazer, eu não vou fazer! Além de tudo mais, eu não quero, e isso é crime, você está me obrigando, está me estuprando! Isso é um estupro! (...)Aí , uma vez ele tentou ter relação anal comigo... aí eu chorava, que não , que não... El e me obrigou... aí prá mim foi horrrível(...)

(...)Foi quando eu ia ganhar minha filha... Foi cesárea marcada porque eu não tinha dilatação, foi de alto risco, né? Então ,um dia antes deu ganhar neném , ele me obrigou – Você vai ter que transar comigo (...) Aí , ele me obrigou a ter relação com ele até anal, e me obrigando a ter oral também, , me obrigando, passava no meu rosto ... Foi a pior tortura, porque eu lembrei do estuprador. Fez tudo isso, e, ele também fez tudo isso...E , na hora deu ganhar nenen, eu lembrava daquilo tudo. Isso aí me marcou... Aí eu falei nunca mais... e, foi mesmo a última vez...

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

e) A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PARA ALÉM DO CASAL –
--

- Algumas conseqüências da violência doméstica para os filhos

Todos os casais cujas parceiras denunciaram agressões perpetradas por seus maridos, com exceção de um, tiveram filhos que conviveram com a realidade conflituosa e por vezes violenta do casamento dos pais. Muitas vezes, as próprias mães foram colocando espontaneamente suas preocupações com relação aos filhos, como já vimos em suas queixas sobre a pouca participação masculina na educação dos mesmos. Ainda assim perguntamos pontualmente que tipo de influências mais as afligiriam e/ou foram observadas como efeitos da vida familiar violenta no comportamento ou saúde dos filhos.

Em três famílias que tinham filhos pequenos e do sexo masculino, a maior preocupação das mães seria com a possibilidade destes meninos ficarem iguais ao pai quando crescerem, ou seja, apresentarem comportamentos agressivos ou violentos. Uma delas chegou a apresentar este como sendo o motivo principal de sua separação:

Me preocupa deles[pai e filho] ficar igual. Porque ele - apesar que o garoto tá na escola também, ai vem fazer brincadeira de luta, tem o desenho - Mas ele também vê o que o pai dele, às vezes fala para mim. Às vezes, ele escuta e pergunta:- “Porque que o meu pai briga tanto com você?” - Eu falo assim : é porque ele não gosta mais de mim, deve ser isso.

Moema - Violência Conjugal

Eu tenho medo(...) Meu filho mais velho[5 anos] observa tudo dentro de casa, ele é muito observador(...) Eu fico com medo dos meus filhos crescerem e virar bandido...[violentos].

Geisa - Violência Conjugal

O que contribuiu mais para eu me separar dele, foi o fato dele dar uma educação pro meu filho e eu dar outra. E o conflito acaba prejudicando meu filho...

(...)Ele já estava me respondendo, falando comigo que nem o pai tava falando , entendeu? Agressividade...

Mary - Violência Conjugal

Problemas como dificuldade de aprendizagem, baixa de rendimento escolar, distúrbios emocionais e/ou doença mental foram mais identificados entre as filhas adolescentes:

Antigamente, não atingia tanto elas, mas agora..[11 e 12 anos].

(...) tirando nota baixa, é todos os dia com dor de cabeça...

Ele pega no cabelo das crianças, torce assim[demonstra e conta o que as filhas dizem em resposta]- “Eu vou ficar com minha mãe, eu não quero mais ficar com você”.

Elaine - Violência conjugal

[filha , hoje com 14 anos já fez trat.º psicológico e fonoaudiológico, por solicitação da escola] Ela tinha uma dificuldade de ler, de juntar as palavras –ela trocava. Tinha dia que ela ia prá escola, ela chorava.

Suzi - Violência conjugal

Ela começou a ficar estranha [tinha 17 anos] . Ela sempre lendo a Bíblia, com os cadernos dela, e ela tem uma mania de escrever, sabe. Aí eu vi aquelas coisas que eu não estava gostando: - “ Aah, eu não sei porque eu nasci”

(...)As pessoas me entrevistavam (profissionais de saúde) e eu falava: o pai dela bebe. E eles falavam que o doente na família era ele: - “ um alcoólatra na família, adocece todo mundo”. Ela usou medicação psiquiátrica, não falava coisa com coisa, chegou a apanhar do pai porque ela falava de namorados, professores, misturava muitas coisas.(...) Hoje ela está bem.

Zilka - Violência Conjugal

A possibilidade de uma relação incestuosa entre pai e filha foi ventilada nas entrevistas. Apesar da resistência inicial em conversarem sobre este assunto, duas destas mães com filhas adolescentes nos sinalizaram tal desconfiança, porém declararam que não obtiveram qualquer confirmação :

Se ela estava de shortinho e o pai chegava , ela colocava uma calça”

Zilka - Violência Conjugal

Eu sempre falo prá ela: se algum dia ele encostar a mão em você, você grite, não tenha vergonha, grite! Que eu tomo o resto das atitudes(...)Já encostei ela na parede, se ele teve algum comportamento diferente[sexual] com ela, ela disse que não..

Suzi - Violência conjugal

Verificamos que, para duas daquelas com maior tempo de convivência com seus maridos e que tinham filhos do sexo masculino com idade de 17/18 anos, a situação limítrofe entre a violência conjugal e a violência doméstica , ou seja, do filho que não aceita ver a mãe apanhando e que parte para a defesa dela e /ou enfrentamento do pai agressor , foi determinante para que as mesmas buscassem consolidar processos de separação de seus maridos:

(...) teve uma confusão , uma briga com meu filho.

(...) agora ele[filho] já está ficando assim, tipo meio revoltado, tá rebelde, entendeu? [ele falou para o pai] Eu vou pegar o Sr. de homem para homem, lá na rua!

Zilka - Violência Conjugal

Eu entrei com a separação e tudo, por motivo dele ter batido no meu filho de 17 anos – ele espancou muito meu filho- e, como ele já me batia.. Aquela coisa, eu sempre tava naquela de proteção, aquela mãe que nunca toma atitude – não tinha condições de sair... Foi quando ele bateu no meu filho, expulsando meu filho de casa.

Estela - Violência Conjugal

- Efeitos da Denúncia na vida do casal

A busca da mulher em situação de violência doméstica por auxílio de terceiros, quer fossem amigos, familiares, vizinhos ou instituições, foi uma atitude comum em todos os casos de violência conjugal pesquisados.

Os vizinhos tiveram muitas vezes um papel imediato, tanto no sentido de darem abrigo, refúgio e atenção solidária a estas mulheres e seus filhos, como por vezes até ajudaram na interrupção momentânea de uma briga ou violência iniciadas:

Aí comecei a suar frio, ele querendo já vir para cima com aquele nervosismo todo, para cima de mim e eu falei: se você fizer alguma coisa comigo, eu estou passando mal, pára, eu vou chamar alguém. [ele] – “Mentira, é frescura tua, mentira tua, tu não tá passando mal nada!”- Aí, eu consegui pegar minha chave, e parti para o portão e abri o portão. Quando eu abri o portão, tinha uma vizinha minha, que ela estava acordada ela tava lá do lado de fora- isso era meia noite e pouco, mais ou menos- aí eu chamei ela.

Moema Violência Conjugal

[vizinhos falam para ela] *Você vai atrás de solução, esse homem tem que sair de perto de você. Você vai viver com uma pessoa dessa maluca, dentro de casa, com essas crianças? Elas podem ficar com problema na cabeça...*

(...)As crianças ficam no desespero gritando. Aí o vizinho, às vezes vem ,bate na porta- Ooo rapaz, o que está acontecendo aí? Eu num estou fazendo nada não - Aí, ele se acalma, mas quando a pessoa sai, ele começa tudo de novo!

Elaine - Violência Conjugal

Nunca escondi(...) Quem me ajudou mais, foi uma comadre, as vizinhas todas...

(...) eu grávida, batendo na porta delas- 3 ,4 horas da manhã...

Estela - Violência Conjugal

As famílias em geral- tanto por parte das esposas quanto dos maridos- intervieram tanto no sentido de estimulá-las a denunciarem seus parceiros e de abrigá-las , como de aconselhá-las e/ou impor-lhes a manutenção do casamento em prol da moral e dos bons costumes familiares:

Tudo que se passa comigo, ela[irmã] sabe de tudo...Sempre ela tá do meu lado (...) o marido dela , o esposo também ajuda muito, me dá a maior força , [por]que triste de mim , se não fosse eles, né...(..)

[cunhado que a abrigou na separação]- “ Você vai dar parte. Se você ainda quiser morar com esse camarada, eu não vou mais te socorrer não!”

Elaine- Violência Conjugal

Eles ficam todo mundo contra , porque acham que não pode haver separação na família...

Eu tentava falar com meus irmãos , eles falavam:- “ ah, é seu marido, vocês que tem que decidir...”

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

O apoio religioso foi outro recurso citado por estas parceiras, quer fosse no sentido de receberem conforto, conselhos e abrigo para elas próprias, quer para o auxílio aos parceiros, ajudando-os a “largarem” o vício da bebida:

[Onde recebe mais ajuda?] Eu acho mais é na religião. A gente conversa muito, a pastora ela é muito boa, sabe?(...) Ele foi lá procurar o pastor, aí o pastor conversou com ele[parceiro]. Ela falou para uma irmã da igreja, -“se a gente estivesse com a nossa igreja pronta, a M. poderia ficar até aqui com a gente, no caso seria do tipo uma caseira né, na igreja, até poder se arrumar um outro lugar”.

Moema - Violência Conjugal

Se não fosse a Igreja, eu já tinha me separado há muito tempo. Eu aprendi na Igreja, [Evangélica Luterana] a ter paciência, perdoar, dar a outra face.

Mary - Violência Conjugal

[tentou levá-lo para a Igreja, mas...] daqui a pouco, vem um carro, entrou dentro da Igreja, ele bêbado, buzinando, xingando todo mundo. Nunca mais eu vou levar ele pra Igreja!

Estela - Violência conjugal

A busca mais recente pelos serviços de segurança, justiça e apoio social e psicológico foi algo que, pelo menos inicialmente, trouxe efeitos positivos para a vida da maior parte delas.

Em pelo menos duas situações, o sentimento de estarem mais “seguras” ou “protegidas”, ou dos parceiros estarem com medo, independentemente delas terem procurado um serviço policial ou somente aquele de apoio psicossocial e jurídico foi confirmado:

*Aí, quer dizer, eu vim, procurei - não me arrependi, eu achei até que eu estou mais protegida(...)Eu falei assim: - Vem! Se tu vier para cima de mim e me encostar um dedo em cima de um fio de cabelo meu, você tá perdido,.....teu nome está registrado lá na delegacia. E, eu já estou participando do atendimento das mulheres, qualquer coisa que você fizer contra mim, vão te levar preso!
(...)Ajudou! Ajudou porque ele está mais,...porque ele está com um pouquinho de medo.*

Moema - Violência Conjugal

Eu me sinto muito mais tranqüila, segura, depois de ter vindo aqui, participado, porque eu vi que eu fiz alguma coisa, antes de chegar na situação de gente que está muito pior do que eu! Eu levanto as mãos para o Céu nas minhas orações: Meu Deus, Graças que o Sr. Colocou estas pessoas no meu caminho, porque eu pude sair da situação que eu tava- embora difícil, embora ainda demore um pouco-(...) é um parto difícil, complicado – mas eu estou saindo, entendeu?(...) Antes de eu chegar aqui, estava achando que o meu era assim[risos] – meu problema era o mais grave, o mais sério, que eu ia morrer.

Mary - Violência Conjugal

A melhoria em suas vidas foi também associada à melhoria no relacionamento do casal, tanto por conta do companheiro ter parado de beber como por respeitá-la mais:

Depois que eu dei parte na delegacia, que ele foi lá e viu que eu estava correndo atrás, aí ele parou... (...) Não bebe mais, fala que não está bebendo mais, (...) de lá pra cá, ele mudou, está outra pessoa, irreconhecível!...

(...) Então, se eu tivesse feito isso mais antes, talvez a minha vida tivesse até melhorado mais(...).

Geisa – Violência Conjugal

“Ele está respeitando mais, mas eu sinto que é porque eu saí e eu jamais saí de casar... Agora, desde o dia que eu saí, ele não bebeu mais, mas ...

Zilka - Violência Conjugal

Mesmo reconhecendo a mudança do marido, esta mesma entrevistada, afirmou que, ainda assim, este homem não chegaria a apresentar comportamentos ou atitudes positivas voltadas para o maior diálogo entre o casal :

É, ele mudou sim,. Mas, só que quando ele não bebe, ele é uma pessoa mais ou menos, mas não chega a ser uma mente certa de sentar, conversar ,de escutar, não...

Zilka - Violência Conjugal

Para uma outra , que nunca recebeu o apoio familiar para denunciar o parceiro , sendo mesmo discriminada e agredida pelos irmãos por apresentar comportamentos de autonomia e independência, foi o fato de poder contar com outras pessoas que a fez sentir-se mais fortalecida e com vontade de lutar:

Me deu mais vontade de lutar, de querer melhorar, né... (Sente-se melhor hoje?) Muito melhor, muito melhor, porque eu vi, que tem pessoas que podem ajudar a gente. Por que a gente vai se calar, se a gente pode procurar ajuda?

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

A certeza de que nenhuma mudança do homem com quem conviveu em situação de violência cotidiana por 13 anos, faria com que a união conjugal fosse ainda possível, foi assim colocada por uma das ex-companheiras :

Eu tenho certeza que ele não vai mudar!(...)Mas eu tenho certeza que não adianta eu tentar de novo, morar junto com ele, que ele não vai se consertar, ser aquele pai, aquele marido, aquele companheiro...

Elaine - Violência Conjugal

<p style="text-align: center;">f) ENTRE O ESTUPRO MONSTRUOSO E A COERÇÃO SEXUAL NATURALIZADA</p>

-Notas Introdutórias

Mesmo não nomeadas como violências, em alguns momentos encontramos similaridades na descrição das relações sexuais não desejadas pela mulher em situação de violência conjugal, com as experiências de outras mulheres que viveram e denunciaram a violência sexual por desconhecidos. Entrevistamos três destas mulheres em Serviço de Atenção em Saúde para Vítimas de Violência Sexual e trataremos, então, de apresentar e discutir pontualmente tais entrevistas, com o objetivo de encontrar e colocar em evidência, possíveis pontos de diferença e similaridade entre duas modalidades de experiência sexual vivenciadas pelas mulheres, a saber, o estupro por desconhecido e a coerção sexual na vida conjugal.

Tratando-se de um ensaio comparativo parcial, não existe aqui a pretensão, nem a possibilidade de se esgotar o tema ou de efetuarmos uma ampla comparação entre duas supostas diferentes situações de violência sexual: a do âmbito público e a do âmbito privado da vida das mulheres.

Partiremos de uma breve descrição dos três casos “clássicos” ou socialmente identificados como de violência sexual perpetradas por homens desconhecidos – estupros cruentos praticados contra as mulheres que entrevistamos no Serviço de Saúde de Referência. Só posteriormente, então, trabalharemos com a comparação pontual entre estes casos e aqueles demais nove casos de violência doméstica e/ou conjugal pesquisados no Serviço de Atenção Jurídica e Psicossocial, buscando-se lançar luz sobre:

- A qualidade e o significado de algumas situações narradas e sentimentos explicitados pela mulher que vivenciou um “estupro” por homem desconhecido, em contraponto com aqueles apresentados por aquela que viveu a coerção sexual naturalizada com o marido: que atitudes ou sentimentos tiveram frente às ameaças do agressor e que sentimentos seriam desencadeados a partir da violência, diante do ato sexual com seus parceiros;

- As conseqüências da coerção sexual e /ou da violência sexual para a saúde , a sexualidade das mulheres e a vida familiar e/ou conjugal;

- As avaliações e punições propostas por cada uma das doze entrevistadas para as situações de coerção sexual, estupro conjugal e de estupro cruento, e a influência dos estereótipos de gênero e do imaginário social relacionados à violência e sexualidade masculinas.

- Panorama das três situações de “estupro cruento” analisadas

Tomando como referência contribuições de Segato (1999:387) sobre o “*estupro cruento*”, que segundo a autora teria entre suas características ser um ato “*realizado no anonimato das ruas, entre pessoas desconhecidas, anônimas*” e também que “*assenta-se na força ou na ameaça do uso da força*”, consideramos os três casos de violência sexual apresentados a seguir, como casos “clássicos” deste tipo de estupro.

Foi assim que, em um dia qualquer do mês de fevereiro, de março, e, de maio de 2002, cada uma das mulheres – aqui nomeadas respectivamente como Vilma, Alice e Ana - saiu cedo de sua casa , dirigindo-se ao trabalho. Estavam na rua, em vias públicas que conheciam e utilizavam com freqüência, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro e em município da Baixada Fluminense, quando abordadas pelos “estupradores”. Duas retornavam do trabalho e uma utilizava a rua como local de trabalho, quando foram envolvidas em situações de vitimização sexual, comparadas posteriormente à morte por uma delas: “*prá gente é como se fosse uma morte!*”(Ana).

Estas mulheres, morenas jovens, com idades entre 23 e 25 anos de idade, utilizavam meios de transporte e/ou vias públicas em suas rotinas de vida e estavam sós, desacompanhadas. Além disso, duas delas, optaram por caminhos mais rápidos, porém, menos conhecidos, em função da pressa/atraso em que se encontravam. Será que as coisas seriam diferentes se estivessem acompanhadas? Se elas tivessem agido diferentemente? São questionamentos “reparadores” e não explicitados, que ecoam em seus relatos : “*se eu pudesse esperar o próximo ônibus...*”(Alice); “*a pressa é inimiga da perfeição*” (Vilma).

Enquanto esperavam na rua – pelo ônibus ou pelo público que receberia os panfletos que uma delas distribuía – elas tiveram um “encontro inesperado” com um

homem. Aos olhos de quem assistisse, talvez, o mais “natural” dos encontros, onde uma mulher é abordada pelo homem, que, quase sempre, tem a permissão e /ou estímulo social para realizar esta aproximação, tanto de forma cortês e amável como até mesmo, de modo mais “agressivo”, desde que ele seja reconhecido como seu parceiro .

O homem que uma das mulheres “encontrou”, foi caracterizado até mesmo, como sendo “bonito”, podendo, inclusive, parecer um “cavalheiro” que estaria ajudando uma possível parceira, colocando os braços sobre os ombros dela, carregando suas sacolas, não chamando assim, a atenção de ninguém especialmente, com nenhum comportamento pouco comum: (...) *“Aí, ele pegou minha bolsa(...)botou no ombro dele, e pegou, cruzou minha mão na dele, fingindo que era namorado”*(Vilma).

Talvez, a tentativa de fazer parecer ser uma abordagem qualquer, até possa ter deixado a própria mulher confusa - e, depois, culpada social e internamente- pois, afinal, foi uma aproximação inesperada de um homem desconhecido, mas, ao mesmo tempo, “normal” numa relação cordial entre as pessoas em geral : *“ A pessoa me pediu uma informação, entendeu? Aí, eu não achei nada demais : às vezes eu peço informação a alguém, ou você me pede uma informação ”*(Ana).

Porém, se por segundos a abordagem destes homens pode ter parecido “normal”, inesperada e bruscamente, num segundo momento, ganhou outra significação quando eles passaram a ameaçá-las de morte, caso não fizessem o que eles mandavam. Tais ameaças tiveram efeito inicial aterrorizante, sendo reconhecidas por elas, quase que imediatamente, em sua potencial gravidade. Vejamos como nos descreveram seus sentimentos e reações logo que abordadas pelos agressores na rua:

Oh! Eu sou bandido, eu estou armado(...) Tem dois caras atrás de mim, você finge que está comigo(...)aí eu fiquei apavorada, comecei a chorar.

(Vilma) - Estupro Cruento

Ele chegou assim, colocou a mão no meu ombro...Levei aquele susto, né?!(...) Teve uma hora- sabe aquela sensação de gelo? Dormente, não senti nada...

(Alice) Estupro Cruento

Diante de homens, homens estes, que diziam-se armados, que estavam alcoolizados e/ou drogados, de aparência estranha - “esquisito”, “pirado”, “totalmente louco” - e, que diziam *“vou te matar aqui mesmo”* a cada choro ou resistência das

mesmas, teriam elas escolhas ? Pelo jeito, não: “ *Eu poderia – em outra situação- poderia bater na pessoa, gritar e tudo, mas naquele momento, o que aconteceu, foi que eu fiquei calada*” (Ana).

Antes da ocorrência da situação de violência sexual propriamente dita, mais uma arma, além da força física e da pressão psicológica, foi utilizada pelo homem, agora já identificado como agressor no processo de intimidação e submissão de duas de suas vítimas - o recurso à ingestão obrigatória de bebida alcoólica, em doses não toleradas por elas:

(...)Aí, passamos por um túnel, aí ele falou: - Aqui eu matei uma mulher![depois, já na casa usada para o estupro] Trancou o quarto, aí perguntou: se eu queria beber ou cheirar?(Alice).

Primeiro ele me fez beber- eu não gosto e passo mal porque tenho úlcera nervosa – Depois dei graças a Deus porque ele não conseguiu a cocaína (Vilma).

Uma vez sob o domínio destes homens agressores, foram levadas para ambientes domésticos reservados e, sob ameaça de vida, foram violentadas sexualmente- estupro e atentado violento ao pudor, em todos os casos:

(...) mandava eu fazer sexo oral, sexo vaginal, sexo anal – então [ele] preferia, assim, tudo né? (Alice).

Ele me colocou prá fazer sexo normal[vaginal]umas duas ou três vezes(...) cada relação que ele fazia eu ter, ele me colocava para tomar banho (Vilma).

Ele só chegou , penetrou e não ficou nem um minuto e saiu, gozou e saiu... (Ana).

Após serem libertadas por seus violadores, dentro de suas diferentes possibilidades e apoios recebidos, elas foram a um serviço policial e fizeram suas denúncias, de onde receberam o encaminhamento para o Serviço de Saúde de Referência para Atendimento a Vítimas de Violência Sexual. Nenhuma das três tinha informações sobre o serviço e as rotinas de saúde necessárias aos casos de violência sexual, antes de receberem as orientações e o encaminhamento feito pelas equipes das delegacias que procuraram.

- A ameaça como estratégia de “rendição” feminina nas situações de violência doméstica, coerção e violência sexual

Na maioria das situações de violência que cada uma das 12 entrevistadas viveu e/ou descreveu, algum tipo de ameaça - à sua integridade física, à sua vida ou a seus pertences, ocorreu:

(...) Eu já estava acordada, mas eu fiquei quietinha[enquanto marido falava:] - “ Eu não quero saber dessa puta - um negócio assim - Eu vou matar ela e arrancar a cabeça dela fora.

(...)Ele pegou, com raiva porque eu não queria [a relação sexual] - fiz com que ele saísse de cima de mim- ele pegou minha calcinha, pegou ela assim , no chão, e rasgou. E, aí falou assim: - Cada vez que você não quiser ter relação comigo, eu vou rasgar uma calcinha sua!

Moema - Violência Conjugal

Eu vou matar! Eu vou sair agora, e vou comprar uma arma... E eu falei- Que isso! – Eu não acreditei! Quem é essa pessoa?

Mary - Violência Conjugal

Sua piranha, vagabunda, se você não vim prá casa, eu vou te matar!

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

Ele fica me ameaçando(...) ele saiu lá de casa escoltado pela Polícia(...).

Suzi - Violência Conjugal

(...) Aí, eu fiquei apavorada, comecei a chorar. [Agressor ameaça] – Nem pensa em chorar, porque senão, eu te mato aqui mesmo.

Vilma- Estupro Cruento

(..)Ele falava: vou te matar, vou te matar, vou te enforcar...Vou te colocar dentro de um saco e te jogar no rio, que ninguém mais vai te achar!

Alice- Estupro Cruento

(...) Aí ele falou: - Olha, o negócio é o seguinte, entendeu? Você vai ter que ter sexo comigo, senão eu vou te matar!

Ana- Estupro Cruento

Em pelo menos quatro casos, observamos a passagem da violência imposta através do discurso do agressor - a ameaça de morte como modalidade de sofrimento invisível - à ação propriamente dita, ou seja, as ameaças de bater e matar a mulher, se tornaram agressões físicas e /ou tentativas de homicídio. Chamamos a atenção para o fato de todos os quatro casos envolverem a situação de violência doméstica e/ou conjugal:

(...)ele quase que me matou, ele me enforcou na cama, começou a bater com a minha cabeça na cama, começou a bater, nem eu lembro na época porque que foi, mas ele estava drogado, começou a bater com a minha cabeça na cama começou a bater, bater, bater: - “vou te matar” - tanto que eu perdi as forças. Quando ele viu que meu braço fez assim [caiu],foi então que ele me largou, aí ficou aquela marca assim do dedo, tipo marca de chupão(...)

Moema - Violência Conjugal

Quando aconteceu de eu levar esta paulada na cabeça, eu tava na pracinha conversando(...)[ex-parceiro liga para o celular dela]: - “ - Sua piranha, vagabunda,

se você não vim prá casa, eu vou te matar!” (...) quando cheguei em casa, ele já tinha falado pra minha família toda que eu tava de putaria na rua. Aí começou aquela confusão, horrível, horrível, ele me xingando...

(...)na hora que eu virei as costas, a minha cunhada, num momento de raiva, começou a me chamar de piranha, de galinha, que eu tava sendo a vergonha da família! (...)Aí ela pegou um pau e bateu na minha cabeça! (...) Desmaiei, não vi mais nada... Eu fui parar no Hospital(...).

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

(...)ele correu atrás de mim com faca - Várias vezes que ele pega a faca pra matar eu e as crianças.

Elaine - Violência Conjugal

(...)Ele me deu tapas, me empurrou, pegou um pau prá me matar (...) ele me pegou pelos cabelos - eu tinha os cabelos grandes- eu cortei agora.

Suzi - Violência Conjugal

Para muitas daquelas mulheres que falaram a partir de seus lugares de esposas ou ex-parceiras, estas ameaças masculinas e o contraponto feminino de resistir e/ou ceder às intimidações, pareceram ser, por um tempo, banalizadas, remetidas ao contexto de relações conjugais, onde socos, tapas, ameaças e tentativas de homicídio foram vividos e descritos como rotinas de interação baseada no controle masculino, sem valorizações ou diferenciações especiais, pelo menos em termos de sua gravidade inicial. Porém, como veremos mais adiante, no que se refere a efeitos posteriores na sua saúde ou qualidade de vida, os relatos femininos traduziram mais pontualmente a “gravidade crônica” de seus “sofrimentos” e “dores” por viveram ou terem vivido situações onde a violência se instalou.

Por outro lado, entre aquelas que sofreram a ameaça por um homem com quem não tinham nenhuma vinculação afetiva ou pessoal, o medo de morrer, ser “eliminada” ou sofrer algum dano foi imediatamente transformado em atitude de obediência aos comandos deste homem “bandido” no processo de dominação de sua “vítima”, implicando numa aparente resistência menor da mulher. Configurou-se claramente tal situação numa “clássica” violência sexual, onde para conseguir a dita “conjunção carnal”, houve o emprego de “força” que foi capaz de aniquilar qualquer resistência da vítima, utilizando-se principalmente, da ameaça de causar-lhe algum mal .

Somente uma das mulheres que viveu o estupro cruento chegou a relatar a violência física do agressor- levou um tapa do estuprador no momento em que ela começou a vomitar após a ingestão obrigatória e excessiva de álcool. Relata que ele teria ficado nervoso com a possibilidade de que alguém fora do quarto ouvisse:

Eu não estou acostumada a beber assim...Começou a me enjoar, enjoar: era um vinho completamente horrível. Aí eu fui, botei tudo prá fora, ele ficou nervoso. (...) O quarto era pequenininho, foi escorrendo pela cama, e tal... (...) aí ele foi me bateu, aí acabou depois adormecendo...

Alice- Estupro Cruento

- O nojo e a repulsa como marcas da impureza no sexo e/ou no corpo feminino

Com referência à descrição das cenas de violência, no sentido do detalhamento das sensações e sentimentos desencadeados nas respondentes após manterem as relações, atos ou práticas sexuais que não teriam desejado ou que as teriam deixado em constrangimento, independentemente de conhecerem ou não os homens com quem estabeleceram os mesmos, encontramos como ponto comum em seis entrevistas, o nojo que relataram sentir de si mesmas e/ou da relação sexual.

Algumas mulheres sentiram-se sujas após o ato sexual não consentido. Outras, por receberem a proposta de práticas sexuais que as fariam sentir-se como uma “mulher de rua”, representação socialmente compartilhada do modelo de mulher “impura”. Estes sentimentos de impureza, em alguns casos, surgiram mesclados aos de raiva e indignação, por terem vivido tal situação de objetificação ou não terem sido respeitadas:

[Como é que você se sentia depois, no dia seguinte?- após transar sem querer com o marido] . *Eu me senti imunda, eu me senti imunda, suja, porque juntou a raiva dele me pegar assim, só para satisfazer a vontade dele e não respeitar o que eu estava passando.*

Moema - Violência Conjugal

Aí quando eu fui viver com ele, já começou: toda vez que eu tinha relação com ele, eu não conseguia... [Quando você fala conseguir, é conseguir ter prazer?] Ter relação... Sem prazer... Fazia, mesmo assim, é ...Depois você se sentia até mal, suja, eu me sentia...

Dalva - Violência Doméstica e Conjuga(Atual) e Sexual(Passado)

[Sobre contar na delegacia sobre a tentativa de sexo anal forçado do marido] *Eu não tenho vergonha eu tenho vergonha de eu não assumir o que ele tentava fazer comigo... Me sinto suja, rejeitada, humilhada(...) Eu me vejo no ponto de vista de não esconder, de botar prá fora, eu me sinto bem, me sinto limpa, entendeu?*

Suzi - Violência Conjugal

[primeiro marido , com 16 anos](...), *mas ele me pegava, depois me jogava na cama, e tinha o contato comigo assim, no peito. Eu tinha hora que eu tinha nojo, não tinha isso[relação sexual] como um ato bom, eu tinha isso como um ato ruim..*

Gal - Violência Conjugal

(...)foi difícil...(...)Porque logo assim que eu cheguei[em casa depois do estupro], ele[noivo] veio me abraçar, me beijar, eu é que não queria...Porque eu tava me sentindo suja prá ele, né? Só depois de um mês é que fui conseguir dar um beijo nele...

Alice – Estupro Cruento

Uma das participantes, embora tenha contado aos risos e dando “*Graças a Deus*” ao fato do marido parar de lhe importunar após ter cedido à relação sexual sem vontade, disse que, depois, “*se lavava toda*”, sem contudo afirmar diretamente qual seria seu objetivo com tal iniciativa:

Teve uma época que eu fazia sem vontade(...) Fazia sem vontade[risos], aí, quando ele virava pro canto e dormia, eu dizia: Graças a Deus! Eu ia pro banho, me lavava toda(...).

Mary - Violência Conjugal

Já uma das mulheres vitimadas sexualmente por um desconhecido, informou diretamente ter recorrido ao banho e à esfrega de seu corpo “sujo” e violentado, atitudes recorrentemente encontradas entre casos clássicos de estupro cruento:

Ele só chegou a penetrar, não ficou nem um minuto e saiu...Aí foi que ele gozou e saiu, entendeu? Que nojo que deu de mim! Ai! (...) Cheguei em casa, peguei as roupas, taquei no chão do banheiro. Peguei as coisas de lavar roupa, esfregava no meu corpo...

Ana- Estupro Cruento

- Algumas conseqüências da violência e das relações sexuais não protegidas e /ou não- consentidas

De modo geral, encontramos relatos associados a diversas situações de sofrimento psíquico: depressão, stress, pânico, esquecimento, entre outros. Algumas chegam a citar diferentes recursos medicamentosos e terapêuticos que já fizeram e/ou fazem uso:

Aí, eu comecei a tremer, porque eu já estou com um abalamento já dos nervos, dos limites que eu já venho passando (...)Eu ando muito estressada, muito nervosa e ainda com medo...

(...)porque, teve uma vez, que eu tomei cinco comprimidos de Diasepan. Parecia que eu nem tava pensando na vida, porque eu tenho um filho de quatro anos para mim criar né? Mas, eu estava tão desesperada, que andei tomando cinco Diasepan, numa noite só!

Moema - Violência Conjugal

Eu começo a me lembrar das coisas que passou, são coisas que continuam presentes, eu não consigo esquecer... E, todo tipo de violência que eu vejo, eu fico angustiada, nervosa...

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

(...) Diasepan, era calmante, todo dia, toda hora o médico me dava(...) Depois disso, nunca mais fiquei boa.

Elaine - Violência Conjugal

(...)eu não vou chorar- chorei muito, muito mesmo. Passava dias e dias , noites e dias sem dormir, sem comer(...)

Suzi - Violência Conjugal

porque quando eu tomo susto e ele não deixa eu dormir, aí meu coração acelera – parece que você tá cansada, sem fazer nada...

(...) Olha eu me trato com o neuro[neurologista], com depressão .E agora eu pedi ao médico para me encaminhar para a psiquiatria, a cardiologia (...).

Gal - Violência Conjugal

Só que depois disso, agora[cinco meses após estupro por desconhecido] eu ando mais esquecida...(...) É, ando mais nervosa. Por exemplo, guardo alguma coisa, tem horas que eu não lembro...

Vilma- Estupro Cruento

Na rua, eu não estou conseguindo assim direito andar, muito bem... Eu até ando, mas eu ando mais receosa . Se tiver alguém comigo eu até prefiro, na rua sozinha eu realmente só vou na padaria da minha casa, no jazz onde eu faço, né? Só que, mais longe, eu sempre peço pra alguém ir comigo, eu não consigo...

Alice – Estupro Cruento

Entre aquelas em situação de violência doméstica, em termos de conseqüências diretamente associadas às agressões físicas que sofreram, encontramos relatos que vão desde hematomas e fraturas até lesões internas mais comprometedoras como coágulos cerebrais:

(...)aí ficou aquela marca assim do dedo, tipo marca de chupão, aí as pessoas me perguntavam no serviço: - “O que foi isso, o que houve com seu pescoço? “- Meu marido tentou me matar...

Moema - Violência Conjugal

(...) ele deu um tapa no meu rosto assim, que eu fiquei com problema no ouvido.

Geisa - Violência Conjugal

(...)ele quase quebrou meu dedo, ele(marido) fechou a janela na minha mão né...

Zilka - Violência Conjugal

(...)pegou um pau e bateu na minha cabeça! (...) Desmaiei, não vi mais nada... (...)No dia seguinte, eu acordei toda paralisada, minhas pernas não se mexiam, nem meus braços, toda torta, toda torta... Aí me levaram de novo para o hospital.

Dalva - Violência Doméstica e Conjuga(Atual) e Sexual(Passado)

No braço, fiquei [com]vários lugares roxo, minha bunda...

Suzi - Violência Conjugal

Efeitos da violência física e/ou sexual foram bastante observados na saúde sexual e reprodutiva dos dois grupos de participantes da pesquisa.

Três daquelas que sofreram violência física e psicológica de seus parceiros, relataram situações de abortamentos provocados, duas implicando na morte do feto e uma em parto prematuro:

Ele chegava em casa era só brigar e discutir. E, bêbado, todo dia. Quando foi com quatro meses e meio, eu comecei a sentir dor prá...abortar[filha nasceu prematura]

Elaine - Violência Conjugal

Porque eu tive o primeiro[marido], ele era uma pessoa muito bruta, então, eu vim abortar a criança com 7 meses.

Então eu, desde o princípio, eu já tive depressão – tanto a depressão da perda do 1.º filho, mas eu não chorava prá num quebrar o resguardo, mas quebrei do mesmo jeito-E, maltrato também , ele era uma pessoa muito ignorante , muito bruto.

Gal - Violência Conjugal

Uma vez, eu perdi...[chora] ele quebrou o berço da minha filha em mim, e aí, eu perdi essa criança...(...) Eu não sabia que estava grávida, ele me empurrou contra a parede-eu bati com as costas na parede(...)eu tive uma hemorragia imensa, e descobriram que a criança estava morta dentro de mim(...) Isso é uma coisa que a gente nunca mais esquece...

Estela - Violência Conjugal

Para outras duas, a gravidez não desejada foi diretamente relacionada ao fato de terem feito sexo forçadas com seus parceiros e ex-parceiros, ainda que uma delas tenha tentado evitá-la com o uso de métodos anticoncepcionais :

(...)só que ele sabia que eu não tomava remédio, que me dava alergia, eu tava fazendo teste ainda pra ver qual remédio eu ia tomar. Ele rasgou a camisinha, fui e engravidei da minha filha(...)Eu amo minha filha, mas de verdade ,eu não queria, eu não queria.(...).

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

Ele largou a casa, já tinha quatro anos, aí, veio dentro de casa – eu não queria receber ele como marido, mas terminou eu recebendo. Eu engravidei do garoto em dezembro, quando foi em setembro, eu tive (...)

Gal - Violência Conjugal

A provável ocorrência ou mesmo a preocupação com o “risco” de contraírem doenças sexualmente transmissíveis, associadas ou não às situações de violência que todas experimentaram, foram problemas de saúde citados em três entrevistas com mulheres em situação de violência conjugal e registradas em pelo menos um prontuário médico de uma “vítimas de violência sexual”(vvs):

Eu nunca tive problema de saúde, né. Então, quando eu fui embora(foi para a Paraíba), que voltei, tive uma relação com ele e a partir daí deu um ‘‘ corrimento’’ (...) Até, eu pretendo fazer meu preventivo (...) Então , eu estou com o pé bem atrás com ele por causa disso, né? Ele falou que não foi dele...

Geisa - Violência Conjugal

(...) Aí, constatou que ele tinha sífilis(...) Porque ele tinha, mas eu não tinha- Graças a Deus que eu não tinha pego(...) nem a minha filha - Aí, ele me obrigava, mesmo sem camisinha(...).

Dalva - Violência Doméstica e Conjuga(Atual) e Sexual(Passado)

(...)Aí quando eu não queria ceder, ele dizia prá mim que... então procurava lá fora. Aí, quando eu vi, eu tava com a doença e eu não sabia de quem era, nem entendia.(...). E eu tinha uma coceira, uma coceira – menina! - que coçava, de ferir. Aí eu botava vinagre para parar de coçar . Aí, a médica (...) falava assim para mim: Mas, escuta,

você já usou esses remédios todos, e não ficou boa, se você não ficar boa com esses remédios agora, o “ problema” não é teu.(...) Era uma “aguaceira” que escorria.

Gal - Violência Conjugal

“No momento refere leucorréia esbranquiçada abundante com prurido”

prontuário médico -1.ª Consulta ”VVS”- Vilma – Estupro Cruento

Quanto ao risco ou vulnerabilidade específicos para contraírem por via sexual o HIV, considerando que todas as entrevistadas eram sexualmente ativas, e que tanto nas suas relações estáveis com parceiros, como nos estupros por desconhecidos denunciados, mantiveram relações sexuais sem proteção, potencialmente, todas estariam em perigo de se contaminarem. Entretanto, a preocupação explícita com a possibilidade de contaminação ficou mais evidente nos relatos daquelas que transaram com homens “estupradores” desconhecidos:

Desde o estupro, eu pensava mais numa doença[aids].

Vilma – Estupro cruento

[Algum sinal de doença sexual decorrente da violência?] Não, graças a Deus, não, eu também fui logo procurar saber(na religião) – Falou que isso realmente estava no meu caminho, mas não para impedir que meu futuro seja como eu queira, né? - Com filhos, né? - E, ainda não chegou o meu exame de HIV aqui, só que eu já sabia que eu não tava, que eu tava completamente limpa. E na delegacia, como ele era ex-presidiário, então ele tinha que fazer, né...E a delegada, logo assim que ela me viu veio falar:- Oh! O exame dele chegou, e realmente, ele não é aidético, ele não tem nenhum tipo de doença..

Alice- Estupro Cruento

(...) O meu maior medo era que eu tivesse com aids.

Ana- Estupro Cruento

Entre as esposas e ex-esposas em situação de violência doméstica, somente uma esboçou alguma preocupação mais explícita com este tipo de doença:

[Camisinha para evitar essas doenças, vocês conversam sobre isso?]Não... porque é o que eu falo com ele:- “Eu não ando com ninguém ,você diz para mim também que não anda. Cuidado, que a AIDS tá solta”. Porque eu, respondo por mim, agora ele, responde por ele. Quer dizer, não tem como confiar, mas é o que eu falo para ele: - Oh! Se algum dia eu aparecer com alguma doença, seja qual for, foi você que colocou em mim.. Porque, eu também, uma vez ouvi um boato, que ele andou com uma menina lá(...) Então, essa menina, ela tem vinte e poucos anos também, mas ela é assim,...da vida, ela é desvairada, sabe, ela usa drogas, ela anda com qualquer um. Então, eu só sei de boato.

Moema - Violência Conjugal

Poderíamos supor que, por um lado, os três casais em que a mulher sofreu violência sexual por estranho, nos quais elas explicitaram suas preocupações com a aids e que ainda recorreram a um serviço de saúde (onde foram contempladas com rotinas

médico-laboratoriais de detecção, prevenção, e tratamento de DST/HIV/Aids), aparentemente, estariam mais protegidos do que aqueles que viviam em situação de violência doméstica, já que tiveram a chance de serem “cuidados” neste aspecto.

Entretanto, foi recorrente o relato de relações sexuais desprotegidas com seus parceiros fixos após o estupro- apesar dos preservativos estarem prescritos e antes de que todas as amostras e resultados do teste Anti-HIV estivessem liberados. Dificuldades inerentes aos papéis e estereótipos de gênero que ambos desempenham – marido/homem- esposa/mulher- pareceram reforçar a importância de maior atenção aos casais neste momento, no atendimento de rotina a casos de violência sexual:

[Questionada sobre o uso da camisinha com parceiro] *Ele nunca aceitou usar camisinha. Eu quis algumas vezes, ele não aceita: - “Porque eu agora[pós-estupro], eu não tenho coragem de transar com você ! “- Aí fui, comprei preservativo. Mas aí ele falou que não ia usar... Depois de mais de um mês a gente teve relação, mas por mim não, por mim seria com camisinha.*

Vilma- Estupro cruento

[usam camisinha?] *Os outros todos, usaram camisinha [parceiros anteriores].Esse agora, que a gente começou a usar a camisinha, e depois parou de usar a camisinha(...)Eu tenho camisinha lá, mas é ele que não coloca: ele sabe que eu fui estuprada! E que eu fiz o exame, entendeu? Mas, só que o problema já não é meu, a responsabilidade agora é dele, entendeu? Eu avisei , no 1.º dia.*

Ana- Estupro Cruento

(...) a gente começou a usar a camisinha,(...) eu tenho essa alergia mesmo, aí foi a gente começou a fazer esse coito interrompido.

Alice- Estupro Cruento

A sexualidade feminina foi de alguma forma afetada, em praticamente todos os casos pesquisados. Como vimos anteriormente, no capítulo que abordou as relações sexuais , entre as mulheres e casais em situação de violência conjugal:

- A degradação da relação se refletiu na degradação da qualidade da vida sexual do casal, sendo que as relações de sexualidade dificilmente acontecerem sem conflitos e/ou violência;

- Pelo menos quatro declararam diminuição ou ausência do desejo sexual por conta dos conflitos com seus parceiros ;

- Duas relataram nunca terem alcançado a satisfação sexual, desde sua primeira relação: uma destas, teve seu marido como único parceiro e a outra foi violentada por desconhecido em sua primeira relação, prosseguindo com suas dificuldades na vida sexual com o parceiro violento.

Observamos que, entre as três que mantiveram relações sexuais forçadas, sob ameaça de vida e com homens desconhecidos, as queixas de dificuldades na vida sexual também estiveram presentes.

Uma delas, que tinha uma vida sexual satisfatória antes da violência, situou sua dificuldade na retomada de sua vida sexual com o noivo. Apesar deste parceiro ter sido compreensivo e paciente, ela relata ter tido dificuldades iniciais, hoje parcialmente superadas, já que ainda persistem alguns flashes que a fazem lembrar a situação traumática com o estuprador:

Foi difícil... Não por ele! E sim por mim. Porque quando eu cheguei, logo assim que eu cheguei, ele veio me abraçar, me beijar, eu é que não queria... Só depois de um mês é que eu fui conseguir dar um beijo nele...É que a gente conseguiu... Aí demorou mais um mês e um pouquinho prá gente conseguir manter nossa vida sexual de novo, né? Às vezes, até hoje. assim, certas “brincadeiras nossas”(jogos sexuais) assim, ou alguma coisa assim que ele faz, que possa ser parecido - Não é parecido!- Mas assim, alguma coisa, não dele, qualquer outra pessoa mesmo, me faz lembrar, aí eu já fico meia assim, né...

Alice- Estupro Cruento

Para outra que viveu também o estupro cruento, não houve associação espontânea entre sua dificuldade atual de chegar ao orgasmo, com a violência sofrida. Inclusive, ela que trouxe diversos relatos de atividade sexual plena e ativa- “Do meu gosto, a gente teria sexo todo dia!”, fez questão de tentar mostrar que sua vida continua a mesma:

Agora eu tomo um pouquinho mais de cuidado com as pessoas, mas eu não mudei a minha rotina: eu visto as mesmas roupas que antes, eu ando do mesmo jeito.

Ana - Estupro cruento

Apesar dela relatar ter retornado à sua vida sexual com um ex-namorado, sem problemas, dizendo “Eu não levo prá minha cama, aborrecimento, preocupação”, na ocasião da entrevista, seis meses após a violência, o mesmo tempo em que diz estar com seu atual parceiro, ela comenta:

Só que, agora, eu estou com um probleminha: eu não consigo gozar(ri). Até porque ele[parceiro] não pegou o meu jeito, entendeu?

Ana - Estupro cruento

Para a terceira e última mulher pertencente ao grupo das violentadas sexualmente por estranho, a dificuldade sexual relatada é anterior ao estupro. Apesar de já ter sentido algum prazer com seu parceiro, declara:

*Porque eu sou assim, eu não tenho assim vontade de ter muita relação(...)Agora então, não tenho muita, ando muito agressiva...
(...)Eu, eu, eu[gagueja], queria - vou até conversar com a ginecologista - porque...assim... que eu me lembre, eu acho que eu não tenho orgasmo vaginal - clitoriano, sim, eu acho que eu tive(...).*

Vilma- Estupro Cruento

Vilma, como outras duas entrevistadas, Dalva e Gal, teve sua 1.^a experiência sexual de forma não consentida. Das três, apenas Gal, que teve sua primeira relação forçada pelo primeiro marido relatou ter tido algum prazer posteriormente, porém com um segundo parceiro.

- Mas, o que é pior- conhecer ou não conhecer o homem agressor nas situações de violência e coerção sexual?

Solicitamos às doze mulheres que participaram da pesquisa, que nos dessem suas opiniões sobre “O que deveria acontecer com os homens que estupram as mulheres”, explorando em suas respostas seus comentários e comparações sobre duas possibilidades ou situações: a situação de um homem estranho que violenta sexualmente uma mulher desconhecida, bem como sobre os maridos que forçariam suas esposas ao sexo no casamento.

Percebemos que as mesmas, apesar de inicialmente falarem da situação de violência para as mulheres em geral, acabavam destacando elementos de similaridade e de diferenciação entre as duas situações, tomando como referência suas próprias experiências. Alguns pontos ganharam valorações particulares em suas tentativas de comparação, principalmente em função do que responderam sobre o que seria pior para a mulher, no caso, elas próprias.

Entre duas participantes que viveram tanto o estupro cruento como a coerção sexual conjugal, a relação entre o uso da força e a ausência de critérios de punição para os agressores foi recorrente em suas respostas. Uma citou o uso da força como a condição que igualaria as duas vivências:

[viveu as duas situações e avalia: qual foi pior?] Os dois ... foi igual...porque os dois usou a força.

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

Apesar de iguais pelo uso da força, para ela, a condição da relação forçada acontecer dentro do casamento, seria um dos fatores que colaborariam ou facilitariam a ocorrência do estupro conjugal e/ou a sua não- denúncia:

Eu acho que o de casa, acho que ele sente até mais forte, que pode fazer o que quer, que a gente tá dentro de casa, no mesmo teto que ele, ele se sente mais poderoso! Porque ele sabe que ali a gente vai ter medo de falar, porque a gente vai ser mais discriminada : [as pessoas falam] – “Então, porque você vive com esse homem?”

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

Para aquela outra que também teria vivido as duas experiências, ou na verdade, três, pois também viveu uma relação sexual forçada com um conhecido não íntimo, a força física maior do homem , a discriminação contra a mulher e a impunibilidade do suposto “agressor” também se associam:

(...)alguns homens sabem que, se eles quiserem, eles têm mais força, né? Pela força.... Porque não tem punição, tem força.... Quando a mulher vai contar, a mulher é sempre discriminada.

Vilma – Estupro Cruento

Quanto à sua avaliação sobre qual situação teria sido a pior para ela, encontramos o seguinte depoimento:

(...)Mentalmente, essa de agora[desconhecido] foi pior. Mas a outra, prá mim, foi pior, porque foi a primeira. Ah! Eu não esperava!

Vilma – Estupro Cruento

A situação de discriminação contra a mulher, para ela e para outra mulher que foi estuprada por um desconhecido, pareceu associar-se aos estereótipos de gênero que culpabilizam a mulher pela situação de violência:

Realmente, eu até acho que tem roupas indevidas mesmo(indecentes]. Mas não a ponto de pegar você à força, entendeu?

Vilma – Estupro Cruento

(...)eles falam assim- “Ah! Tava usando uma roupinha curta e foi estuprada”. Ou, “anda com a barriga de fora, anda com os peitos de fora”- Não é por aí, entendeu?(...) Eu tava com a roupa toda suja, toda despenteada, suada, fedendo a suor e aconteceu esse negócio(estupro) comigo... Eu não tava com nenhuma roupa sexy entendeu?

Ana – Estupro Cruento

A condição de similaridade entre as duas situações de sexo não consentido – coerção sexual e estupro cruento - foi citada ainda por outras três participantes que viveram somente a situação de violência no âmbito doméstico.

Uma apontou o fato de ser o agressor uma pessoa conhecida ou desconhecida da mulher, como a única coisa diferente entre as duas, mas que não pareceria fazer diferença no sentido de ser visto como uma violência:

Não, eu não acho que seja diferente, eu não acho. Agora, a única diferença, é que aquele[rua] você não conhece.

Estela - Violência Conjugal

Para as outras duas, a condição de ser tratada como objeto pelo parceiro agressor e/ou estuprador, igualaria as duas situações:

*[estupradores de rua]: Eu acho, nessa hora eu sou contra, né...É muito sério...
[estupradores domésticos] Acho que também, né? Porque é uma pessoa que num...(silêncio) Ah! Porque meu marido, eu sinto que ele é assim, eu sou para ele tipo um objeto, né? Uma coisa que ele comprou, né? Eu acho que não deveria ser assim...*

Zilka - Violência Conjugal

(...)porque ele[parceiro] tem que respeitar também. Porque a mulher não é objeto dele, ele me tratava como se eu fosse um objeto, ele me usou como se eu fosse um objeto(...) Mas, aí, tem que ter como provar e fazer comprovação - seria a mulher é, não se lavar e aí, partir para a delegacia

Moema - Violência Conjugal

Dois que viveram exclusivamente a violência conjugal, responderam que a situação de um estupro cruento seria pior, justificando serem os agressores, homens que a mulher não conhece e/ou nem convive. A primeira faz porém, uma ressalva, de que, apesar de seu marido a conhecer, ele a teria desrespeitado em seu direito de não querer, tal como faz aquele da rua . A segunda, além de destacar como pior o fato de não haver conhecimento prévio entre as pessoas, associa a idade ou condição da mulher- ser de menor - como um agravante :

O igual é porque ele já me conhece ,né? Então, tem a convivência ali - tá certo que ele não me respeitou meu querer... Mas, da rua eu acho pior : - “eu quero agora e é agora e acabou”. Isso também não pode acontecer não (...).

Moema - Violência Conjugal

[qual a pior?]Eu acho que as duas coisas né? Mas eu acho que o que pega na rua é o pior que o que pega dentro de casa. Um cara na rua, que não conhece... E a garota, de repente é de menor, e faz uma violência dessa...

Elaine - Violência Conjugal

Para a única mulher que avaliou diretamente ser a situação da coerção ou violência sexual do marido como pior e mais difícil, observamos que, primeiramente, ela pareceu ter dúvidas, chegando a citar o estupro cruento como pior. Somente quando se aproximou de sua própria situação, de viver o sexo forçado pelo marido, ela pareceu encontrar outras significações, que colocaram em cena a dor de sua decepção com o parceiro, justamente pelo fato de ser aquele homem, alguém que ela gostava, em quem ela confiou e com quem conviveu:

*Eu acho que a violência dentro de casa com a mulher, do homem querer fazer sexo forçado, já é ruim, né? Imagina pegar uma mulher e “estrupear”...
Ai, eu não sei... aí eu já fico com uma dúvida, né? É difícil...(silêncio). Eu não sei responder não...*

Eu acho assim: uma pessoa desconhecida, é... difícil você desculpar, né? Você não conhece aquela pessoa... Agora, chega de repente, e faz isso com você, é revoltante: você não sabe quem é a pessoa, não conhece, nunca teve convivência com esta pessoa, e a pessoa chegar assim e violentar, né, machuca muito.(...) E eu acho que com o marido já não, apesar de você conhecer... - machuca também - porque você conhece aquela pessoa, então dos dois lados machuca(...). Mas eu acho que é mais traumático dentro de casa, porque você conhece aquela pessoa, você tem convivência com aquela pessoa e de repente aquela pessoa vem e estupra ...Você confia naquela pessoa, você gosta daquela pessoa, tá com ele(...) deixa a mulher muito decepcionada, acaba com a mulher isso! E o homem já de fora , não: você não conhece, não sabe quem é, é revoltante também, mas você não sabe quem é...Dentro de casa eu acho que é mais difícil.

Geisa - Violência Conjugal

O sexo forçado ou o “estupro conjugal” no casamento, para uma outra, não seria como aquele que ela viveu em sua relação com o ex-parceiro, e, por isso, o avaliaria diferentemente. No fundo, acha que ela aceitava a relação- teve participação. O sentido de sexo forçado ou violência estaria para ela associado ao fato da mulher ser amarrada e obrigada, o que deveria ser tratado como um crime a ser denunciado na polícia, sendo o homem conhecido ou não da mulher. Ainda assim, haveria uma diferença, já que, no caso dos maridos, esta denúncia serviria mais para “detê-lo” :

[exemplo pessoal] É, mas se ele me obrigasse mesmo, né... É porque eu tinha, no fundo, uma esperança, sempre , de que alguma coisa ia melhorar! Mas, se eu não quisesse mesmo né, eu ia fazer o possível para procurar a polícia.

[hipótese marido amarrar e forçar “realmente”:] Tinha que ser preso também[igual estuprador rua]. Porque, imagina, se trouxe uma doença, ou uma aids não é, ou uma gravidez indesejada(...) Tinha que ser detido, não sei se preso é a palavra .

Mary - Violência Conjugal

A possibilidade de considerar a relação sexual forçada no casamento como um estupro conjugal também foi relativizada por mais uma entrevistada. Ela, que teria vivido outras duas experiências de sexo forçado- estupro por desconhecido e por conhecido não íntimo, acha que apesar de violento, o parceiro pelo menos é alguém que ela conhece. Além disso, considerou também ser um erro seu, não querer ter relações com o marido, acabando por “ceder” e não sendo assim “obrigada”:

*Esse que mora com você, também é uma violência. Mas prá você, pelo menos, é uma pessoa que você já conhece(...) Para mim eu acho difícil, porque eu me acho errada, porque tem vezes que eu quero ficar um mês sem ter relação...Ele tá errado, mas também no começo eu sabia que ele gostava muito...
(...) eu é que, às vezes, já não agüentava mais ele ficar falando, entendeu? [e cedia]
(...) Assim ,dele me pegar à força mesmo, não.*

Vilma – Estupro Cruento

- Do desejo de morte e isolamento social do monstro estuprador à humilhação do parceiro agressor

Entre as opiniões das mulheres que viveram algum tipo de violência sexual perpetrada por homens, quer fossem os mesmos seus parceiros ou desconhecidos, sobre possíveis penalidades a serem aplicadas aos ditos “estupradores”, encontramos uma tendência a que aqueles que violentam sexualmente mulheres desconhecidas, por serem reconhecidos como monstros ou criminosos, fossem mais exemplarmente punidos, inclusive com sentenças de morte.

Quatro declararam abertamente este desejo de morte e/ou vingança para os estupradores de rua:

Nesse caso aí, eu acho que, sei lá... eu já escutei muito caso de "estupro", né? Acho que eles devia morrer... Acho que isso não se faz com uma mulher...

Geisa - Violência Conjugal

Eu acho , nessa hora eu sou contra, né... (...)Eu acho que deveria ter pena de morte, né? É muito sério...

Zilka - Violência Conjugal

Aí, sinceramente, no meu pensar, eles deviam ser morto. Porque ninguém merece ser “violadamente” assim, na estupidez(...) Assim: quando você quer, é uma coisa, quando você não quer, é outra. Quanto mais, uma coisa obrigada, amarrada - Violentar! Já no amor, no carinho, já te machuca! Imagina uma coisa totalmente violenta... Como é que você se sente? Horrível! Eu penso assim: eles merecia morrer!

Suzi - Violência Conjugal

No meu sentimento, eu sei que é errado a gente desejar o mal, né? (...) Mas, assim - a gente sente mais é que ele tem que morrer, né... Ele tem que passar pelas mesmas coisas que eu passei e... depois, morrer.

Alice – Estupro Cruento

Embora chegue a mencionar a hipótese da pena de morte, uma mulher que viveu o estupro cruento reconsidera tal penalidade em função do sofrimento da família do agressor, deixando à critério da justiça qualquer possibilidade de penalizar este homem :

eu não gosto de pensar em pena de morte, porque aí, a família da pessoa vai ficar, né? (...) Mas a família não vê o lado da gente também, né? Prá gente é como se fosse uma morte! Eu queria que a justiça lá, fizesse tudo que tivesse que ser feito, eu não quero nem saber o que eles fizeram, entendeu? (...) Se ele fica um ano, dois anos, dez anos na cadeia, isso não me interessa!

Ana – Estupro cruento

Para outras duas, a prisão desses homens seria uma opção:

Acho que deveria pegar alguns anos de cadeia.

Moema - Violência Conjugal

Eu acho que ele tem que ser preso, não pode deixar uma pessoa assim solta, né?

Mary - Violência Conjugal

A suposta “anormalidade” destes indivíduos, seria motivo para que fossem isolados da sociedade entre pelo menos três casos abordados. Para duas, esta condição de “anormalidade” estaria associada a uma visão de animalidade selvagem e loucura do estuprador:

Eu acho que é covardia- isso aí[relação sexual] é um ato que tem que ser feito com amor, com respeito. (...) Bicho é bicho , até os bichos se respeita...isso é feito por uma pessoa...LOUCO! Isso não é feito por uma pessoa normal! Eu acho que estas pessoas tem que ter: ou um tratamento, ou botar ele num lugar, e dar o castigo que eles merece – deixar eles preso- se eles não podem viver no meio da sociedade, então que prendam eles, entendeu?

Gal - Violência Conjugal

Bom, tirar eles, né, da sociedade, eu acho que, nem os animais fazem isso!

Estela - Violência Conjugal

Para a outra, esta anormalidade poderia estar associada a problemas mentais e/ou de uso de drogas, merecendo além do isolamento e prisão, algum tratamento especializado, bem como a prestação de serviços para a sociedade:

(...)Porque prá mim, estas duas pessoas [estuprador desconhecido e conhecido não íntimo] não têm saúde mental boa. Porque eu não acredito que tenha... [estuprador desconhecido] Eu não desejo a morte não, né... Sei lá... Prá mim, teria que ter um local prá pessoa ficar presa muitos anos, acompanhado psicologicamente, trabalhar para a sociedade. Porque eu acho que ele não tem saúde, não é possível. Não sei se é a cocaína que entra no cérebro dele, sei lá...

Vilma – Estupro Cruento

A castração do estuprador foi citada por outras duas respondentes:

Acho que são uns safados, sem vergonha, né?

O que deveria acontecer era pegar ele e arrancar um pedaço dos ovos dele, você não acha???[risos]

Elaine - Violência Conjugal

Ficar preso sim, mas embora seja uma lei estúpida que tem na arábia- o ladrão perde a mão- eu acho que aqui também : que o ladrão perdesse a mão, que o estuprador perdesse o órgão sexual.

Alice - Estupro Cruento

No que se refere à possibilidade de punição para homens que agredem suas parceiras, (não somente no âmbito sexual, já que nem sempre o estupro conjugal foi uma violência nomeada), observamos que as mulheres optaram por punições menos radicais do que a morte ou a prisão propostas para homens desconhecidos.

Algumas gostariam que estes homens- parceiros e ex-parceiros no caso das mulheres em situação de violência doméstica - fossem agredidos fisicamente, humilhados e explorados como algumas delas já foram :

Porque eu acho assim: violência, gera violência... Na minha cabeça, a partir do momento que o homem agride uma mulher e que deixa ela marcada, entendeu, eu acho que ele devia levar um troco.(QUAL?) Assim , na minha opinião,(...) eu acho que chegasse um outro homem prá bater nele, prá ele sentir na pele como é bom machucar os outros...Eu acho isso...

Geisa - Violência Conjugal

Ficar preso, ser castigado, ser humilhado, igual ele humilha(...) eu acharia legal ele ser castigado.

Suzi - Violência Conjugal

eles não gostam de trabalhar muito, eles gostam de ver a mulher trabalhando na beira do fogão, na beira da pia , na beira do tanque, não é? Eles gostam de ter lazer: a mulher de casa, tem que ficar presa dentro de casa. Eles acha que a rua é prá eles. Então cortaria: os dias de folga do trabalho deles, botaria eles para trabalhar(...) A mulher de casa ia descansar...

Gal - Violência Conjugal

- Ah! Merece muita porrada! Pegar ele , levar lá na delegacia, mostrar pra todo mundo o que ele faz em casa, prá tomar vergonha na cara! Tem que apanhar mesmo!

Ana - Estupro Cruento

Duas outras entenderam ser importante que o homem tenha uma chance de ser “orientado” antes que chegue a ser preso ou punido:

Os homens que se levantam pela primeira vez, deveria ter uma orientação na delegacia, a mulher ia lá prestava uma queixa, e eles orientavam: “- Se você se levantar a segunda vez, você vai passar tantos anos preso –“ acho que isso poderia até acontecer(...)

Moema - Violência conjugal

Eu acho que deveriam ser mais esclarecidos, não é? Uma punição mais séria, prá ele não fazer, porque nunca acontece nada ,né... (...)Ou prender, ou passar uns tempos, né assim... assinar um termo...Eu saí [de casa]mais por que ele me ameaçava muito, dizendo que a casa era dele, eu saí para mostrar para ele que eu posso, que não dependo só dele...

Zilka - Violência Conjugal

Não haveria como só denunciar e/ou orientar o agressor, segundo duas entrevistadas. A mulher que sofre rotineiramente a violência do marido, deve ser incluída em algum tipo de atenção especializada, seja de orientação sobre seus direitos, encaminhamento e qualificação para o mercado de trabalho ou apoio emocional para fortalecimento de sua auto-estima:

Eu acho que deveria seguir o mesmo caminho daquele que faz com a pessoa que não é sua parceira[prender/castrar], só que antes dele sofrer isso, acho que elas é que tinham que denunciar, eu acho que isso não chega a ser amor delas, porque: uma pessoa que sofre, que é violentada, que é espancada, e não dá parte do marido, por medo, ou muitas porque falam que gostam dele!(...) Não gostam delas, porque para você aceitar isso, é porque você não gosta de você mesma(...) Antes deles serem punidos, elas têm que passar por uma psicóloga , pra orientar, né? Amostram a verdade dela, eu acho que [deve] ter alguém prá ensinar como se gostar...

Alice- Estupro Cruento

*Eu não sei o que deveria acontecer, mas eu acho que deveria ter mais assim, tipo. a lei, **o governo, apoiar mais [a mulher]** (...) Porque tem muitas mulheres que estão aí com seus maridos, entendeu, porque é difícil se assumir, não é? No passado eu dizia: eu não vou embora com meus filhos porque, como pobre, eles têm tudo, se eu fosse eu não ia dar isso prá eles. E aí passava na minha cabeça, ele pode me tomar os meus filhos! Aquele negócio: abandonou o lar, perde tudo. Se você trabalhasse 20 e poucos anos numa casa, porque eu trabalhei, né? È tipo um trabalho né? Lavou, passou, cozinhou, não teria assim, direito a uma aposentadoria, não é?*

Zilka - Violência Conjugal

Em mais dois depoimentos, apesar do suposto delito – estupro conjugal-vitimar mulheres no espaço doméstico, sua punição poderia se dar no âmbito do bem público, como sugere a participante abaixo :

Fosse trabalhar...sem ... remuneração: serviço gratuito para a comunidade.

Mary - Violência Conjugal

Em outro grupo de duas respondentes, apesar de reconhecerem ser necessário alguma punição para os “estupradores domésticos”, elas não chegaram a definir quais poderiam ser tais penalidades:

Isso aí para mim eu acho que teria pena máxima! ... Eles não têm o direito de fazer isso não...

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

Ah! Merece uma punição(...) É como o meu, já chegou a transar comigo sem eu querer: é capaz de me bater e na mesma hora quer arrancar minha roupa e transar comigo(...) como se nada tivesse acontecido!

Elaine - Violência Conjugal

- O acolhimento das queixas femininas nos serviços : experiências femininas no exercício de seus direitos

*“Se é verdade que a ordem patriarcal de gênero não opera sozinha ,
é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual
tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica
desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres”*

(Saffioti, 2002a)

Os serviços de segurança pública - Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres(DEAMs) ou as delegacias comuns - foram locais procurados por todas as mulheres em situação de violência sexual, doméstica e/ou conjugal que entrevistamos.

Embora não esteja no âmbito deste estudo avaliar a qualidade destes ou de outros serviços que tenham feito parte das “rotas críticas “ de atendimento às mulheres em situação de violência, detectamos haver a possibilidade de alguma comparação entre as avaliações apresentadas pelas próprias mulheres. Neste sentido, examinaremos em que grau se tem operado com a temática e os “*tempos de gênero*” dentro destes serviços, com o propósito de colaborarmos para o avanço na integração dos direitos humanos no campo da atenção à violência baseada em gênero.

Ao nos responderem sobre tipos de ajuda e serviços que teriam buscado, verificamos que, em pelo menos dois casos de violência doméstica, alguma condição de maltrato ou discriminação baseada em gênero pareceu compor explicitamente as queixas das mulheres sobre o atendimento recebido nas delegacias:

(...) apesar de dizer que para as mulheres - “os direitos são iguais”- assim, é muito difícil: Você chega numa Delegacia, para dar queixa, igual eu fui(...) chegando lá, eu ouvi do inspetor, que ficou de deboche da cara da mulher.[cita caso de outra mulher em que o inspetor ligou para o marido agressor e falou:] “- Olha, seu fulano, É porque sua mulher está aqui falando que levou uma Bolachada na cara”

Estela - Violência Conjugal

Eu acho que na Delegacia de Mulheres de , eles tratam muito mal a gente, né? Você já está com problema, não sabe o que fazer, não sabe o que é nada, aí fica difícil, né...Eu acho até que teria que ter mais assim, disponível mais o atendimento, porque a mulher está desesperada, não está mais sabendo o que fazer, aí a gente chega lá eles trata a gente mal, entendeu?..[ela pergunta à pessoa que presta o atendimento:] “- Só podia atender se estivesse morta?!”- Ele [policial]ainda me respondeu assim: - “ Se tivesse morta não vinha aqui, ia para o Instituto Médico Legal”

Zilka - Violência Conjugal

Para evitar este tipo de “maltrato”, a sugestão delas duas, que foram atendidas por profissionais do sexo masculino e que tantas outras vezes se viram em situações de opressão diante do sexo oposto , ainda que aparentemente simplista, seria a mesma:

Então , isso é o que eu achava que tinha que mudar: atendimento à mulher, ser feito pela mulher! Porque o homem sempre está pisando na mulher.

Estela - Violência Conjugal

Eu fui maltratada na delegacia, acho que tinha que ser uma mulher para me atender e não um homem.

Zilka - Violência Conjugal

Esta mesma mulher acima, que pela primeira vez em 22 anos procurou denunciar e manter sua queixa contra seu marido, contando com a assessoria de profissionais da área de direito do sexo feminino, relatou ter ouvido de policial o seguinte comentário duplamente discriminatório - contra a vítima e contra a advogada - por ter sido orientada a retornar ao tal serviço que a teria “maltratado” e atendido erroneamente seu caso:

“ A Sr.^a quer deixar seu marido, por que? Está cansada de apanhar? A Sr.^a está querendo se separar, arrumou uma advogada lá no ...[centro de atendimento] ?

Zilka - Violência Conjugal

Em três outros casos – um de estupro cruento, um de estupro por conhecido não íntimo e outro de violência doméstica - onde a 1.^a busca por tais tipos de serviços teria se dado entre oito e 12 anos atrás, algumas informações ou procedimentos, hoje considerados equivocados, foram prestados e podem ter impedido às mesmas, na ocasião, o exercício pleno de seus direitos:

[estupro por conhecido não íntimo na 1.ª relação sexual , há nove anos atrás] Aí, quando eu fui na Delegacia, me informar né, aí a moça falou assim: “- Ah! Quando não tem arma, num é estupro”.

Vilma – estupro cruento

Fui para a Delegacia de, de lá me encaminharam para o Corpo Delito(...) Aí, ele[parceiro] pediu para retirar a queixa, e eu tirei. Mas, também, disseram prá mim lá na delegacia que se eu tinha voltado a morar com ele, tinha mesmo que tirar a queixa...

Mary – Violência conjugal

(...) não me mandaram prá corpo de delito, que acho que deveria, não é? È porque eu cheguei toda rasgada, toda machucada, e ficou por isso mesmo...

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

No caso desta última depoente, que teria sido vitimada sexualmente há cerca de 12 anos atrás por um suposto policial, o corporativismo profissional aliado ao tal “caldo de cultura” citado em epígrafe e que discrimina especialmente as mulheres, inclusive dentro de sua família, pareceu colaborar para o não prosseguimento da denúncia dentro dos caminhos legais desejáveis:

(...)Aí, quando eu fui estuprada também, aos dezessete anos[há 12 anos atrás].Aí eu cheguei em casa falei, e, meu pai ainda falou que era porque eu estava com roupa curta. Aí eu queria denunciar, meu pai não deixou denunciar... Aí foi, era confusão atrás de confusão. (...) Quando a gente falou com o policial que tinha sido um policial[esclarece] - Ele(estuprador) ficava com a carteira na minha cara: “eu sou um policial , sou um policial!”- Aí ele[na delegacia] falou assim: “Como que era um policial? Como que você sabe? – Porque ele mostrava a carteira prá mim, falando que se eu falasse alguma coisa, ele me matava”. Aí na Delegacia, eles pediram prá morrer aquele assunto. Aí , minha mãe, com medo, deixou...

Dalva - Violência Doméstica e Conjugal(Atual) e Sexual(Passado)

Ainda mais uma outra entrevistada apresentou em seu depoimento a queixa e protesto contra esta condição de protecionismo, mas só que entre os próprios homens . No seu caso, a cultura das propinas e subornos, tão comum em nosso meio, deu aos homens mais uma oportunidade de dificultar à mulher o exercício livre de seus direitos:

Eu cansei de chamar, a viatura chegar na minha porta, ser conhecido do meu marido.[policial fala] “- Por que você não falou que era você? Eu não tinha nem vindo!” Aí, ele [marido] foi fazer movelzinho...Faz uma casinha prá cachorro, de graça[marido trabalha com móveis...].

Estela - Violência conjugal

Mantendo-nos na linha da descrição das discriminações sofridas pelas mulheres em alguns serviços legais, deparamo-nos com mais um caso, no qual ou um certo desconhecimento sobre a gravidade do problema da violência baseada em gênero ou a

sua banalização frente à violência urbana, podem ter colaborado para que o acolhimento da queixa da mulher fosse praticamente desconsiderado, como relata nossa entrevistada:

[delegacia comum] *O cara que atendeu, me atendeu com a maior má vontade, disse até que isso[injúria] não era caso de registrar, se eu não tinha mais o que fazer?!: - “ Nós estamos lidando aqui é com traficante, assassino ”.*

Mary - Violência Conjugal

Não acreditar na mulher ou na palavra da mulher faz também parte de um imaginário cultural de discriminação baseada em gênero. No caso das mulheres vitimadas sexualmente, a própria postura investigativa “natural” ou “normal” nos procedimentos de rotina de uma delegacia – registro, apuração e investigação das queixas - pareceu ganhar um colorido particular nestes casos. Algumas significaram esta postura, muitas vezes conduzida por profissionais do sexo masculino, como inadequadas ou violentas, já que, mais uma vez, elas que foram vítimas, tiveram que ficar provando que não eram “ culpadas” pelo crime que vieram denunciar:

O policial, ele coloca a gente como se fosse uma pessoa vulgar e ficasse lá na praça se oferecendo : - “ Vem me Estuprar!” –Eles acham assim...

Ana- Estupro cruento

Como eu estou te falando, quando eu vi essa reportagem[sobre estuprador preso], eu estou pensando em ir na delegacia para reconhecer, mas... É, também, os homens , quando atendem a gente, tudo eles acham que é mentira, entendeu?

Vilma – estupro cruento

O não acolhimento imediato da versão feminina dos fatos, foi ainda reforçado no caso desta mulher acima, pelo seu próprio parceiro que a teria acompanhado no primeiro depoimento prestado na delegacia. Diante do policial que registrou a ocorrência, ele, numa postura típica masculina, no sentido de exigir do outro uma “reação” de igual para igual diante de uma ameaça, talvez manifestasse também sua própria desconfiança da versão da parceira:

[parceiro]“ Você acha que ele ia te matar em qualquer lugar?” . “Ah! Se fosse comigo, é ruim, então eu falava que ele ia ter que me matar!”[Ao que ela retruca com revolta]- “Mas, não foi com você!”

Vilma - estupro cruento

Para encerrarmos, vale ainda destacar que nas entrelinhas dos comentários das próprias mulheres, encontramos avaliações femininas também recheadas de um modelo

de discriminação baseada em gênero, inclusive entre mulheres. Uma dessas, relativa à narrativa do atendimento prestado na delegacia, reproduz o que teria sido dito por policiais homens, para demonstrarem sua indignação com a situação de uma mulher ser estuprada – eles se sentem “ofendidos”, tal como no modelo de cultura baseado no código de honra. Continuando, ela, por sua vez, pareceu compartilhar ainda, mesmo que momentaneamente, de um certo julgamento moral feito pelo delegado: a violência sexual, se ocorresse com mulheres que propositadamente expõem seu corpo – “prostitutas” – talvez, fosse mais “aceitável”, do que no caso dela, uma “mulher de família”:

[por quem e como foi atendida?] Sempre homens, e todos eles se mostraram muito revoltados com a situação, né,(...) Até porque, muito deles, falaram que era um desrespeito com a figura de homem deles também - o homem violentar uma mulher, eles se sentem altamente desrespeitados, né?

[ao detalhar a situação em que se encontrava quando foi estuprada] Eu, vindo do serviço, tava de uniforme - Ai ele (delegado) até perguntou: - “ Você estava com essa roupa?”. Ai, ele até comentou: - “ Nossa, as meninas da (cita nome da boate) andam seminuas, né, e não ... [interrompe e comenta a entrevistada] -“ Graças a Deus, não acontece nada com elas!”.

Alice- estupro cruento

V) DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A análise e discussão dos resultados da pesquisa têm como proposta final “*a articulação das categorias configuradas a partir dos dados com as categorias gerais*” (Gomes, 1994:73), através das quais buscaremos, para além de contribuirmos para o incremento do conhecimento a respeito do tema da violência sexual, exercitarmos sua “problematização” no campo da pesquisa social e da saúde pública.

Estaremos trabalhando com as categorias de gênero, sexualidade e violência frente ao “*vivido, ao percebido e ao representado*” pelas entrevistadas (Goulart, 1992), diante das situações de violência doméstica e/ou sexual que viveram nos âmbitos privado (uniões conjugais) e público (estupros cruentos).

- Sujeitos e Representações de Gênero e Sexualidade Numa Abordagem Relacional e Estrutural

As expectativas de realização de muitas das entrevistadas que viveram a situação de violência conjugal, ao concentrarem-se em torno do casamento, da constituição e cuidados com a família, podem ser vistas como correspondendo às representações tradicionais da divisão sexual do trabalho: homens na produção/no público, mulheres na reprodução/na esfera doméstica. Nesta perspectiva, elas repetiram e usaram funcionalmente representações socialmente compartilhadas sobre o casamento como meio privilegiado da mulher, desde que “conjugada” ao homem, alcançar a “felicidade”. No entanto, expressaram também um certo desejo de autonomia, no sentido da busca de independência e diferenciação do seu núcleo familiar de origem, identificadas com a possibilidade de partirem para o mundo público protegidas ou amparadas pela ligação a um homem, com quem planejavam “progredir na vida”.

Através de diferentes arranjos conjugais, foram morar com seus maridos e parceiros, sem necessariamente se sentirem prontas para o relacionamento a dois. Contudo, além de não se virem correspondidas nas suas expectativas de progresso a partir do enlace matrimonial, se viram comprometidas e solitárias, tanto nas funções tradicionalmente femininas de “*gestão doméstica e afetiva*” da casa e da família (Machado e Magalhães, 1999), como também no sustento econômico e/ou na subsistência familiar, função e responsabilidade estas, segundo a divisão sexual do trabalho tradicional e anterior,

preponderantemente associadas ao desempenho dos homens, socialmente reconhecidos como únicos na “chefia” da família.

Testemunhamos assim, ao fenômeno da “*transição de gênero*”(Giffin, 2001), no qual a valorização ideológica da entrada maciça de mulheres no trabalho remunerado - ou seja, a representação positiva disto – como condição principal e universal desta “nova mulher” ter espaço e autonomia, por vezes, acabou ocultando os efeitos perversos do aprofundamento da dupla jornada feminina e reproduzindo desigualdades de gênero e classe social.

Não podemos, portanto, entender a esfera da reprodução e da sexualidade conjugal sem entendermos a esfera da produção e as transformações da divisão sexual do trabalho, sendo o fenômeno da violência conjugal, situado nas relações interpessoais, remetido às relações de trabalho, estruturais(Saffioti, 2002a).

Na realidade socio-econômica da maioria destes casais, contextos de pobreza e exclusão social atuais e/ou passados foram recorrentes, limitando muitas vezes as possibilidades de alcançarem a melhoria de vida almejada. Por sua vez, a participação feminina no orçamento familiar foi observada em quase todas as entrevistas e, mesmo onde não houve a participação pública e permanente da companheira em qualquer emprego ou ocupação, houve a colaboração indireta da mesma no “negócio” ou trabalho do marido - fechando contas, elaborando relatórios, recebendo fornecedores, etc. A maioria delas apresentou melhores níveis de escolaridade do que seus companheiros, sendo também em grande parte, mais novas em idade do que os mesmos.

Vale ressaltar que a maior parte destes parceiros viveu situações trabalhistas diversas, que, associadas ao uso abusivo do álcool ou de droga ilícita, os foram levando a variadas formas de limitações e carências pessoais e sociais: desemprego, aposentadoria e ocupações de baixa remuneração e/ou sem garantias trabalhistas.

Neste sentido, observamos que quanto mais as parceiras pareceram cobrar ou querer dos maridos o que eles ‘deveriam dar’, segundo o padrão antigo, enquanto provedores que assumiram uma responsabilidade pela união - casa, comida, etc. - mais o conflito se acentuava: para ele, em casa como na rua, sua presença parecia revelar seu próprio

“desvalor”, restando-lhe afirmar, quem sabe, através da força e da violência, aquilo que mais firme e socialmente protege e revela sua identidade masculina - sua “virilidade” e “agressividade” (Nolasco, 1995).

Em paralelo, constatamos que as mulheres em situação de violência conjugal expressaram descontentamento com o fato de serem tratadas como “objetos” ou seres sem autonomia nesta relação. Nas entrevistas, elas foram manifestando, de forma crescente, sua insatisfação e resistência a tal tipo de tratamento, revelando suas aspirações a participarem mais livremente do mundo público. Justamente, observamos que, quanto mais agiam rompendo com padrões femininos tradicionais de domesticidade e passividade, mais o conflito conjugal se radicalizava.

Desse modo, as “novas mulheres” que entrevistamos, pareceram não mais se adequarem à algumas representações tradicionais associadas ao papel de “esposa”, como aquelas que colocariam como destino feminino terem que agüentar caladas, situações de objetificação e violência, para que o casamento e o seu reconhecimento social fossem mantidos. São avanços necessários de serem destacados, se comparados aos depoimentos de participantes de pesquisas sobre a temática da violência doméstica realizadas há cerca de 20 anos atrás (Machado, 2002) . Como nos lembra Goldet, buscando uma nova perspectiva de análise sobre o fato das mulheres serem reconhecidas como alvo de atos masculinos violentos “ (...) *O fato novo não é que elas o sejam mais e mais freqüentemente; o fato novo é que elas não aceitam mais isso*” (Goldet *apud* Vigarello, 1998:213).

Nestes novos tempos, as mulheres, além de poderem dizer que estão “cansadas de sofrer” e que “sentem-se usadas” no relacionamento com seus parceiros, apontam ainda possíveis “falhas” do marido no cumprimento de seu papel de “homem – pai- de-família”. E, no contexto social, há também um fato novo, no sentido de uma inegável escalada da violência na sociedade, que reflete-se inclusive em estatísticas de mortalidade.

Podemos atribuir ao conflito entre representações culturais modernas e tradicionais entre o casal, a função de explicar a violência conjugal, mais especialmente a violência contra a mulher? No caso, acreditamos que estes padrões se conjugam e se combinam nas condutas de cada um dos parceiros, algumas vezes explicitando

conteúdos contraditórios. Servem como “*referência para as ações e visões dessas mulheres e homens(...) é preciso considerar que em muitos embates e crises familiares o que está em jogo são os critérios de legitimidade dos padrões de família e dos papéis feminino e masculino*”(Gregori, 1993a:138).

No contexto de uma visão relacional de gênero, retomando pois as contribuições de Vigarello (1998) sobre a visibilidade da violência sexual e sua associação à emergência da mulher como sujeito, poderíamos sinalizar que as aspirações das mulheres - de serem sujeitos sexuais - balizadas pela sua real entrada e participação no mercado de trabalho e ideais de autonomia, estão agora contextualizadas pelo outro lado da moeda: o desmonte da identidade masculina de provedor.

Portanto, estrutura-se um processo doloroso e conflitante, já que elas não podem se realizar sexualmente sem o consentimento deles, inclusive pela visão relacional da sexualidade que defendem. Como nos aponta Corrêa (1996:159), “*a sexualidade se torna sempre um campo de batalha quando outros sistemas de mediação social entram em crise*”.

Entre algumas mulheres que trabalham e/ou reivindicam seu direito a participar do mundo público, ao mesmo tempo parece haver algum ressentimento pelo fato de não poderem contar com a figura do marido provedor. Deste modo, a aceitação, por homens e mulheres, da necessidade delas trabalharem, apesar de heterogênea – varia de pessoa a pessoa – é também relativa, já que algumas ainda “querem” um homem provedor, enquanto eles, segundo elas, “se sentem por baixo”.

O tradicional controle masculino baseado em seu papel de provedor está em xeque e a resistência à sua transição, tanto por parte do parceiro como da parceira, radicaliza conflitos e colabora para a ocorrência da violência, inclusive sexual, entre o casal. A revisão dos contratos conjugais e retomada da reciprocidade, do ponto de vista relacional-estrutural, precisaria contar com a participação dos dois gêneros e de melhores condições sociais e econômicas para homens e mulheres.

-As relações sociais de sexualidade nas uniões com histórico de violência – Sexo, afeto e poder. E o prazer?

O sujeito sexual representado por estas mulheres afirma que a relação sexual faz parte de uma relação mais ampla, não podendo ser reduzida a um contato genital. Como no estudo de Bozon (1995), apesar dos novos padrões de trabalho e de atividades sexuais permitidas às mulheres em geral, alguns homens continuam a vê-las como objetos sexuais. Este descompasso nos tempos de gênero e/ou lentidão do tempo masculino é alvo de reclamação das mulheres. No entanto, segundo elas, a relação sexual, muitas vezes, ocorreu sob forma de coerção “naturalizada” ou como “cláusula” prevista no contexto das obrigações conjugais. O sexo cedido ou sob resistência foi recorrente, mas pouco nomeado como violência.

Entre outras possibilidades o verbo ceder significa – transferir o direito ou a posse de; desistir de (em favor de outrem); não resistir; dar de si; diminuir de intensidade; dobrar-se, curvar-se; renunciar; deixar ; sujeitar-se (Fernandes, 1993). E, foi nesta variedade de significados também que este ceder ou fazer sexo sem querer feminino, dentro de uniões com histórico de violência, foi sendo pouco a pouco desvelado.

Na maioria das relações conjugais investigadas, foi especialmente na hora do sexo, que pareceu existir pouca ou nenhuma possibilidade da mulher dizer não. Essa atitude romperia claramente com o que está previsto no contrato conjugal, como lembra um dos parceiros - “você é minha mulher, está aqui pra que?”. O seu ‘não’ representaria, talvez, um sim a outro desejo que não aquele de somente e sempre querer seu marido, premissa que se faz necessária ao cumprimento incondicional à cláusula que regulamenta o sexo com o marido como um “dever/débito conjugal” da mulher.

Por outro lado, em alguns casos, o “ceder”, pareceu representar um “*consentimento defensivo*”, parecido com aqueles encontrados em outros estudos, onde as mulheres “*consentiram na relação sexual por temerem possíveis conseqüências de sua recusa, entre elas a agressão física, a perda de apoio financeiro ou acusações de infidelidade*”(Population Reports, dezembro de 1999: 9).

Desta ótica, entendemos que a coerção sexual marital (ou o estupro conjugal) banalizou-se, encontrando-se naturalizada dentro do sexo conjugal, contando com respaldo social do sexo como dever conjugal.

A violência física de fato exacerbou-se em alguns casos, justamente a partir do momento em que as esposas começaram a negar cada vez mais o sexo como obrigação conjugal, colocando em cena, de forma explícita e implícita, códigos culturais que buscaram reforçar ou legitimar o “*sujeito masculino como sujeito do poder disciplinar*”, e onde a violência toma o sentido de “*um ato disciplinar e restaurador da ordem que obedece ao princípio da hierarquia do masculino em relação ao feminino*” (Machado e Magalhães, 1999).

Algumas vezes, o “não” feminino pareceu esconder alguma outra comunicação da mulher para o parceiro. Por exemplo, por ele não cumprir seu papel de provedor, ou de bom pai ou de um bom marido, ela também poderia não cumprir o dela, ou pelo menos, buscaria manifestar seu protesto e mágoa com um “não” inicial, para posteriormente “aceitar”, “ceder” ou “servir” ao marido .

Outras vezes, identificamos também no “não” querer a relação sexual, o sim - o “gozo” da mulher - no sentido de afirmar sua vontade e realizar seu “desejo” de não ser objeto e/ou de exercer seu (contra)poder. Negar o sexo pode ter afirmado ainda, simplesmente, o não desejo sexual (tesão) da mulher. Mas, enquanto desempenhasse o papel de esposa dentro de um acordo conjugal tradicional , o desejo (sexual) feminino não teria espaço para se manifestar na relação sexual, já que ela “deveria” transar com o marido. Quando diz não, a mulher poderia estar se apropriando de seu desejo, afirmando sua vontade própria, sendo sujeito e não objeto sexual. Quando diz “não”, estaria ela reafirmando, quem sabe, sua visão relacional do sexo: “*mulher pensa com o corpo*”(MS, 2002: 7).

Mas para ele parceiro, que identifica uma certa “autonomia” ou vontade própria feminina na cama com a mulher de rua, a comparação passa a ser inevitável, num sistema de interação onde parece se radicalizar a dicotomia “mulher de casa x mulher de rua”: se ela não o serve, ou seja, não é esposa, é “vadia”, diz sim a outros...

- Os Sentidos e as Dores Moral e Psicológica da Violência

O sentido de violência, para algumas entrevistadas em situação de conflito conjugal, pareceu estar mais diretamente associado a significados relacionados a situações diversas de “humilhação”, de ofensas morais e gestos desrespeitosos praticados por seus parceiros, estes últimos mais relacionados à possibilidade de que fosse rompida a clássica divisão de papéis sexuais esperados para a “mulher de casa” e a “mulher de rua”.

A “dor” da violência, não necessariamente foi localizada - no corpo, no sexo - mas relacionou-se à situações de “sofrimento psicológico e moral” vividas no contexto do casamento em geral, todas com potencial de destruição de valores e planos pessoais e íntimos - honra, auto-estima, desejo, amizade - bem como de valores materiais - ter casa, móveis, trabalho - estes últimos, quer fossem os já conquistados, quer fossem aqueles almejados e não alcançados.

O duplo discurso sobre a sexualidade - a mulher de rua x a mulher de casa, de família - foi significativo no contexto dos conflitos de alguns casais. A representação da mulher que faz de tudo na cama, aquela que satisfaz a todos os desejos sexuais masculinos pareceu estar irremediavelmente associada à prática do sexo anal, encarado como um sexo sujo que transgride a moral e os costumes da família. Conforme palavras de Vigarello(1998:36), ao historiar o tratamento dado ao crime de sodomia no Regime Antigo Francês, *“pertence ao universo do impudor, antes de pertencer ao da violência; é gozo ilícito, antes de ser ferimento ilícito”*.

Talvez por isso, duas entre as três entrevistadas que experimentaram a relação sexual vaginal forçada por um homem desconhecido, tenham manifestado sua satisfação ou alívio por não terem sido obrigadas à prática anal com os estupradores. Uma delas, inclusive, pensou em não aceitar ou resistir de forma mais explícita a tal prática, caso o “violador” insistisse em conseguir consumá-la.

Para certas mulheres, especialmente aquelas em relação de conjugalidade, a negação da prática sexual anal, teria um “duplo sentido”:

“De um lado tenta se resguardar e impedir que sua imagem seja confundida com a das mulheres da vida. Essas já perderam tudo. Ela tem algo ainda a preservar. Por outro lado, ela quer que ele se comporte como um homem. Propondo relações anais, ele criou um certo espaço de indeterminação: ela se viu ameaçada na sua imagem de “mulher de família” e ele transgrediu o que ela considerava um comportamento de homem” (Gregori, 1993a:165).

O sexo vaginal forçado no casamento, muito poucas vezes foi significado como uma “violência”, ou seja, seguindo a linha da “moralidade”, enquadra-se no que é socialmente e sexualmente esperado como “normal” na relação.

Podemos, inicialmente, apontar que o sentido de uma “violência sexual” e/ou do que seria a “pior” violência sexual, estaria associado, para algumas mulheres, àquilo que transgredia a moralidade - violência moral.

Neste caminho, as atitudes de alguns parceiros, que muitas vezes as nomearam ou compararam a prostitutas ou mulheres que “deram” para outros homens, pareceram reforçar esse conteúdo “moral” da violência, sob a perspectiva inicial de sentirem-se atingidos em sua “honra” com a “negação” do sexo pelas suas esposas.

O fato das parceiras negarem-se a manter a relação sexual, ou mesmo dizerem que simplesmente não tinham vontade, foi, muitas vezes, entendido por eles como um sinal de que os tivessem traído. Em consequência deste tipo de entendimento, alguns destes homens reagiram com violência moral e psicológica - injúria e difamação da parceira. Outros, além da difamação, valeram-se ainda da violência física contra a mulher, na tentativa de reassegurarem o cumprimento de seu dever conjugal .

Como vimos em nosso marco conceitual, nos estudos realizados com homens apenados por terem praticado o “estupro cruento”, muitas vezes, a “defesa” masculina se apoiaria também na tentativa de desqualificar moralmente a mulher. Nestes casos, a figura da “prostituta” ofuscaria ou banalizaria a possibilidade de que seu ato violento revelasse claramente a situação de objetificação sexual feminina implícita na violência sexual (Machado, 1999:307).

Ainda com relação ao sentido moral da violência no contexto conjugal, observamos, em momentos diferentes da pesquisa, haver alguma associação entre o fato das mulheres terem manifestado algum tipo de alegria, felicidade ou interesse como

momentos por elas relatados como mais propensos às cismas e/ ou violências destes homens agressores, inclusive no momento do anúncio e/ou da gravidez em geral.

Pesquisadoras da Universidade de Brasília, na análise e discussão de um caso de violência conjugal, destacam também o “*sentimento de ameaça*” vivido pelo parceiro diante dos “*outros desejos*” da esposa e justificam assim sua associação com a figura da prostituta:

“Qualquer indício de desejo por parte dela- seja por um trabalho, por amigos, e até pelo bem-estar do filho- torna-se uma ameaça para ele, e faz dela uma vagabunda. Pensemos nas características da prostituta: o que melhor a define do que desejar não o outro, mas aquilo que está além dele? Aquilo que o outro pode oferecer?” (Machado e Magalhães,1999:198)

- O Duplo Discurso Sobre a Violência Sexual

No conjunto das doze entrevistas, observamos a tendência de que a violência sexual que é praticada por homens desconhecidos fosse associada a representações de um comportamento “anormal”, “doente” ou “anti-social” destes homens. Ainda que algumas delas tenham proposto “tratamentos” e “cadeia” para os mesmos, a maior parte achou que, por cometerem este tipo de ato, estes homens mereceriam morrer e /ou serem “castrados”, o que de certa forma corrobora questões ligadas ao imaginário social, respaldadas pelo contexto jurídico brasileiro, que reservam lugares de “monstruosidade”, reconhecem como crime e penalizam criminalmente as relações sexuais não consentidas e forçadas ocorridas entre um homem e uma mulher desconhecidos, tal como detectado no estudo já apresentado por Suárez *et al.*(1999 a).

Concordamos com estas autoras quando consideram que, o fato dos “crimes sexuais” serem colocados à margem do contexto das relações sociais ditas “normais”, ser uma das condições que dificultaria sua visibilidade como fenômeno concreto a ser abordado como um problema social de causas complexas e contextualizadas, por exemplo, nas características culturais, sociais e econômicas da sociedade em que ocorrem.

Nesse sentido, buscando colaborar para sua problematização, destacamos que em dois dos estupro cruentos investigados, o dito “estuprador” seria também um

homem ligado ao tráfico de drogas e que teria usado desta estrutura - que inclui poder, impunibilidade, comércio e abuso de drogas - para manter suas “vítimas” (além destas duas pelo menos mais outras 13 mulheres, segundo notícia divulgada pela mídia impressa após sua prisão) em condição de dominação permanente e “naturalizada” dentro de uma favela. O tráfico e a exploração sexual de mulheres, são violências baseadas em gênero nas quais a relação com fatores estruturais, dependendo da região em que ocorrem - turismo sexual e pornografia nas regiões litorâneas, exploração de crianças e adolescentes em regiões de garimpo, etc - são mais explicitamente reveladas. Questionamos portanto, que tipo de influência poderia estar sendo exercida, tanto pelo tráfico de drogas como por outras redes ou crimes organizados, para facilitar o que chamamos de “permanência residual” do estupro cruento na sociedade que pesquisamos? De que maneira a violência praticada contra a mulher, associada ao padrão em que são estabelecidas as relações de sexualidade e gênero, se articularia a uma rede maior da violência no contexto investigado?

- Os Estereótipos, a Discriminação Baseada em Gênero, o “Vitimismo” e os Direitos da Mulher

Assim como identificamos uma rotina da violência que se cronificou na vida dos casais em situação de violência conjugal, muitas vezes associada às resistências e limites relacionados à transição dos papéis de gênero que desempenhavam na vida conjugal, também identificamos “resistências” baseadas em gênero no atendimento prestado nos serviços de segurança, através das queixas de discriminação e maltrato que teriam sofrido as entrevistadas em alguns destes serviços.

Para algumas delas, viver mais essa “violência” (institucional) se traduziu em novo enfrentamento feminino para fazer valer seus direitos. Para outras porém, um certo tom de “fatalidade” – ela já sofreu nas mãos do marido, agora sofre nas mãos do profissional, não tem jeito!- parece revelar a força de um processo de “vitimização” (ou a negação do “empoderamento” feminino) que cronificaria ou dificultaria o rompimento de algumas situações de violência baseada em gênero. Até que ponto, negando-lhe seu lugar de mulher –cidadã que reivindica atenção aos seus direitos, reforça-se a figura da vítima passiva? Segundo Gregori (1993; 1993 a:), o “vitimismo” e/ou a produção e reprodução da mulher como “*não - sujeito*” seria o “*buraco negro*” da questão da violência de gênero “*o pior caminho, seja para compreender o fenômeno,*

seja para estimular a ocorrência de transformações substantivas nas relações entre os sexos”.

No caso específico do acolhimento das queixas femininas de violências sexuais perpetradas por homens desconhecidos nas delegacias, foi o próprio “método” ou postura policial tradicional, que toma como princípio orientador geral de sua prática “apurar e investigar a ocorrência” que, além de pouco “sensível” ao acolhimento dos casos de violência sexual, pareceu tanto ser reforçado por, como reforçar mecanismos de discriminação baseada em gênero.

Conclui-se que, esta discriminação, muitas vezes associada ao que Vigarello (1998) reconheceu como uma resistência dos costumes que estaria na contramão dos avanços da lei, configura-se como uma segunda violência - violência institucional na vida das mulheres.

- Visibilidade da Violência Sexual e o Acolhimento das Demandas Femininas em Saúde

Assumimos o caráter relacional das relações sociais de sexualidade, sem negarmos a assimetria de poder ainda encontrada nas relações entre homens e mulheres, que, na radicalização de seus conflitos conjugais, traz conseqüências mais diretas para a qualidade de vida das mulheres. A violência sexual tem tanto o caráter interpessoal, como político(poder) e estrutural.

Concordamos porém com Machado e Magalhães(1999) quando enfatizam que, num enfoque relacional da violência conjugal, são os dois, homens e mulheres “ *que, ao mesmo tempo, são sujeitos e objetos dessas relações afetivas que incluem a violência*”. Seguimos explicitando tal postura:

“ Privilegiar a relação não quer dizer que não possamos e não continuemos a entender que para cada ato físico de violência há diferenciação entre os que são sujeitos e os que não são sujeitos de atos de agressão e de violência física e os que são objetos e os que não são objetos de atos específicos” (Machado e Magalhães, 1999:213)

Para além da questão da discussão da “vitimização” ou não de mulheres, buscamos colocar em cena a questão da relação sexual aparentemente não consentida entre o casal e as possibilidades concretas da mulher assumir um não diante do desejo

masculino que toma como base o “débito conjugal”. Este assumir o “não” talvez fosse, na verdade, assumir a necessidade de se renegociar o contrato conjugal, colocando em cena cláusulas antes não explicitadas.

Assim colocada, a relação sexual não consentida no casamento, pareceu não tomar direta ou imediatamente a conotação de violência no discurso da mulher. Porém, quando comparamos as marcas e impressões de mulheres que viveram situação de estupro cruento, vimos que as experiências em alguns pontos se assemelharam: ter nojo da relação, se lavarem imediatamente; perderem ou terem pouco desejo sexual; correrem riscos de uma gravidez indesejada; contraírem IST.

Até que ponto diferentes níveis de visibilidade e abordagem do fenômeno associados ao duplo discurso sobre a violência sexual - como crime hediondo, penalizado social e juridicamente e como natural no contexto dos jogos sexuais e contratos conjugais entre homens e mulheres - deixam, de certa forma, esvair-se a possibilidade de se nomear, identificar e/ou tratar como “estupro”- modalidade de violência já incluída na atenção em saúde das mulheres - uma coerção a relações sexuais não desejadas pela mulher, o que implicaria em deixar de atendê-las em rotinas de atendimento clínico e educativo em saúde sexual e reprodutiva, como por exemplo, a anticoncepção de emergência, o aconselhamento, o diagnóstico e a prevenção de DST/HIV/AIDS?

Não é à toa que grande parte dos trabalhos que se voltam para a prevenção de HIV/Aids entre mulheres, acabam esbarrando na dificuldade de que o uso da camisinha seja possibilitado, uma vez que, sequer há possibilidade de se negociar a sexualidade com seus maridos, sendo o campo sexual, muitas vezes, uma “arena disfarçada” em relações sexuais não negociadas. Talvez este seja também um desafio nos casos de violência.

Entretanto, reconhecemos que a representatividade do setor saúde na trajetória das mulheres em situação de violência doméstica foi limitada em comparação à atenção proporcionada aos casos de mulheres que viveram recentemente o estupro cruento. Após procurarem os serviços de segurança, a maior parte das mulheres com queixa de violência sexual, foi encaminhada para serviço de referência e atendida dentro do protocolo previsto em Norma Técnica do Ministério da Saúde (MS, 1999),

especialmente no componente de atenção médica-laboratorial. Na avaliação das mulheres entrevistadas, isto foi reconhecido como ponto positivo no serviço prestado, no sentido de sua exclusividade e especialidade. Já no que se refere àquelas em situação de violência conjugal, quando encontramos alguma referência ou demanda feminina relacionada à atenção em saúde que buscaram ou receberam, não avaliamos que tenham seus casos sido detectados ou tratados dentro de rotinas de atenção sensíveis à abordagem da violência doméstica.

De certa forma, existe uma “invisibilidade” do sofrimento e do “adoecer” feminino associados à violência doméstica. Por um lado, ao buscarem a delegacia, suas “queixas- denúncias” se aglutinam em torno das “ocorrências de lesão corporal e ameaça”. Por outro, a maior parte dos serviços de saúde não conta ainda com protocolos de atenção para casos de violência doméstica contra a mulher, fatores que dificultariam a possibilidade de sua detecção e tratamento no setor saúde.

Constatamos ainda que, programas de atenção à mulheres em situação de violência doméstica e sexual pareceram, algumas vezes, excludentes no cuidado dispensado a essas mulheres. Por vezes, definem seu foco de atendimento a partir da queixa principal apresentada por sua clientela-alvo (“conflito” conjugal e “doença” física /sexual) e da setorialidade técnica que respalda sua prática (saúde, direitos, assistência social, segurança, etc) : ora diagnosticam e tratam possíveis efeitos do estupro na saúde física e sexual da mulher, sem necessariamente incluírem a sexualidade e a relação de conjugalidade no seu campo de intervenção; ora diagnosticam e acolhem demandas psicossociais e jurídicas, sem contudo tratarem mais rotineiramente dos aspectos relacionados à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher e/ou do casal, especialmente da relação de intimidade sexual dos casais, que como vimos, foi arena privilegiada para as brigas e agressões.

Como abordar a violência de gênero e sua interface com a saúde? Como integrar temas transversais como sexualidade e gênero, na prática de equipes multidisciplinares e no acolhimento às demandas femininas em saúde sexual e reprodutiva ? Como incluir ou fazer interagir nos atendimentos prestados à mulher algumas percepções e/ou demandas masculinas sobre a violência, considerando-se seu caráter relacional e estrutural? São questões relevantes e que deveriam ser consideradas, no acolhimento das queixas femininas nestes tipos de serviços.

Apontamos enfim, para a intersetorialidade e interdisciplinaridade necessárias entre serviços que atendem mulheres em situação de violência e entre temas como saúde, gênero, sexualidade e direitos humanos como sendo perspectivas necessárias e importantes ao estabelecimento e/ou articulação de programas e projetos que tenham como proposta a atenção integral à temática da violência baseada em gênero, concluindo e ratificando ainda que:

“assumir essa questão como problema do âmbito da Saúde Pública e da assistência médica individual representaria um avanço necessário na direção da promoção da saúde e uma definitiva posição do setor quanto a seu compromisso com os direitos humanos, fornecendo, também, suportes substantivos para a ampliação dos direitos das mulheres- já integrados ao Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher(PAISM), do Ministério da Saúde”(D’Oliveira & Schraiber, 2002 : 80).

VI) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. S. de, 1998. *Femicídio – algemas (in)visíveis do público-privado*. Rio de Janeiro : Revinter.

ANGULO-TUESTA, A. de J., 1997. *Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública- Fundação Oswaldo Cruz.

ARCAS, C. C. & ELLSBERG, M.,2001. *Informe Final: Sistematización del Proyecto de OPS : Hacia un modelo integral de atención para la violencia intrafamiliar en Centroamérica* (mimeo).

ASSIS, S. G. de & CONSTANTINO, P., 2001. *Filhas do mundo: infração feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

AZEVEDO, M. A., 1985. *Mulheres Espancadas: a violência denunciada*. São Paulo: Cortez.

BARSTED, L. L., 1998. *Uma Vida Sem Violência é um Direito Nosso - Propostas de ação contra a Violência intrafamiliar no Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Comitê Interagencial de Gênero, Comitê Interagencial de Comunicação - ONU .

BOZON, M., 1995 . Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. *Estudos Feministas* 3(1): 122-135.

BRASIL, 2003. *Políticas Públicas para as Mulheres- Governo Federal 2003*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres., Presidência da República.

BRAZÃO, A. T. e GROSSI, M. P. (org) , 2000. *Histórias Para Contar: Retrato da Violência Física e Sexual*. Natal, RN:Casa Renascer.

CORREA, S., 1996. Gênero e Sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar? In: *Sexualidades Brasileiras*. (Parker, R. & Barbosa, R., org.), pp 149-159, Rio de Janeiro: Relume –Dumará.

CORRÊA, S., 2001. *Violência e os Direitos Humanos das Mulheres – A Ruptura dos Anos 90*. Seminário Nacional Violência Contra a Mulher e as Ações Municipais das Mercocidades Brasileiras. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (mimeo).

D'OLIVEIRA, ^a F. P. L., 1997. Violência, Gênero e Saúde. In: *Curso de Capacitação para o Atendimento a Mulheres em Situação de Violência - Coletânea de Textos* (A F P L. D'OLIVEIRA, org.). São Paulo : Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP e Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

D'OLIVEIRA, A. F. & SCHRAIBER, L. B., 2002. Violência Contra a Mulher: a pesquisa e a intervenção. *Revista Promoção da Saúde*, 6:80:83.

DREZETT, J., 2000 . *Estudo de Fatores Relacionados com a Violência Sexual Contra Crianças ,Adolescentes e Mulheres Adultas*. Tese de doutoramento, Centro de Referência de Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil. São Paulo/SP. Versão para internet. 65pp.

FERNANDES, 1993. *Dicionário Brasileiro Globo*. São Paulo: Globo.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2002 . Pesquisa : A mulher brasileira nos espaços público e privado. Núcleo de Opinião Pública, 5/Março/02<
<http://www.fpabramo.org.br/nop/mulheres/>>

GIDDENS, A., 2000 . *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

GIFFIN, K., 1994. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(Supp1): 146-155.

GIFFIN, K., 1999. Poder e Prazer: considerações sobre o gênero e a sexualidade feminina. In: *O Prazer e o Pensar*. (M. Ribeiro), pp. 175-195, Rio de Janeiro: Cores/ Editora Gente.

GIFFIN, K., 2002. Pobreza, Desigualdade e Equidade em Saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(Suplemento): 103-112.

GIFFIN, K. & CAVALCANTI, C., 1999. Homens e Reprodução. *Estudos Feministas*. 7 (1,2), 53-71.

GIFFIN, K et al, 2001. . *Saúde da Mulher Brasileira, ano 2000: Morbi-Mortalidade, Dupla Jornada, Gravidez na Adolescência Precoce, Sexualidade e Violência.- Relatório(Fundação Ford)*. Rio de Janeiro, Núcleo de Gênero e Saúde, . Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

GOMES, R., 1994. A Análise de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: *Pesquisa Social-Teoria, Método e Criatividade*(M. C. S. Minayo. Org), pp 67-80. Petrópolis, RJ: Vozes.

GOULART, F. A.de A., 1992. *Políticas e Instituições de Saúde: o vivido, o percebido e o representado*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.

GREGORI, M. F., 1993. As Desventuras do Vitimismo. *Revista Estudos Feministas*, 1:143-149.

GREGORI, M.F.,1993a. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS.

HEISE, L; PITANGUY, J & GERMAIN, A., 1994. . *Violencia Contra la Mujer: La Carga Oculta sobre la Salud*. OPAS/OMS, Washington.

ILGENFRITZ, I. & SOARES, B. M. , 2002. *População Carcerária Feminina Do Estado Do Rio De Janeiro- Perfil das mulheres presas e suas histórias de violência*

familiar e institucional . Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania Universidade Cândido Mendes.

LAURETIS, T. de, 1994. A Tecnologia do Gênero. In: *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura*. (H. B. de Holanda, org),pp.206-241, Rio de Janeiro: Rocco.

LEÃO, E.M. & MARINHO, L.F.B., 2002. Saúde das Mulheres no Brasil : subsídios para as políticas públicas de saúde. *Revista Promoção da Saúde*, 6:31-36.

LOPES, A. da S....[*et al.*], 2001. *Palavra de Homem*.. Rio de Janeiro: NESC/UFRJ:ENSP/FIOCRUZ . (Projeto Homem, Saúde e Vida cotidiana- uma proposta de pesquisa ação). Apoio: Fundação Ford e Fundação MacArthur. Rio de Janeiro.

MACHADO, L. Z.. Sexo, Estupro e Purificação, 1999. In: *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*.(M. Suárez e L. Bandeira, orgs.), pp 297-352, Brasília:Paralelo 15, Editora Unb.

MACHADO, L. Z. & MAGALHÃES, M.^a T. B. de . Violência Conjugal: Os espelhos e as Marcas, 1999. In: *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*.(M. Suárez e L. Bandeira, orgs.), pp 173-237, Brasília:Paralelo 15, Editora Unb.

MACHADO, L. Z., 2002. Os frágeis direitos da mulher. *Revista Promoção da Saúde*, 6:22-25.

MANTEGA, G., 1979. Sexo e poder nas sociedades autoritárias: a face erótica da dominação. In *Sexo e Poder*.(G. Mantega, org), pp 9-34., Cadernos do Presente n.º 3, Brasiliense.

MATERNAL AND CHILD HEALTH JOURNAL, 2000. *Special Issue :Violence and Reproductive Health* . 4 (2) . U.S.A: Kluwer Academic/ Plenum Publishers.

MELLO E SOUZA , C. de; CARVALHO ,M. L. de ; GALLI, M. B ; ALCÂNTARA, R. dos S. ; GASPAR, F., 2003 . *Relatório Final: Violência Sexual no Brasil- Um*

Diagnóstico da Área da Saúde, do Judiciário e da Comunidade. Rio de Janeiro: Ipas Brasil, Fundo das Nações Unidas de População.(mimeo)

MINAYO, M.^a C. de S., 1992. Fase de Trabalho de Campo. In: *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*(M. C. S. Minayo. Org), pp.105-196, São Paulo- Rio de Janeiro, Hucitec-Abrasco.

MINAYO, M.^a C. de S., 1994. Ciência, técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: *Pesquisa Social- Teoria, Método e Criatividade*(M. C. S. Minayo. Org), pp 9-29. Petrópolis , RJ: Vozes.

MINAYO, M.^a C. de S. & SOUZA, E. R. de, 1999. É possível prevenir a violência? – reflexões a partir do campo da saúde pública. *Ciência e Saúde Coletiva*. 4 : 7-23.

MINAYO, M. C. de S.. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cad. Saúde Pública*. [online]. jun. 2003, vol.19, no.3 [citado 28 Julho 2003], p.783-791. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-311X.

MS (MINISTÉRIO DA SAÚDE), 1999. *Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes- Norma Técnica*. Brasília, Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas, Secretaria de Políticas de Saúde, Ministério da Saúde.

MS (MINISTÉRIO DA SAÚDE), 2002. *Ações Institucionais*. Projeto Promoção de Saúde. Secretaria de Políticas Públicas, Ministério da Saúde.

MJ (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), 2002. *Relatório final da Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento de Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres*. Brasília: Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Conselho Nacional de Direitos da Mulher, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

MOREIRA, M, I. C.; RIBEIRO, S. F. & COSTA, K. F. , 1992. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: *Uma Questão de Gênero*(A Costa e C. Bruschini, org.), pp.169-189, São Paulo :Rosa dos Tempos.

NETO, O. C., 1994. O trabalho de campo como descoberta. In: *Pesquisa Social-Teoria, Método e Criatividade*.(M. C. S. Minayo. Org), pp. 51-66, Petrópolis, RJ:Vozes.

NOLASCO, S, 1995. *A Desconstrução do Masculino*. Rocco: Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, F., 2002. Atenção à Violência contra a Mulher : Desafio para Profissionais e Serviços de Saúde. *Revista de Atenção Primária à Saúde*, 9: 12-24 .

PIMENTEL, S.; SCHRITZMEYER, A . L. P. & PANDJIARJIAN, V., 1998. *Estupro: Crime ou “Cortesia”?* – *Abordagem Sociojurídica de Gênero*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor.

POPULATION REPORTS,1999 . *Como acabar com a violência contra as mulheres*. Volume XXVII,Número 4. Dezembro de 1999..Population Information Program,Center for Communication Programs, The Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health. Baltimore , Maryland, USA.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE E DIREITOS REPRODUTIVOS . *Dossiê Violência Contra a Mulher*, 9/Março/02< <http://www.redesaude.org.br/dossies/>>

SAFFIOTI, H., 1994. Violência de Gênero no Brasil Atual. *Revista Estudos Feministas* Número Especial:443-461.

SAFFIOTI, H. , 1999 . As vítimas preferidas da violência de gênero. In: *O prazer e o Pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde*. (M Ribeiro, org.), pp. 187-195, São Paulo: Editora Gente: Cores- Centro de Orientação e Educação Sexual.

SAFFIOTI, H., 2002. Painel 1-A Discriminação de Gênero e as Diversas Formas de Violência Contra a Mulher. In: *Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de*

violência. (M. L. Q. de M. e R. Naves, orgs.), pp. 33-41, Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

SAFFIOTI, H., 2002 a . Contribuições Feministas para o estudo da violência de gênero. In: *Labrys, Estudos Feministas*. Revista número 1-2, julho/dezembro 2002.

SCHRAIBER, L. B. & D'OLIVEIRA, A. F. P., s/d. *O que devem saber os profissionais de saúde para promover os direitos e a saúde das mulheres em situação de violência doméstica*. Cartilha do Projeto “Gênero, Violência e Direitos Humanos- Novas questões para o Campo da Saúde”. Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde & Departamento de Medicina Preventiva- Faculdade de Medicina USP. Apoio: Fundação Ford.

SCOTT, J., 1995 .*Gênero :Uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade V.20(2):71-99.

SEGATO, R. L., 1999. A estrutura de gênero e a injunção do estupro. In: *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. (M. Suárez e L. Bandeira, orgs.), pp. 387-427, Brasília: Paralelo 15, Editora Unb.

SERRANO, M. M., 2002. Entrevista. *Revista Promoção da Saúde*, 6:51-52.

SPINK, M. J., 1993. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3): 300-308.

SOARES, B. M., 1999. *Mulheres Invisíveis: Violência conjugal e as Novas Políticas de Segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SUÁREZ, M.; MACHADO, L. Z. & BANDEIRA, L , 1999. *Violência, Sexualidade e Saúde Reprodutiva*. In: *Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil – Dilemas e Desafios*. (L. Galvão e J. Diaz,orgs.), pp.277-309, São Paulo: Editora Hucitec e Population Council.

SUÁREZ, M. e BANDEIRA, L., 1999. Introdução a violência, gênero e crime no Distrito Federal. In: *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. (M. Suárez e L. Bandeira, orgs.), pp. 13-26, Brasília: Paralelo 15, Editora Unb.

SUÁREZ, M.; SILVA, A. P.; FRANÇA, D. J. e WEBER, R., 1999a. A Noção de Crime Sexual. In: *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. (M. Suárez e L. Bandeira, orgs.), pp. 29-55, Brasília: Paralelo 15, Editora Unb.

THIOLLENT, M., 1982. O Processo de Entrevista. In: *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete operária*. Coleção Teoria e história. Editora Polis, pp. 79-99.

VELZEBOER, M., 2003. *Violence Against Women: The Health Sector Responds*. Washington, D. C. : PAHO.

VIGARELLO, G., 1998. *História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI - XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

WHO (World Health Organization), 2002. *World Report on Violence and Health-Summary*. Geneva: WHO.

ANEXO1 - PROJETO DE PESQUISA: “VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: ENTRE A VISIBILIDADE E A BANALIZAÇÃO»

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(CAMPO 1)

Eu, _____

(Nome da participante)

aceito participar voluntariamente da pesquisa “ Violência Sexual Contra Mulheres: Entre a Visibilidade e a Banalização”. O objetivo desta pesquisa é estudar o ponto de vista das mulheres sobre comportamentos violentos observados ou vividos no relacionamento entre homens e mulheres e entender o significado da relação sexual forçada ou violenta entre os casais.

De acordo com os esclarecimentos e informações prestados pela pesquisadora, minha participação na pesquisa se dará através de uma entrevista onde responderei livremente a perguntas sobre o tema em questão, sendo prevista a gravação da mesma em fita de áudio(som), caso eu concorde.

Estou ciente de que tenho total liberdade para interromper a minha participação na entrevista ou na pesquisa a qualquer momento, sem punição ou qualquer tipo de prejuízo para minha pessoa, tanto no contato com a pesquisadora como no atendimento nos serviços que busquei no **Centro Integrado de Atendimento à Mulher-CIAM**. Sei também que, minha participação no estudo não envolve nenhum gasto, mal-estar ou alteração em minha rotina, bem como não trará benefícios diretos para mim.

Além disso, em relação aos dados a serem fornecidos, fui comunicada de que os mesmos serão utilizados pela pesquisadora para a elaboração de dissertação de Mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública –Fiocruz e recebi as informações sobre as formas utilizadas na pesquisa para a guarda e proteção das informações, de modo a garantir minha privacidade e de outras pessoas que possam ser citadas.

Para confirmar o compromisso de minha participação e da pesquisadora responsável, concordo em assinar por vontade própria este documento, em duas vias, que contém também a assinatura, o endereço e o telefone de contato da pesquisadora principal, para que a qualquer momento eu possa tirar dúvidas sobre o projeto e minha participação na pesquisa.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar

Assinatura da participante

Sônia M^a. Dantas Berger - Pesquisadora
Escola Nacional de Saúde Pública -FIOCRUZ
Rua Leopoldo Bulhões. 1480 - Manguinhos RJ.
Departamento de Ciências Sociais - 9º andar
Tel.: 2598 2644 (Núcleo de Gênero)
E-mail: sdantas@ensp.fiocruz.br

Rio de Janeiro, ____de _____ de 2002.

ANEXO 1- PROJETO DE PESQUISA: “VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: ENTRE A VISIBILIDADE E A BANALIZAÇÃO»

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(CAMPO 2)

Eu, _____
(Nome da participante)

aceito participar voluntariamente da pesquisa “ Violência Sexual Contra Mulheres: Entre a Visibilidade e a Banalização”. O objetivo desta pesquisa é estudar o ponto de vista das mulheres sobre comportamentos violentos observados ou vividos no relacionamento entre homens e mulheres e entender o significado da relação sexual forçada ou violenta entre os casais.

De acordo com os esclarecimentos e informações prestados pela pesquisadora, minha participação na pesquisa se dará através de uma entrevista onde responderei livremente a perguntas sobre o tema em questão, sendo prevista a gravação da mesma em fita de áudio(som), caso eu concorde.

Estou ciente de que tenho total liberdade para interromper a minha participação na entrevista ou na pesquisa a qualquer momento, sem punição ou qualquer tipo de prejuízo para minha pessoa, tanto no contato com a pesquisadora como no atendimento nos serviços que busquei no **Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães**. Sei também que, minha participação no estudo não envolve nenhum gasto, mal-estar ou alteração em minha rotina, bem como não trará benefícios diretos para mim.

Além disso, em relação aos dados a serem fornecidos, fui comunicada de que os mesmos serão utilizados pela pesquisadora para a elaboração de dissertação de Mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública –Fiocruz e recebi as informações sobre as formas utilizadas na pesquisa para a guarda e proteção das informações, de modo a garantir minha privacidade e de outras pessoas que possam ser citadas.

Para confirmar o compromisso de minha participação e da pesquisadora responsável, concordo em assinar por vontade própria este documento, em duas vias, que contém também a assinatura, o endereço e o telefone de contato da pesquisadora principal, para que a qualquer momento eu possa tirar dúvidas sobre o projeto e minha participação na pesquisa.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura da participante
Pesquisadora

Sônia M^a. Dantas Berger -

Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ
Rua Leopoldo Bulhões. 1480 - Manguinhos RJ.
Departamento de Ciências Sociais - 9º andar
Tel.: 2598 2644(Núcleo de Gênero)
E-mail: sdantas@ensp.fiocruz.br

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2002.

ANEXO 2 - PROJETO DE PESQUISA: “VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: ENTRE A (IN)VISIBILIDADE E A BANALIZAÇÃO”

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL(CAMPO 1-CIAM)

DATA :

HORA DE INÍCIO:

N.º DA ENTREVISTA:

I) APRESENTAÇÃO GERAL

II) TERMO DE CONSENTIMENTO

III) DADOS PESSOAIS:

N.º da entrevistada:

Idade :

Escolaridade:

Raça/etnia declarada:

Ocupação:

Estado civil (no papel):

Estado civil atual(declarado) :

Casamentos ou uniões estáveis anteriores?

Tempo de relacionamento/casamento com o parceiro agressor:

Moram juntos atualmente?

Idade, escolaridade e ocupação do parceiro:

Número de filhos com o parceiro agressor

Sexo e Idade dos filhos:

Filhos de outros casamentos:

Sexo e Idade:

Renda Mensal da entrevistada:

Familiar:

Quem contribui?

Com quem Mora :

Religião declarada:

Praticante?

Religião do parceiro/da família:

Observações Gerais:

IV)EXPLORAÇÃO TEMÁTICA

TEMA A : SITUAÇÃO DA ENTREVISTADA NA FAMÍLIA DE ORIGEM/FORMAÇÃO

- 1- Como foi sua infância?
- 2- Com quem você se entendia melhor? Por que?
- 3- Sua família fazia planos para seu futuro? Quais? E você? Até que ponto estes planos se realizaram?
- 4- Você teve algum estímulo para estudar? E para trabalhar? E para casar?
- 5- Quando menina ou jovem, você conversava com alguém sobre as mudanças em seu corpo, sobre as “coisas de mulher”? E sobre sexo, que tipo de informação você teve?
- 6- Como se sente sendo mulher?
- 7- Você acha que foi preparada para se relacionar com os homens? Por que?

TEMA B : HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

- 8- O que foi que aconteceu que levou você a procurar este serviço?(Explorar histórico da violência: 1.a vez da violência/reações/ atitudes posteriores, novas violências, rotina e ciclo da violência etc)
- 9- Havia algum motivo mais comum para que uma briga começasse ? Era diferente quando só namoravam?
- 10- Qual foi aquela considerada “a pior das violências” dele para com você? Por que?
- 11- Alguma vez você agrediu ele? Como se sentiu?
- 12- O que ajudava vocês na hora de fazerem as pazes? Você conseguia “perdoar” ou “esquecer” a violência que sofreu?

TEMA C – EFEITOS DIVERSOS DA VIOLÊNCIA

- 13- Como você se sente hoje? (Explorar saúde física(doenças) e mental(medos/ sensações/ sentimentos/ culpas/ raiva/ depressão/ ansiedade/ níveis de organização e desorganização da vida/ corpo(emagrecimento ou engorda)
- 14- Algum tipo de doença, ferimento, marca ou trauma pode ter sido causada pela violência conjugal que viveu/vive? Já precisou de algum tratamento/medicamento especial?

15- Você acha que este tipo de relacionamento violento pode ter influenciado com relação ao ficar grávida? Abortar ? Usar métodos para evitar filhos? Se prevenir de doenças do sexo?

16- E que outros efeitos , este tipo de casamento/união violenta pode ter trazido para sua vida em geral?(por exemplo trabalhar, ter amigos, se divertir)

17- E com relação aos filhos? Como acha que vivem a situação de violência familiar? Que tipo de preocupação você tem com relação a eles? Vocês conversam sobre isso?

TEMA D : ROTINAS, INTIMIDADES E RELAÇÃO SEXUAL DO CASAL

18- Como está seu casamento/união/ namoro hoje?

19- Pensando no seu modo de ser e de viver seu casamento, em que você acha que mais agradava seu parceiro? E em que ele mais te agradava?

20- Você diria que a vida sexual de vocês é/era boa, mais ou menos ou ruim? Por que?

21- Como acontece ou aconteciam as relações sexuais? Quem tomava a iniciativa? Como é/era isso para você? Se sentia muito, pouco, ou mais ou menos à vontade com ele na cama?

22- Se acontece ou aconteceu dele querer transar e você não estar com vontade, como você faz /fez? E o contrário, se é você quem está com vontade e ele não, como fica? Como é a reação dele nestas ocasiões ?

23- Alguma vez você se sentiu obrigada/constrangida a manter algum tipo de relação sexual que não queria? Se sim , como reagiu? Vocês conversaram sobre isso depois?

24- Houve alguma vez em que, mesmo com a insistência dele em querer impor sua vontade de manter a relação sexual, apesar de possíveis ameaças ou chantagens dele, você conseguiu evitar a relação, defender sua vontade ? Como foi?

25- Como você compararia sua relação sexual com este parceiro com as que teve com outros namorados, maridos, ou parcerias em geral? Em que ela foi melhor e em que foi pior ? (só para quem teve outras relações)

TEMA E – O ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

26- Como é ou foi o comportamento das pessoas de sua convivência (família, trabalho, amigos) com relação a esta situação de violência? Elas têm/tiveram conhecimento do que realmente ocorre entre vocês?

27- Você já tinha algum conhecimento ou informação sobre o que fazer, que providências tomar numa situação de violência doméstica? E após uma relação sexual forçada ou estupro?

28- Como chegou até este serviço? Que tipo de ajuda buscava? Em que setores foi atendida? Ainda pretende continuar freqüentando este serviço?

29- Além deste local, buscou ou pretende buscar ajuda em outros locais ou em outros setores(saúde/justiça/ religioso/policial/profissional/etc) ?
?(explorar a diferença entre as que denunciaram na polícia e as que não/ as que tiveram apoio religioso/ etc)

30- Para você, alguma coisa mudou após ter procurado ajuda?

TEMA F: EXPRESSÃO LIVRE DE OPINIÕES

31- Na sua visão, por que a violência acontece na vida das mulheres?

32- Tem alguma sugestão para que a violência sexual contra mulheres, jovens e meninas não aconteça ou possa ser prevenida?

33- Se uma mulher engravidar de uma relação sexual forçada, o que acha que ela deveria fazer?(explorar com marido/ desconhecido)

34- O que deveria acontecer com homens que são violentos com as mulheres em casa?

35- O que deveria acontecer com os homens que estupram as mulheres?(Explorar na rua e em casa).

36- Você gostaria de falar ou explicar alguma coisa que considera importante de ser conversado e que não chegamos a tocar nesta entrevista ?

V) AGRADECIMENTOS E ESCLARECIMENTOS FINAIS

Horário de término da entrevista:

ANEXO 3 - PROJETO DE PESQUISA: “VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: ENTRE A (IN)VISIBILIDADE E A BANALIZAÇÃO”

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MULHERES QUE VIVERAM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL – CAMPO 2 (IFM)

DATA :
HORA DE INÍCIO:
N.º DA ENTREVISTA:

I) APRESENTAÇÃO GERAL

II) TERMO DE CONSENTIMENTO

III) DADOS PESSOAIS:

N.º da entrevistada:
Idade :
Escolaridade:
Raça/etnia declarada:
Ocupação:
Estado civil (no papel):
Estado civil atual(declarado) :
Casamentos ou uniões estáveis anteriores?

SE CASADA OU UNIDA:
Tempo de relacionamento/casamento:
Moram juntos atualmente?
Idade, cor, escolaridade e ocupação do parceiro:
FILHOS JUNTOS?((sexo e idade)

Filhos de outras uniões?:
(Sexo e Idade):

Renda Mensal da entrevistada:
Familiar:
Quem contribui?
Com quem Mora :

Religião declarada:
Praticante?
Religião do parceiro/ da família:

Observações Gerais:

IV)EXPLORAÇÃO TEMÁTICA

TEMA A : SITUAÇÃO DA ENTREVISTADA NA FAMÍLIA DE ORIGEM/FORMAÇÃO

- 1- Como foi sua infância?
- 2- Com quem você se entendia melhor? Por que?
- 3- Sua família fazia planos para seu futuro? Quais? E você? Até que ponto estes planos se realizaram?
- 4- Você teve/tem algum estímulo para estudar? Para trabalhar? Para casar ?
- 5- Quando menina ou jovem, você conversava com alguém sobre as mudanças em seu corpo, sobre as “coisas de mulher”? E sobre sexo, que tipo de informação você teve?
- 6- Como se sente sendo mulher?
- 7- Você acha que foi preparada para se relacionar com os homens? Por que?

TEMA B : HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL

8- O que foi que aconteceu que levou você a procurar este serviço?(Explorar histórico da violência)

- Local/ agressor(es)(tipo de conhecimento, idade)/ tipos de violência/ a quem contou/ que lugar buscou primeiro/o que ou quem a convenceu a buscar o serviço de saúde/ quem ajudou/acompanhou

- Pensamentos, sentimentos e reações dela: momentos antes da violência se concretizar/ no momento que percebeu o que poderia acontecer com ela / durante a violência/ logo depois da violência / mais recentemente

- Reações das pessoas (na rua/ na família/ no trabalho/nos serviços que buscou)

- Comparar com outras situações de violência que possa ter vivido(pais/namorados/patrões/ etc)

TEMA C – EFEITOS DIVERSOS DA VIOLÊNCIA

9- Como você se sente hoje? (Explorar saúde física(doenças) e mental(medos/ sensações/ sentimentos/ culpas/ raiva/ depressão/ ansiedade/ níveis de organização e desorganização da vida/ corpo(emagrecimento ou engorda)

10- Algum tipo de doença, ferimento, marca ou trauma pode ter sido causada pela violência que viveu? Já precisou de algum tratamento/medicamento especial?

11- Você sente que este tipo de situação pode ter influenciado no relacionamento com outros homens? Como era antes e como ficou depois?(Explorar relacionamentos fixos, novos, futuros)

12- Você poderia falar um pouco sobre sua vida sexual antes da violência e depois? (desejos/ fantasias/cuidados/reações físicas ,emocionais, psicossomaticas(febre, enjôo/vômito/urticárias)

13- E que outros efeitos , este tipo violência pode ter trazido para sua vida em geral? Mais ou menos em quanto tempo retomou sua atividades (por exemplo trabalhar, ter amigos, se divertir) ? O que ajudou?

14- E com relação aos filhos? Como acha que a situação da violência pode ter influenciado? (se tiver filhos)

TEMA D : ROTINAS E INTIMIDADES COM PARCEIROS

15- Como está seu casamento/namoro hoje?

16- Pensando no seu modo de ser e de viver seu casamento/união/namoro, em que você acha que mais agrada seu parceiro? E em que ele mais te agrada?

17- Você diria que a vida sexual de vocês é boa, mais ou menos ou ruim? Por que?

18- Vocês têm o costume de conversar sobre a vida íntima de vocês?

19- Como acontecem as relações sexuais? De modo geral, quem toma a iniciativa? Como é isso para você? Se sente muito, pouco, ou mais ou menos à vontade com ele na cama?

20- Se acontece ou aconteceu dele querer transar e você não estar com vontade, como você faz /fez? E o contrário, se é você quem está com vontade e ele não, como fica? Como é a reação dele nestas ocasiões ?

21- Alguma vez você se sentiu obrigada/constrangida a manter algum tipo de relação sexual que não queria com seu parceiro? Se sim , como reagiu? Vocês conversaram sobre isso depois?

TEMA C – O ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

22- Como é ou foi o comportamento das pessoas de sua convivência (família, trabalho, amigos) com relação à situação de violência que viveu? Elas têm/tiveram conhecimento do que realmente ocorreu com você?

23- Você já tinha algum conhecimento ou informação sobre o que fazer, que providências tomar depois de uma situação de relação sexual forçada?

24- Como chegou até este serviço? Que tipo de ajuda buscava? Em que setores foi atendida? Ainda pretende continuar freqüentando este serviço?

25- Além deste local, buscou ou pretende buscar ajuda em outros locais ou em outros setores(saúde/justiça/ religioso/policial/profissional/etc) ?(explorar a diferença entre as que denunciaram na polícia e as que não/ as que tiveram apoio religioso/ etc)

26- Para você, alguma coisa mudou após ter procurado ajuda?

TEMA D - EXPRESSÃO LIVRE DE OPINIÕES

27- Na sua visão, por que a violência acontece na vida das mulheres?

28- Tem alguma sugestão para que a violência sexual contra mulheres, jovens e meninas não aconteça?

29- Se uma mulher engravidar de uma relação sexual forçada, o que acha que ela deveria fazer?(explorar com marido/ desconhecido)

30- O que deveria acontecer com homens que são violentos com as mulheres em casa?

31- O que deveria acontecer com os homens que estupram as mulheres?(Explorar na rua e em casa).

32- Você gostaria de falar ou explicar alguma coisa que considera importante de ser conversado e que não chegamos a tocar nesta entrevista ?

V) AGRADECIMENTOS E ESCLARECIMENTOS FINAIS

Horário de término da entrevista:

ANEXO 4- MODELO DE CONVITE (PESQUISA IFM)

**Apresentação**

Me chamo Sônia , sou pesquisadora e psicóloga e tenho interesse profissional no tema da violência contra as mulheres.

Com o estudo que estou desenvolvendo, pretendo reunir informações que possam, no futuro, ajudar outros profissionais no atendimento que prestam e, principalmente, outras mulheres envolvidas em situação de violência ou, com chances e riscos de enfrentarem tal problema.

Se você puder e quiser ajudar no meu trabalho, basta marcarmos um dia para sua volta ao Instituto Fernando Magalhães, quando estaremos conversando, através de uma entrevista de mais ou menos 1 hora e 30 minutos, sobre sua história e vivência com relação ao assunto.

Meu compromisso é de de recebê-la com muita atenção e respeito, deixando-a à vontade e com liberdade para só responder e falar sobre aquilo que quiser.

Se necessário, posso restituí-la no valor que cubra as despesas com seu deslocamento (transporte ida e volta).

Agradeço muito sua atenção, e, se precisar de alguma informação a mais sobre a pesquisa, é só perguntar à equipe de enfermagem, que saberá respondê-la sobre contatos e horários disponíveis para que possa falar comigo diretamente.

Um abraço e muito obrigada!

Sônia Dantas

ANEXO 5

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM
CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER - CIAM

CHEGADA:
 ENTRADA:
 SAÍDA:

DATA: ___/___/___ FICHA DE ATENDIMENTO N.º: _____

CASO PARA SER ACOMPANHADO NO CIAM? () Sim () Não

DADOS PESSOAIS:

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

U.F.: _____ CEP: _____ Tel.: () _____ celular: _____

R.G.: _____ Órgão Expedidor: _____ CPF: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Naturalidade: _____

Idade: _____ Religião: () Não () Sim Qual? _____

Escolaridade:
 () sem escolaridade () 1º grau incompleto () 1º grau completo
 () 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau incompleto
 () 3º grau completo () pós-graduação

Estado civil de direito:
 () solteira () casada () separada ou divorciada () viúva

Situação de fato:
 () solteira () casada () separada () estável () concubinato () viúva

Cor ou Raça:
 () branca () negra () parda () indígena () asiática

Portadora de deficiência:
 () nenhuma () visual () auditiva () física () mental () múltipla
 () outras: _____

Situação profissional:
 () empregadora
 () empregada com carteira
 () empregada sem carteira
 () desempregada
 () aposentada
 () do lar
 () conta própria - paga INSS / autonomia
 () conta própria - não paga INSS / autonomia
 () pensionista
 () func. publ.
 () militar

Cargo: _____ Profissão: _____

Local do trabalho: _____

ANEXO 5

Renda mensal: _____ salários mínimos

Sindicalizada: () Não () Sim Qual? _____

Chefe de família: () Sim () Não

Residência:

() própria () alugada () cedida () outros _____

Número de residentes: _____

Número de residentes que contribuem para a renda familiar (incluindo a própria): _____

Renda familiar mensal: _____ () Não sabe informar

Número de filhos: _____ Idades: _____

Motivos da procura pelos serviços do CIAM:

- () **VIOLÊNCIA DE GÊNERO DOMÉSTICA**
 () **VIOLÊNCIA DE GÊNERO NÃO-DOMÉSTICA**

❖ **Tipo de violência sofrida**

- | | | |
|----------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| () lesão corporal | () estupro | () tentativa de estupro |
| () assédio sexual | () ameaça | () atentado violento ao pudor |
| () sedução | () crime contra a honra | () homicídio |
| () tentativa de homicídio | () seqüestro | () cárcere privado |
| () rapto | () bigamia | () abandono material |
| () violência psicológica | () outros: _____ | |

❖ **Demanda**

- | | | |
|------------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| () separação | () pensão alimentícia | () partilha de bens |
| () reconhec. de paternidade | () orient. psicossocial | () orient. jurídica |
| () indenização | () guarda | () regulamentação de visitas |
| () afastamento do cônjuge | () orientação psicológica | () outros: _____ |

❖ **Outras demandas**() **QUESTÕES JURÍDICAS – SEM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA !!**

- | | | | |
|----------------------------|------------------------|----------------------|------------------------------|
| () separação | () pensão alimentícia | () partilha de bens | () reconhec. de paternidade |
| () orientação | () guarda | () despejo | () indenização |
| () afastamento do cônjuge | () regul. de visitas | () outros: _____ | |

() **QUESTÕES TRABALHISTAS – SEM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA !!**

- | | | |
|--------------------------|----------------------|---------------------------|
| () orient. psicossocial | () orient. jurídica | () direitos trabalhistas |
| () outros: _____ | | |

() **SAÚDE – SEM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA !!**

- | | | | |
|--------------------------|---------------------------|--------------------------------|------------------|
| () gravidez | () procura por hospitais | () atendimento médico | () aborto legal |
| () orient. psicossocial | () orient. jurídica | () saúde mental (psiquiatria) | |
| () outros: _____ | | | |

() **DEMANDA SOCIAL – SEM HISTÓRICO DE VIOLÊNCIA !!**

- | | | | |
|-----------------------------------|-------------------------|------------------|----------------------|
| () procura por moradia | () procura por emprego | () cesta básica | () ajuda financeira |
| () questões de segurança pública | () outros: _____ | | |

ANEXO 5

Tem algum vício? () Não () Sim Qual? _____

Tempo de convivência autor(a) da agressão / vítima: _____

Encaminhamentos:

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> DEAM – R.O. | <input type="checkbox"/> DEAM – Cópia do R.O. | <input type="checkbox"/> DEAM – Aditamento |
| <input type="checkbox"/> DP's – R.O. | <input type="checkbox"/> DP's – Cópia do R.O. | <input type="checkbox"/> DP's - Aditamento |
| <input type="checkbox"/> NOOS | <input type="checkbox"/> NOOS – Aviso de recebimento | |
| <input type="checkbox"/> NUDEM | <input type="checkbox"/> Defensoria Pública | <input type="checkbox"/> Abrigo |
| <input type="checkbox"/> Grupo de mulheres | <input type="checkbox"/> Grupo jurídico | <input type="checkbox"/> Conselho Tutelar |
| <input type="checkbox"/> Campanha | | |
| <input type="checkbox"/> Outros: _____ | | |
| _____ | | |
| _____ | | |

ACESSO AO CEDIM:

❖ Meio de Comunicação:

- jornais () rádio () TV () revistas () Telemar (págs amarelas, telefonista, etc)
 não especificou

❖ Organização da Sociedade:

- grupo de mulheres () ONG's () sindicatos
 outros: _____

❖ Indicações:

- pessoa do CEDIM () terceiros (amigos, parentes, vizinhos) () DEAM's
 DP's () serviços de saúde
 outros: _____

Tem interesse em participar:

- a) das atividades promovidas pelo CEDIM?
 Sim () Não
- b) das entrevistas promovidas pelo CEDIM?
 Sim () Não
- c) de atendimento em grupo?
 Sim () Não

ANEXO 5

DADOS DO AUTOR DA AGRESSÃO:

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

U.F.: _____ CEP: _____ Tel.() _____ celular _____

RG: _____ Órg. Exp.: _____ C.P.F.: _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ Naturalidade: _____

Sexo: () F () M Religião: () Não () Sim Qual? _____

Idade: _____

Escolaridade:

- () sem escolaridade () 1º grau incompleto () 1º grau completo
 () 2º grau incompleto () 2º grau completo () 3º grau incompleto
 () 3º grau completo () pós-graduação

Estado civil de direito:

- () solteiro () casado () separado ou divorciado () viúvo

Situação de fato:

- () solteiro () casado () separado () estável () concubinato

Cor ou Raça: () branca () negra () parda () indígena () asiática

Portador de deficiência:

- () nenhuma () visual () auditiva () física () mental () múltipla
 () outras: _____

Situação profissional:

- () empregador
 () empregado com carteira
 () empregado sem carteira
 () desempregado
 () aposentado
 () conta própria – paga INSS / autonomia
 () conta própria - não paga INSS / autonomia
 () pensionista
 () func. publ. _____
 () militar _____

Cargo: _____ Profissão: _____

Local do trabalho: _____

Relação Autor da agressão / Vítima:

- () marido () ex-marido () companheiro () ex-companheiro () amante
 () pai () mãe () filho (a) () irmão(ã) () padrasto
 () madrasta () namorado(a) () vizinho () patrão () colega de trabalho
 () amigo () locador () conhecido () desconhecido () não informa
 () outro: _____

Tem algum vício? () Não () Sim Qual? _____

ANEXO 6



Prefeitura
da Cidade **RIO**

Secretaria de Saúde
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DE SAÚDE DA AP 1.0
INSTITUTO MUNICIPAL DA MULHER FERNANDO MAGALHÃES
NÚCLEO DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

ROTINA DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

No momento do atendimento de emergência à cliente, deverá ser solicitada a abertura de prontuário e o agendamento de consulta de seguimento. O médico(a) ou enfermeira da emergência deverá solicitar o VDRL e o anti HIV, que deverá ser colhido de preferência no mesmo dia, evitando que a cliente tenha que retornar a Unidade só para isso. No momento do atendimento será feito teste rápido para gravidez, e, se a paciente não estiver grávida, prescrito "pilula do dia seguinte" (postinor ou pozato), profilaxia de DST (azitromicina, pen. Benzatina e ciprofloxacina), HIV (Biovir) e Hepatite B (vacinação).

Lembrar de encaminhar a paciente para o Serviço Social (principalmente se for menor) e oferecer apoio psicológico encaminhando à Saúde Mental.

As consultas de seguimento ambulatorial deverão seguir as diretrizes do PAISM, ou seja atendimento integral à saúde da mulher mesmo que a consulta seja por um motivo ou queixa específica.

As consultas serão em um número mínimo de três, devendo de preferência, a primeira ser agendada para 30 dias após o atendimento de emergência, a segunda 60 dias após a primeira, e a terceira, 90 dias após a segunda, coincidindo com o fim do período de janela imunológica para o vírus HIV.(180 dias após a exposição)

A primeira consulta poderá ser agendada para a Ginecologia (Márcia Poubel) ou para a enfermagem (Soraia ou Neyse). Se, no atendimento pela enfermagem, houver alterações nos exames, a paciente será encaminhada para Dra. Marcia Poubel.

1ª Consulta:

- Anamnese
- Exame físico
- Verificar resultado de VDRL que deve ter sido pedido na emergência e do anti HIV. Se a cliente estiver preparada, fazer a colheita tríplice, caso contrário orientá-la para vir preparada na próxima consulta.

2ª Consulta:

- Avaliar resultados dos exames laboratoriais se for o caso
- Colher exame colpocitológico, ou avaliar o resultado (se já colhido previamente).
- Orientar para nova testagem de HIV, com cerca de 90 dias após a violência.

3ª Consulta:

- Avaliar novos resultados de exames, inclusive HIV
- Avaliar pendências de consultas anteriores.
- Registrar em prontuário quanto ao uso de antiretrovirais (se houve abandono, efeitos colaterais, etc)
- Orientações em geral, inclusive oferecer encaminhamento para CTA (centro de testagem anônima) para nova pesquisa de HIV após 3 meses, se a paciente estiver disposta.

ANEXO 6

PREFEITURA DO RIO

Secretaria Municipal de Saúde

Superintendência de Saúde Coletiva

Coordenação de AP-131

Instituto Municipal de Mulher Fernanda Magalhães

FICHA DE ATENDIMENTO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Nome da Paciente: _____

Data do atendimento: ___/___/___ Prontuário: _____

Idade: ___ anos Cor: ___ Est. Civil: ___ Escolaridade: _____

Descrição da Ocorrência:

Data da Violência: ___/___/___ Hora: _____

Local: residência rua outro _____Agressor: conhecido desconhecido parente (qual? _____) múltiplos

Cor: _____ idade aparente: _____

Houve intimidação? Força física Ameça de morte ou a familiares Houve uso de arma? Sim não De que tipo? _____Sinais de uso de álcool ou drogas pelo agressor? Sim Não _____A paciente havia utilizado álcool ou drogas? Sim Não _____Tipos de relação entre vítima e agressor: vaginal anal oral _____

Sumário da ocorrência: _____

A paciente já mantinha atividade sexual? Sim Não

Data aproximada do último contato sexual antes da violência: ___/___/___

Utilizava contraceptivos à época da violência? Sim Não Qual? _____Realizou alguma higiene local após o ato? Sim Não

Utilizou algum medicamento? _____

Já realizou registro policial da violência? Onde? _____

Já procedeu exame de corpo delito no IML? Quando? _____

GESTA ___ PARA ___ ABORTAMENTOS: ___ esp. ___ prov.

DUM: ___/___/___

Exame físico: PA ___ X ___ mmHg Pulso: ___ bpm temp. ax. ___ °CLesões encontradas: equimoses arranhaduras esganadura outras: _____Presença de sangue ou sêmen nas vestes? sim não Sangue ou sêmen na genitália? Sim não

Presença de lacerações ou roturas? _____

Conteúdo vaginal presente? _____

Sangramento ativo ao exame? _____

*OBS: Descrever minuciosamente os achados na próxima folha***Condutas adotadas:**

Orientações legais e Direitos: _____

Coleta de material para análise _____ TIG VDRL Contracepção de emergência? sim não Qual? _____Prevenção de DST? sim não Qual? _____Prevenção de Hepatite B? sim não Prevenção de HIV? sim não

Encaminhamentos posteriores: _____

Médico(a) que realizou(aram) o exame: Nome / CRM: _____

C. S. U.

Com

Pre

Pre

Prey

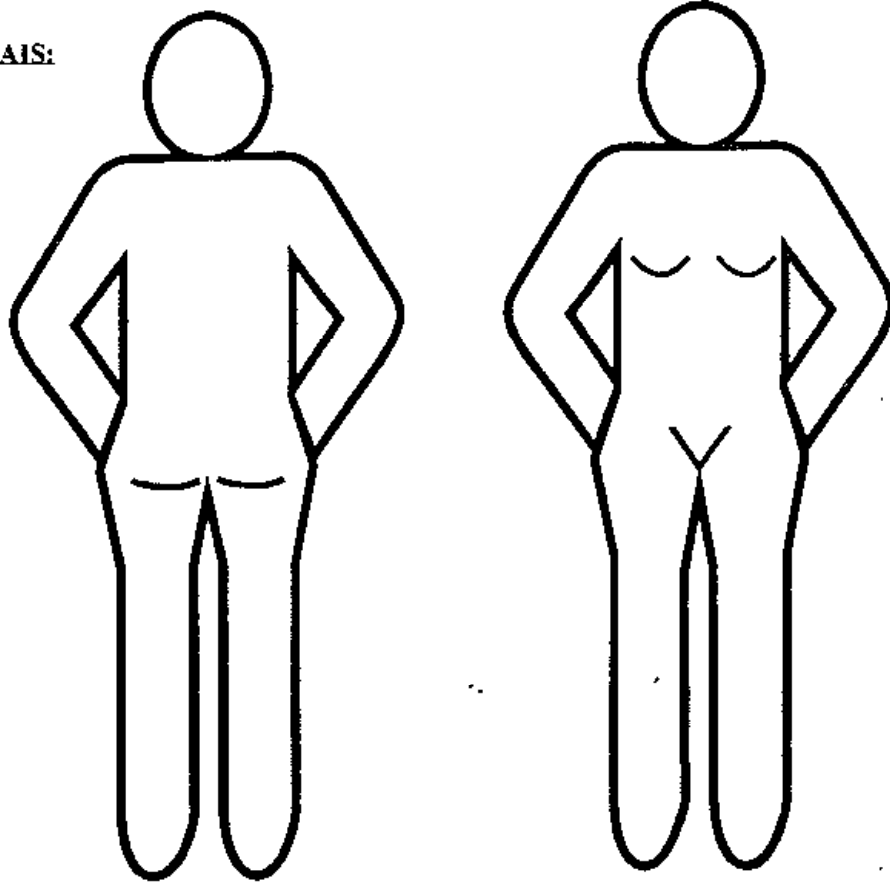
Ex

ANEXO G

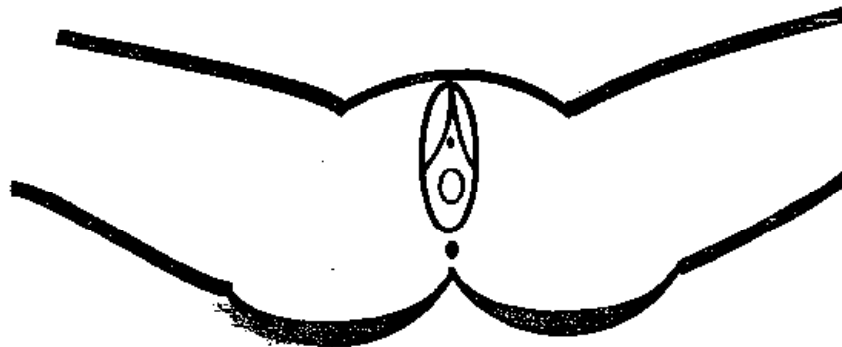
PACIENTE:

DESCRIÇÃO E TOPOGRAFIA DAS LESÕES ENCONTRADAS NA VÍTIMA:

1 - CORPORAIS:



2 - GENITAIS:



DESCRIÇÃO:

.....

.....

.....

.....

ANEXO 7

Prefeitura
da Cidade **RIO**Secretaria de Saúde
Superintendência de Serviços de Saúde
Coordenação de Saúde da AP1.0
Instituto Municipal da Mulher Fernando Magalhães

PROPOSTA DE ATENDIMENTO EM SAÚDE ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A história nos fala de desrespeito as mulheres e este se traduz em diversas formas de violência, desde a eventual e verbal, por vezes “desapercibida” e/ou aceita como “cultural”, passando pela física, até chegar a mais odiosa, que é a violência sexual, posto que essa traz no seu bojo as outras duas, acrescidas da total negação da vontade da mulher.

Nenhuma sociedade pode compactuar com o que ela mesma conceitua como crime, sob pena de tornar-se cúmplice, nem que seja por omissão, dos criminosos.

Governos e sociedade civil tem suas cotas de participação no combate a violência e o setor saúde tem papel tocante na assistência as vítimas.

Mas não podemos nos limitar a “tratar feridas” sem pensar e agir sobre suas causas. Se ao atendermos um baleado não tornarmos as autoridades policiais cientes do fato, estaremos contribuindo para a impunidade e o conseqüente incremento da violência. O mesmo ocorre nos episódios de agressões físicas e sexuais contra a mulher. Não podemos fechar olhos e ouvidos as “quedas da escada”, aos hematomas de rostos que “esbarram na parede”, ou ainda sucumbir ou compactuar com o preconceito que culpabiliza a vítima por seus trajes ou comportamentos.

É preciso cuidar do corpo e da mente da mulher que nos procura e denunciar o crime no intuito de tratar a sociedade e fazer a profilaxia da agressão sexual.

É com este espírito, que apresentamos esta proposta de projeto, fazendo votos que todas as instituições que de alguma forma prestam assistência em saúde a mulher, busquem atuar nesta área, conforme suas possibilidades.

Jun/99

ANEXO 7**I - OBJETIVOS**

- Garantir a mulher vítima de violência sexual, o acesso imediato a cuidados de saúde,
- Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e SIDA,
- Prevenção da gravidez decorrente do estupro,
- Oferecer atendimento imediato e/ou de seguimento em saúde mental,
- Estimular a prática da cidadania, informando-a e orientando-a quanto a procedimentos legais cabíveis,
- Estimular a inserção da mulher no Sistema de Saúde, conforme o conceito de assistência integral referenciando-a a unidade básica do seu Distrito Sanitário.
- Interrupção da gravidez decorrente de estupro, conforme a legislação vigente,

II - PRÉ REQUISITOS

- Treinamento da Equipe de Saúde para prestar atendimento a mulher vítima da violência. (Assistentes Sociais, Auxiliares de Enfermagem, Enfermeiras(os), Médicos(as), Psicólogas e Funcionários Administrativos),
- Aquisição de equipamentos – Kit para aspiração uterina.

III - ÁREA FÍSICA

Utilizaremos a área final do box 01 da emergência, para entrevista inicial com o/a profissional que acolher a cliente, visando preservar a privacidade da conversa.

O exame ginecológico se dará preferencialmente em um dos consultórios do Ambulatório ou nos box da emergência.

O seguimento ambulatorial se dará até o 6º mês após a violência, devido a janela imunológica para o HIV.

ANEXO 7

IV - FLUXO DE ATENDIMENTO**A – MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL E/OU ESTUPRO RECENTE (até 72 horas)**

- 1- Abertura do Boletim de Emergência -- BE – pelo agente de portaria,
- 2- Atendimento de enfermagem e/ou médico emergencial, se necessário,
- 3- Abertura do Prontuário Único, com inclusão dos impressos específicos (Anexo 1)
- 4- Registro da história da agressão, narrada pela mulher, parentes e/ou acompanhantes, e/ou registro pelo profissional de indícios de agressão física,
- 5- Atendimento pelo Serviço Social, quando serão prestadas informações e feitas os encaminhamentos legais cabíveis,
- 6- Oferecimento do atendimento em Saúde Mental
- 7- Solicitação pelo médico(a) ou enfermeira(o), dos exames de sorologia para sífilis, oferecimento de sorologia anti-HIV e TIG .
- 8- Oferecimento de profilaxia de gravidez.(Anexo 2- Método de Yuzpe),
- 9- Vacinação anti hepatite B, profilaxia das principais DSTs.
- 10- Profilaxia para SIDA.
- 11- Agendamento pelo Auxiliar de Enfermagem, de retorno ao ambulatório em 01 mês para seguimento.

B- SEGUIMENTO AMBULATORIAL

- 1- Tratamento das patologias detectadas.
- 2- Solicitação de sorologia para Lues e HIV
- 3-Realização do teste Papanicolau(“prevenção “do câncer ginecológico) e exame das mamas.
- 4- Encaminhamento para a Rede Básica após o 6º mês para atendimento rotineiro no PAISM. Esta referência, não interrompe necessariamente o atendimento que o/a profissional e a cliente julgarem ainda pertinente. Ex.: Consulta com a Saúde Mental,

ANEXO 8

GLOBO
ON LINE

Polícia volta ao Complexo do Alemão

RIO - Um dia após a prisão de três bandidos ligados ao bando do traficante Elias Maluco, foi realizada uma operação da força-tarefa envolvendo 50 homens em uma incursão ao Morro do Adeus, Complexo do Alemão, em Ramos.

Segundo os policiais, o objetivo da operação era prender Ruberlândia da Silva Matias, que estaria em uma casa na Rua Piancó, 75. Ela seria a principal fornecedora de cocaína e armas para o traficante Vanderlei Soares, o Orelha, preso ontem durante a Operação Camisa Preta. Informações da polícia dão conta de que ela guardaria em casa armas e drogas. Ruberlândia não foi encontrada pela polícia.

Na operação de ontem, além de Orelha, policiais militares prenderam Márcio da Silva Matos, o Marcinho Muleta, de 24 anos, chefe do tráfico de drogas na Favela de Manguinhos.

O bandido - que foi indiciado no mesmo inquérito que o cantor Marcelo Pires Vieira, o Belo - estava em casa, na favela, com sete armas. Orelha, de 22 anos, era segurança de Marcinho. Segundo a polícia, desde a morte de Tim Lopes, em 2 de junho, já foram presos 19 bandidos ligados a Elias Maluco. Quatro deles foram indiciados pelo assassinato do jornalista.

Mais cedo, foi preso o estuproador Osvaldo Cosmo do Nascimento, o Ferrugem, de 37 anos, suspeito de integrar o bando do traficante Elias Maluco, Ferrugem é acusado de ter agredido e estuprado pelo menos 15 mulheres - algumas delas menores - na região da Penha, desde setembro do ano passado.

Até agora já são sete as vítimas que reconheceram Osvaldo Nascimento.

Ana Cláudia Costa, do Jornal O Globo e GloboNews.com

http://oglobo.globo.com/arquivo/plantao/2007/07/25/200707251402.html

© Todos os direitos reservados a O Globo e Agência O Globo. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.

ANEXO 8

Diz assim: "Cuidado: motos na calçada em alta velocidade."

Uma senhora de 79 anos quase foi atropelada por um motoqueiro alucinado. Na calçada.

Cena carioca

Aconteceu terça-feira às 21h30m, na Linha Vermelha, na altura da usina de lixo do Caju.

PMs faziam uma blitz. A cerca de 300 metros, traficantes da Maré praticavam tiro, disparando balas sobre a linha expressa.

Os motoristas abaixavam a cabeça assustados, mas os PMs faziam ouvidos de mouco.

Melhor assim

O estupro da bolsista da Fiocruz, dia 4, foi num ponto de ônibus na Avenida Brasil, portanto fora do campus. A fundação deu todo o apoio.

Aliás, o estuprador foi preso ontem.

A turma que se reúne na Rua Maria Quitéria, em frente ao Empório, em Ipanema, está tirando o sono dos moradores. Cerca de 300 jovens fazem a maior baderna, sem que apareça a polícia.

A Riotur desmente a Bito, que disse aqui que o preço dos ingressos para turistas no carnaval aumentou 40% nos últimos três anos. O preço em dólar praticamente não mudou.

Manoel Vidal lança "Biografias", hoje, na livraria do Museu da República.

COM ANA CLÁUDIA GUIMARÃES E MÁRCIA VIEIRA

<http://caapen.globo.com/emp/colunas/20020718/andemc01.htm>

© Todos os direitos reservados a O Globo e Agência O Globo. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem prévia autorização.